



UNIVERSIDADE
CATÓLICA
PORTUGUESA

LABORATÓRIO DOS COMUNS PARA A EMPREGABILIDADE
(PROJECTO DE INTERVENÇÃO)

Projecto apresentada à Universidade Católica Portuguesa para
obtenção do grau de mestre em Serviço Social –
Empreendedorismo e Inovação na Economia Social

Por

Gonçalo Santos Pinto

Faculdade de Ciências Humanas

Março de 2016



UNIVERSIDADE
CATÓLICA
PORTUGUESA

LABORATÓRIO DO COMUNS PARA A EMPREGABILIDADE
(PROJECTO DE INTERVENÇÃO)

Projecto apresentada à Universidade Católica Portuguesa para obtenção do grau de mestre em Serviço Social – Empreendedorismo e Inovação na Economia Social

Por

Gonçalo Santos Pinto

Faculdade de Ciências Humanas

Sob orientação da Professora Doutora Maria Inês Martinho Antunes Amaro

Março 2016

À Patrícia, à Sofia e ao Tomás por estarem sempre no meu coração

Aos meus pais, por serem uma fonte de inspiração

Aos mais vulneráveis, por me ensinarem todos os dias o verdadeiro sentido da vida

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar, quero agradecer à Patrícia. Esta mulher encantadora tem estado sempre ao meu lado, desde há vários anos, nunca desistindo de me acompanhar, em particular na fase final deste projecto de Mestrado, onde me apoiou incondicionalmente, mesmo quando faria mais sentido ter recebido apoio da minha parte. Juntos tivemos a Sofia, a qual só irá perceber mais tarde este agradecimento que o pai lhe faz, bem como o porquê das horas que não consegui estar tão presente por necessidade de estar focado na investigação e na escrita deste projecto. Ao Tomás, que aí vem, agradeço-lhe o querer fazer parte desta família e quero que saiba, no futuro, que foi uma fonte de inspiração.

Aos meus pais, pela forma tão bonita como têm percebido a minha condição e, apesar de tudo, sempre acreditaram em mim e nas minhas capacidades. Sempre presentes, sempre sábios e com um coração enorme, souberam transmitir os valores mais nobres de um ser humano.

Aos meus sogros, pela forma como me receberam e aceitaram esta forma de ser e de estar.

À Professora Doutora Maria Inês Martinho Amaro, minha Orientadora e que muito passou com este seu Orientando. Os seus conhecimentos profundos sobre o Serviço Social e o mundo do trabalho e a forma como recebeu de braços abertos o desafio de abordar um tema tão disruptivo em si mesmo, só provam o seu gosto pelo desafio de “navegar por mares nunca antes navegados”. Este, afinal, revelou-se um casamento quase perfeito.

Um agradecimento a todos aqueles que contribuíram com o seu conhecimento e ideias para este projecto.

Aos colegas de Mestrado e a todos os profissionais da Universidade Católica.

À Dr.^a Cláudia Peixoto e a toda a equipa da DOMUS MATER por tudo o que têm feito em prol da doença obsessivo-compulsiva.

Aos desempregados e mais vulneráveis da sociedade, que um dia possam reverter a sua situação e encontrar o seu lugar neste mundo de contradições.

RESUMO

O projecto que agora se apresenta e que se denomina Laboratório dos Comuns para a Empregabilidade (LCE), tem como propósito desenvolver um processo de intervenção em comunidades vulneráveis, no intuito de criar espaços de desenvolvimento humano sustentável para a empregabilidade num sistema socioeconómico colaborativo e de partilha dos comuns.

O trabalho é uma figura presente desde sempre nas sociedades. Desenvolve-se com a evolução do Homem e é, também, o motor da sua própria evolução. O Homem vê no trabalho uma forma de integração na sociedade a que pertence e é aí que constrói parte da sua identidade.

Tal como no período da Revolução Industrial, também hoje vivemos momentos socioeconómicos conturbados no mercado de trabalho. Se outrora foram as máquinas que retiraram trabalho ao Homem, hoje é o progresso tecnológico desenfreado que retira emprego a uma massa considerável de trabalhadores.

Um novo sistema socioeconómico emerge e é nele, com ele e para ele que o LCE quer co-construir a sua intervenção social. Falamos da Economia Colaborativa e de Partilha dos Comuns (ECPC). São diversos os sinais e os casos práticos e concretos que nos ajudam a perceber os contornos deste novo sistema. As tecnologias de comunicação são fundamentais para nele participar, bem como a capacidade de trabalhar em prol de um todo (dimensão individual, colectiva e ecológica). Mais do que competição, vamos viver num sistema cooperativo, com tudo o que de transformador isso significa.

Analisamos esses contornos, esboçamos, ainda que com a timidez e prudência que o bom senso exige, o que serão as profissões e os fazeres deste novo sistema e analisaremos as tecnologias sociais que hoje existem e que são, primordialmente, ferramentas de inclusão social: são tecnologias de relacionamento e participação humana. Isto é, são ferramentas que nos ajudam a transformar consciências, onde a compaixão e o sentido do bem comum, do respeito pelos recursos naturais e pelo outro, da partilha e da dádiva são a base.

O LCE é, assim, um projecto integral, no sentido em que trabalha a empregabilidade para lá do processo de desenvolvimento das competências técnicas. O processo tem início na pessoa, na integridade do seu sistema de valores, de princípios e da maior consciência de si mesmo e dos outros. A transformação assenta na transição de um sentido de

competição para um sentido de cooperação, de egocentrismo para eco-centrismo, de acumulação para simplificação, de posse para acesso, de compra para troca e partilha, de global para local, de desperdício para reutilização, de monetário para não-monetário, de materialista para não-materialista.

Palavras-Chave: Trabalho, Empregabilidade, Territórios Vulneráveis, Economia Colaborativa e de Partilha dos Comuns

ABSTRACT

The project now presented and denominated “The Laboratory of Commons for Employability”, has for goal the development of an intervention process in vulnerable communities aiming to create sustainable human development possibilities for employability, in a collaborative and common sharing socioeconomic system.

Work has forever been present in societies. It evolves with the evolution of man, acting simultaneously as a catalyst for that same evolution process. Man sees work as an integration feature in society to which he belongs and there builds part of his identity.

Just as in the Industrial Revolution era, we are nowadays experiencing troublesome moments in the working market. Formerly machines withdrew employment from man; currently it's the untamed technological development that keeps a significant number of employable men and women out of work.

A new socioeconomic system is emerging and it's within it, with it and for it that the “The Laboratory of Commons for Employability” wants to build its social intervention. We are referring to the Common Collaborative and Sharing Economy. Several signs, as well as actual practical cases, help us understand the shaping of this new system. Communication technologies are vital to be part of it, as well as the ability to work for a whole (individual, collective and ecological dimension). More than competition, we'll be living in a cooperative system, with all the transformation it implies.

We analyse the shaping of the system. Sketch, although shyly and prudently as common sense advises, the careers and doings of this new system. We shall analyse the social technologies existing today which are, primordially, social inclusion tools: human participation and relationship tools. Meaning, they are assets to help us transform conscience, where compassion and the sense of common good, the respect for natural resources, the respect for our fellow human beings, sharing and giving are the corner stones.

“The Laboratory of Commons for Employability” is, as such, an integrative project in the sense it works employability beyond the development of technical skills. The process begins in the individual, the integrity of his system of principles and standards, in a greater awareness of himself as well as of others. The transformation lies in the transition of competition to cooperation, egocentrism to eco-centrism, consuming habits to simpler

ways of life, ownership to common availability, purchase to trading and sharing, global to local, waste to reutilisation, monetary to non-monetary, materialist to non-materialist.

Keywords: Work, Employability, Vulnerable communities, Common Collaborative and Sharing Economy.

ÍNDICE

INTRODUÇÃO	1
PROBLEMÁTICA	4
FORMULAÇÃO DO PROBLEMA	4
OBJETIVOS DO ESTUDO E DO PROJECTO	6
JUSTIFICAÇÃO	8
RAZÕES GERAIS	8
RAZÕES PESSOAIS DE UM PROJECTO	9
A RAZÃO SEGUNDO O CONTEXTO PSÍQUICO PESSOAL	11
CAPTÍTULO 1	12
O TRABALHO	12
1.1 <i>TRABALHO, EMPREGO E EMPREGABILIDADE</i>	12
1.2 <i>FUNÇÕES DO TRABALHO</i>	13
1.3 <i>A FUNÇÃO DO TRABALHO NA CONSTRUÇÃO IDENTITÁRIA INDIVIDUAL E COLETIVA</i>	15
1.4 <i>O PODER COLECTIVO DOS INDIVÍDUOS NAS RELAÇÕES LABORAIS</i>	17
1.5 <i>O FIM DO TRABALHO, OU UM NOVO OLHAR SOBRE O TEMA</i>	19
1.6 <i>A IMPORTÂNCIA DA DIGNIFICAÇÃO DO TRABALHO</i>	29
CAPÍTULO 2	31
POBREZA, EXCLUSÃO SOCIAL E COMUNIDADES VULNERÁVEIS	31
2.1 <i>POBREZA</i>	31
2.2 <i>EXCLUSÃO SOCIAL</i>	35
2.3 <i>COMUNIDADES VULNERÁVEIS</i>	36
2.4 <i>EXCLUSÃO SOCIAL, POBREZA E TRABALHO</i>	37
2.5 <i>O CHOQUE DA IDENTIDADE COLETIVA E INDIVIDUAL NO CONTEXTO DA URBE MODERNA</i>	39
CAPÍTULO 3	41
DO PRESENTE AO FUTURO	41
3.1 <i>A REALIDADE SOCIOECONOMICA DO PRESENTE</i>	41
3.1.1 <i>OS BENS E A ECONOMIA DE CONSUMO</i>	45
3.2 <i>UM OLHAR SOBRE O FUTURO NO PRESENTE</i>	49
3.2.1 <i>A ECONOMIA COLABORATIVA E DE PARTILHA DOS COMUNS</i>	49
3.2.1.1 <i>A ECONOMIA DA DÁDIVA E DO DOM</i>	59
3.2.1.2 <i>A COMPAIXÃO SEGUNDO SUA SANTIDADE, O DALAI LAMA</i>	63
3.2.1.3 <i>OS BENS RELACIONAIS</i>	65
3.2.1.4 <i>O MERCADO DE TRABALHO DA ECPC: NOVAS PROFISSÕES E NOVOS MODOS DE VIDA</i>	70
CAPÍTULO 4	76
O BENCHMARKING	76
4.1 <i>Projectos de DHS para a Empregabilidade na ECPC</i>	76
4.2 <i>Projectos para a Empregabilidade na ECPC</i>	80
4.3 <i>Projectos mistos de DHS para a empregabilidade na ECPC e de Empregabilidade para a ECPC.</i>	81
CAPTÍTULO 5	86
O PROJECTO	86
5.1 <i>NOME: Laboratório dos Comuns para a Empregabilidade (LCE)</i>	86
5.2 <i>DIMENSÃO DESCRITIVA E DE APLICAÇÃO</i>	86

5.2.1 APRESENTAÇÃO DO PROJECTO	86
5.2.2 REALIDADE EM CONCRETO EM QUE O PROJECTO VAI SER APLICADO	90
5.2.3 OBJECTIVOS GERAIS/ESPECÍFICOS	92
5.2.3.1 OBJECTIVO GERAL	92
5.2.3.2 OBJECTIVOS ESPECÍFICOS	92
5.2.4 ACTIVIDADES/ÁREAS DE ACÇÃO	93
5.2.5 RECURSOS NECESSÁRIOS: HUMANOS, FÍSICOS, FINANCEIROS	95
5.2.5.1 Recursos Humanos:	95
5.2.5.2 Físicos:	98
5.2.5.3 Financeiros:	99
5.2.6 PLANO DE CAPTAÇÃO DE FUNDOS/SUSTENTABILIDADE (<i>Fundraising</i>)	100
5.2.7 CRONOGRAMA	102
5.3 DIMENSÃO CONCLUSIVA E AVALIATIVA	103
5.3.1 COMO PROCEDER À AVALIAÇÃO DO PROJECTO	103
5.3.2 CONCLUSÕES SOBRE INOVAÇÃO E SUSTENTABILIDADE	104
5.3.2.1 INOVAÇÃO	104
5.3.2.2 SUSTENTABILIDADE	104
CONCLUSÃO	106
BIBLIOGRAFIA	108
Fontes estatísticas	112
Sites consultados	112
Legislação	116
ANEXOS	118
ANEXO A: Alguns Conceitos	118
<i>Metodologias ou tecnologias sociais de liderança participativa</i>	118
<u>Appreciative Inquiry</u>	118
<u>Circle:</u>	119
<u>Comunicação Não-Violenta (CNV)</u>	120
<u>Design Thinking:</u>	121
<u>Ética do Gratuito segundo a JSM</u>	122
<u>Jogos Cooperativos</u>	124
<u>Jogo Oásis</u>	124
<u>O Poder das Questões</u>	125
<u>Oficinas do Perdão</u>	126
<u>Open Space Technology</u>	126
<u>Permacultura</u>	128
<u>Sociocracia</u>	129
<u>World Café</u>	129
<i>Otros Conceitos da ECPC</i>	131
<u>Coworking</u>	131
<u>Crowdfunding</u>	131
<u>Crowdsourcing</u>	131
<u>Desenvolvimento Humano Sustentável</u>	131
<u>Fundraising</u>	132
<u>Meditação</u>	132
<u>Meditação Transcendental</u>	133
<u>Meditação Vipassana</u>	133
<u>Mindfulness</u>	133

Open-Data (Dados Abertos)	133
Open-Source (Código Aberto)	133
Wiki	133
Wikinomia	134
ANEXO B: Lista de alguns projectos da ECPC	135
ANEXO C – Comunidades Vulneráveis da Grande Lisboa e Península de Setúbal	137
ANEXO D – Custo Anual estimado do projecto LCE	138
<i>Custo salarial</i>	138
<i>Custos de electricidade, água, comunicações e deslocações</i>	138
Anexo E - Cronograma	140
Anexo F – Business Model Canvas	142

LISTA DE ABREVIATURAS

AOH – *Art of Hosting*

CD - *Compact Disc*

CE - Comissão Europeia

CESE - Comité Económico e Social Europeu

CNV - Comunicação Não-Violenta

DE - Diário Económico (Jornal de Economia português)

DHS – Desenvolvimento Humano Sustentável

E28 - Europa a 28

EC - Economia Colaborativa

ECPC - Economia Colaborativa e de Partilha dos Comuns

EEA - *European Economic Area*

EUA - Estados Unidos da América

GEPE – Grupo de Entreajuda na Procura de Emprego

IBM - *International Business Machines* (empresa norte americana de serviços informáticos)

IFSW - *International Federation of Social Workers*

ILO - *International Labour Organization*

INE – Instituto Nacional de Estatística

JSM - João Sem Medo - Comunidade de Empreendedores Evolucionários

KPI – *Key Performance Indicator*

LCE - Laboratório dos Comuns para a Empregabilidade

MIT - *Massachusetts Institute of Technology*

MT – Meditação Transcendental

NASA - National Aeronautics and Space Administration

NPEC - *National Postsecondary Education Cooperative*

OIT - Organização Internacional do Trabalho

OST – *Open Space Technology*

PE - Parlamento Europeu

PER – Programa Especial de Realojamento

POC - Perturbação Obsessivo-Compulsiva

POISE - Programa Operacional Inclusão Social e Emprego

PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

PWC - Empresa de Auditoria PricewaterhouseCoopers

SROI – *Social Return On Investment*

WFP - *World Food Program*

INTRODUÇÃO

A empregabilidade está na ordem do dia. O número de desempregados em 2013, a nível mundial, foi calculado entre os 198,8 milhões e os 204,8 milhões de pessoas (5,9% e 6,1% da força de trabalho mundial)¹. A percentagem sobe, significativamente, quando falamos de desemprego jovem². Os últimos dados apontam, mundialmente (ILO, 2014), uma taxa de desemprego jovem entre os 12,9% e os 13,3% (75 milhões de pessoas), mais do dobro da taxa geral de desemprego e o triplo da taxa de desemprego entre a população adulta (4,5%). O número de desempregados a nível mundial em 2016 estima-se ser de 207 milhões de indivíduos (ILO, 2015).

Em Portugal, a situação é preocupante. Os últimos registos do INE (Release, Survey, & Release, 2016) indicam uma diminuição da taxa de desemprego total para os 11,9% no último quadrimestre de 2015, bem como uma taxa de desemprego jovem situada nos 33,4% para o mesmo período. Apesar da taxa geral de desemprego ser mais baixa em relação aos números de 2014, continua a ser um facto que vivemos uma situação dramática para a qual não se encontrou, ou não tem havido um real interesse em encontrar, uma solução sustentável.

Muitas são as dúvidas quanto aos princípios e valores que estão na base do sistema socioeconómico actual e quanto à inevitabilidade da nossa sociedade ter de crescer infinitamente para gerar progresso social e, assim, empregos. Assiste-se a um agravar das desigualdades sociais, ao crescimento do número de desempregados e ao crescimento da empregabilidade precária (Jackson, 2013; Scharmer & Kaufer, 2013). Não só o sistema capitalista tem produzido mais situações de vulnerabilidade social, como têm sido os mais vulneráveis aqueles que mais dificuldades têm tido em dar a volta à sua condição (Capucha, Castro, Moreno, Marques, & Nunes, 1998).

Para o Serviço Social, esta tem sido uma época de grandes desafios, sendo a situação actual do mercado de trabalho uma das que mais preocupa os Assistentes Sociais pelas consequências directas e indirectas que produz num tão elevado número de pessoas. Recordem-se alguns pontos centrais da nova definição de Serviço Social da IFSW (Work,

¹ Estes números ultrapassaram os das estatísticas de 2009, no rescaldo da crise financeira mundial de 2008.

² I Indivíduos com idades compreendidas entre os 15 e os 24 anos

2014)³ e estabeleça-se a ligação entre o desemprego e aquilo que é definido enquanto a orientação geral da acção dos profissionais do Serviço Social:

1. Resolução de problemas no contexto das relações humanas;
2. Capacitação e empenhamento das pessoas na melhoria do “bem-estar”;
3. O princípio dos direitos humanos e da justiça social são fundamentais para o trabalho social.

Cabe a todos, com ênfase nos Assistentes Sociais, dar corpo a iniciativas actuais para uma efectiva empregabilidade.

Na génese do LCE existe uma percepção de que, por um lado, vários autores (Eisenstein, 2011; Jackson, 2013; Bauman in Moreyra, 2015; Rifkin, 2014b; Scharmer & Kaufer, 2013) falam no fim do sistema socioeconómico actual, e que por outro existe uma aposta contínua dos programas do Estado e da sociedade civil para a empregabilidade em preparar as pessoas para este sistema que mostra sinais de esgotamento. E, como demonstram os dados (ILO, 2015) este é um sistema que vai continuar a destruir empregos.

Dando mérito a essas políticas públicas e programas da sociedade civil no âmbito da empregabilidade, urge desenvolver um movimento de co-investigação, co-criação e co-aprendizagem dos princípios do sistema socioeconómico colaborativo e de partilha dos comuns (ECPC) (Bollier, 2014; Ostrom, 1990; Rifkin, 2014b) que já hoje é essa realidade reconhecida, ainda que a uma escala diminuta e envolta em algumas dúvidas em relação ao que será o seu futuro (Goudin & European Added Value Unit, 2016).

Criar um projecto de desenvolvimento humano sustentável ⁴ (DHS) para a empregabilidade na ECPC, bem como de políticas de empregabilidade em si nessa Economia, é a definição do LCE.

O presente trabalho inicia-se com uma abordagem à problemática que está por detrás da criação do LCE, seguido de uma explanação das razões sociais e económicas pelas quais se decidiu abordar o tema da empregabilidade, bem como as razões pessoais do autor. Segue-se uma estrutura de cinco capítulos, em que os três primeiros são de enquadramento geral, precedido de um capítulo que descreve o estado da arte

³ Apresentada em Julho de 2014, em Melbourne na *Joint World Conference on Social Work, Education and Social Development*

⁴ Vide Anexo A

(Benchmarking) dos projectos de intervenção social na ECPC e terminando com um capítulo que descreve o projecto em si.

O capítulo I vai abordar as questões gerais do trabalho: o que é, quais as suas funções e que papel tem na construção identitária de cada um. Analisam-se as teses que advogam o fim do trabalho, bem como aquelas que defendem a sua centralidade actual e no futuro, bem como a necessidade da sua redefinição social. Termina, este primeiro capítulo, com uma reflexão sobre a dignidade do trabalho para as comunidades vulneráveis no sistema socioeconómico actual.

O capítulo II contextualiza a problemática da pobreza e da exclusão social, relacionando estes dois conceitos com a problemática do desemprego. Por fim, abordam-se os territórios vulneráveis em contexto urbano e as suas relações com a identidade e emprego.

No capítulo III é feita uma análise da situação económica e social na actualidade, aprofundado o tema da sociedade de consumo, bem como dos bens de consumo em si. Seguidamente, é feita uma análise reflexiva à ECPC, descrevendo-a em pormenor, bem como alguns conceitos: compaixão, bens relacionais, dádiva. O capítulo termina com uma perspectiva sobre aqueles que poderão ser os empregos e funções da futura ECPC.

No capítulo IV são observados alguns exemplos de boas práticas de intervenção social, bem como a importância que têm para o LCE.

Por fim, o capítulo V faz a descrição do LCE, fazendo uma abordagem territorial, para além duma descrição dos recursos necessários (humanos, físicos e financeiros), do cronograma e da forma como o LCE poderá ser avaliado. Termina, este capítulo, com uma visão sobre a dimensão inovadora e de sustentabilidade do projecto.

PROBLEMÁTICA

FORMULAÇÃO DO PROBLEMA

As respostas governamentais e civis de combate ao desemprego são várias na sua tipologia: genéricas, para o desemprego jovem, o desemprego sénior, o desemprego qualificado, para a qualificação para o emprego, para populações vulneráveis, entre outras.

Contudo, as previsões para o desemprego mundial são de crescimento⁵, ainda que, para Portugal, se preveja uma descida consistente nos próximos cinco anos⁶.

Esta é uma realidade que necessita de um novo olhar sobre o problema e sua solução.

Para a OIT, os sectores que, previsivelmente, irão crescer mais ao nível da oferta de empregos são o sector privado dos serviços, na área da acomodação e restauração⁷. Em Portugal, é um facto, o ano de 2015 foi de grande crescimento no Turismo⁸. Contudo, enquanto em 2014 havia, neste período, cerca de 302 mil pessoas empregadas neste sector, em 2015 eram 272,7 mil.⁹ Estes dados preocupam quando analisamos a relação entre sectores em crescimento e oferta de emprego. Constata-se, numa análise imediata, que o crescimento da economia se faz à custa de uma menor criação de empregos, senão mesmo destruição destes, ou de um mercado de trabalho não registado. Este e outros sectores semelhantes são privilegiados pelas populações mais vulneráveis, pela menor qualificação exigida, quando procuram emprego. Por outro lado são estas populações, as que mais sofrem com a crise estrutural da sociedade e que, por norma, menos capacidade demonstram para reverter a sua situação de vulnerabilidade num contexto capitalista competitivo (Capucha et al., 1998). Apostar continuamente neste tipo de sectores como sendo de futuro para a empregabilidade das comunidades mais vulneráveis, parece ser uma contradição.

As estruturas, os sistemas, os princípios, os valores e os mecanismos em que assenta a economia capitalista e competitiva actual, mostram sinais de ruptura, de contradições entre o discurso e a realidade, entre a formulação dos problemas e das soluções (Eisenstein,

⁵ in http://www.ilo.org/global/about-the-ilo/newsroom/news/WCMS_336884/lang--en/index.htm

⁶ in http://www.ilo.org/global/about-the-ilo/multimedia/maps-and-charts/WCMS_336950/lang--en/index.htm

⁷ in http://www.ilo.org/global/about-the-ilo/multimedia/maps-and-charts/WCMS_337082/lang--en/index.htm

⁸ Contabilizando os meses de Verão (Julho, Agosto e Setembro de 2015), houve um crescimento de 11,6% ao nível da facturação (para os €999,6), representando um aumento de 8% no número de hóspedes (6 milhões ao todo) e um aumento de 4% no número de dormidas (18,8 milhões no total)

⁹ in <http://www.dn.pt/dinheiro/interior/verao-de-records-no-turismo-nao-criou-emprego-4953968.html>

2011; Scharmer & Kaufer, 2013). Para Zigmunt Bauman (in Moreyra, 2015) vivemos um momento de interregno, isto é, um momento em que sabemos que a forma como agimos já não funciona e novas formas de agir estão para surgir.

No seguimento da visão de Bauman, existem dados consistentes (Botsman & Rogers, 2010; Goudin & European Added Value Unit, 2016; Jackson, 2013; Rifkin, 2014a, 2014b; Scharmer & Kaufer, 2013) para afirmar que um novo sistema socioeconómico está a emergir, o qual se denomina, no âmbito do LCE, de ECPC. Vivemos, possivelmente, o início de uma época de transição, ainda de complexa percepção. Também o processo da Revolução Industrial foi lento, aos olhos dos seus contemporâneos:

“se a máquina a vapor era conhecida desde o fim do século XVIII, a sua expansão foi lenta e progressiva a sua adopção para funções cada vez mais numerosas(...)durante muitos decénios, coexistiram formas de trabalho muito diferentes, numa mesma região ou numa mesma cidade(...)não deve imaginar-se um mundo instantaneamente novo” (Fohlen, 1974: 33)

Por outro lado, “estaremos perante um “salto de época” quando três inovações diferentes coincidem: novas fontes energéticas, novas divisões do trabalho e novas divisões do poder” (Masi, 2000: 23). Observemos: a época actual tem sido de transição para as energias alternativas e renováveis e na base da ECPC estão alterações, ainda incipientes ao nível da divisão do trabalho e do poder (Botsman & Rogers, 2010; Rifkin, 2014a, 2014b; Tapscott & Williams, 2008). Este é um olhar sobre uma transformação social, económica e cultural, ainda ténue e, como tal, pode resultar redundante. Nesta fase híbrida do sistema (capitalista vs colaborativa) (Rifkin, 2014b) essa noção de colaboração e cooperação tem de ser desenvolvida ao nível da consciência. Enquanto o sistema for híbrido, com predominância do económico-competitivo é difícil perceber se há um propósito na cooperação, ou se ela é instrumental para um fim individual. O LCE explora as práticas da cooperação, da criação de laços de afecto, da construção da empatia e de relações de compaixão que nos permitem construir comunidades mais humanistas e uma sociedade, também ela, mais centrada na importância do bem comum.

OBJETIVOS DO ESTUDO E DO PROJECTO

“Never underestimate the power of a few committed people to change the world. Indeed, it is the only thing that ever has.”

– Margaret Meade

O objectivo geral do LCE é fomentar o DHS para a empregabilidade na ECPC em contexto comunitário vulnerável. Isto é, capacitar o homem através do desenvolvimento pessoal interior, para que possa pensar e agir com um propósito humanista e colaborativo. Desenvolver a empatia, a compaixão, os laços de afecto, a relação com o outro e o ecossistema, são os fundamentos para o DHS e a base para uma empregabilidade sustentável na ECPC. Estes são dois objectivos dependentes a ser trabalhados paralelamente: da investigação de David Bornstein “Os empreendedores sociais concluem tipicamente que não podem dedicar-se a um problema sem se dedicarem ao outro” (Bornstein, 2007: 211).

A ECPC baseia-se em princípios colaborativos, ao invés de princípios competitivos (Bollier, 2014; Botsman & Rogers, 2010; Rifkin, 2014b). Altera-se a relação que temos com os bens (experiência vs posse) e está a alterar o papel que cada um de nós tem na criação, produção distribuição, venda, compra e consumo de bens e serviços, unindo directamente produtor e comprador a uma escala global (Botsman & Rogers, 2010). Hoje, é normal verem-se organizações (públicas, privadas e do sector social) a recorrerem à sabedoria e/ou conhecimento colectivo para resolverem os seus desafios, num processo, cada vez mais comum, denominado de *crowdsourcing*¹⁰ (Tapscott & Williams, 2008). É

¹⁰ Vide Anexo A em “Outros Conceitos da ECPC”

uma transformação social, económica e cultural em cujo projecto que agora se apresenta quer estar inserido e envolvido.

Para trabalhar o DHS, a base será um conjunto de actividades como o *Mindfulness* e o *Yoga* que, como se verá, são transformadores da consciência humana. Através de actividades como o visionamento de documentários sobre os desafios da sociedade, círculos de discussão aberta com recurso a tecnologias sociais participativas como o *Circle*, o *World Café*, o *Open Space Technology (OST)* e os Jogos Colaborativos, reforça-se a consciência da importância do outro em cada um de nós. Através de actividades como as Oficinas do Perdão e da Comunicação Não Violenta (CNV), reforça-se esta dupla consciência¹¹.

Olhar para o território da comunidade como espaço de encontros, de convívio, de construção de laços de afecto entre aqueles que fazem parte da comunidade e entre elas e o exterior, reforça a capacidade de vivência em comum de forma construtiva.

Formar para as novas tecnologias sociais, para o mundo da partilha, troca e cooperação via plataformas online, bem como o desenvolvimento de negócios locais e comunitários, facilitam a integração profissional na ECPC. Contudo, este é um projecto que pode ter um contributo transversal. Mesmo para aqueles cujo objectivo seja a participação no mercado de trabalho tradicional, o LCE pode apoiar, porque sendo o DHS a sua génese, ele tem como objectivo o desenvolvimento humano de forma integral, significando uma maior consciencialização de cada um na escolha do caminho a seguir, bem como do sentido de responsabilidade e de foco nesse percurso.

¹¹ Para saber mais sobre estas tecnologias sociais, vide Anexo A

JUSTIFICAÇÃO

RAZÕES GERAIS

Existem razões de importância social para querermos abordar o tema do desemprego e da empregabilidade. Se hoje o problema mostra-se agravado na sua forma e consequências, desde a década de 80 do século XX que se tem vindo a manifestar enquanto tal. Estamos perante um dos mais complexos problemas socioeconómicos. A falta de emprego afecta, para além dos desempregados, os seus mais directos dependentes (cônjuge e filhos), tanto a nível de suporte financeiro, como do foro psicológico. Ao estudarmos o fenómeno de forma transversal, é muito superior o número de pessoas que se vê envolvida e afectada por esta situação, em relação aos números oficiais.

Os custos associados ao desemprego começam com a diminuição imediata do rendimento da pessoa. Por outro lado, para a economia local, ou mesmo regional, o aumento da taxa de desemprego significa uma diminuição do poder de compra e, logo, do consumo. Isto afecta o potencial de desenvolvimento económico e social. Por arrasto, a economia de um país, como um todo fica, igualmente, afectada: A receita fiscal diminui, e aumentam os custos sociais do Estado por via do pagamento de subsídios, pensões de sobrevivência, etc. Se falarmos de custos sociais, como o aumento de determinados crimes (Capucha et al., 1998; Salata, 2007; Sen, 1999), da população sem-abrigo, dos divórcios, debilidade da saúde mental, vemos que, um aumento do desemprego tem uma complexa rede de efeitos negativos na sociedade. Observemos as reflexões de Amartya Sen sobre o tema do desemprego e suas consequências:

“Perda de liberdade e exclusão social. (...) a natureza da privação dos desempregados inclui a perda de liberdade. Uma pessoa presa ao desemprego (...) não pode ter muita liberdade de decisão. O recente interesse pela noção de “exclusão social” ajudou a evidenciar a falta de liberdade de pessoas privadas em aproveitar oportunidades que outros podem prontamente utilizar. O desemprego pode ser a maior causa da predisposição das pessoas à exclusão social(...) Perda de qualificações e danos de longo prazo. Assim como as pessoas aprendem fazendo (...), também desaprendem (...) não fazendo (...) por estarem sem praticar. (...), a depreciação das competências pela falta de prática pode gerar uma perda de capacidades cognitivas, fruto da perda de confiança e do sentido de controlo do desempregado. Danos Psicológicos. O desemprego pode causar estragos às vidas dos sem-emprego, provocar um sofrimento intenso e agonia mental. O elevado desemprego é frequentemente associado com elevados níveis de suicídio, (...) Saúde doente e mortalidade. O desemprego pode conduzir a doenças clinicamente identificáveis e a maiores níveis de mortalidade (...) resultado da perda de rendimento, mas a relação também funciona pela depressão, perda de respeito próprio e pelo colapso da motivação gerada pelo desemprego persistente. Perda de motivação e trabalho futuro. O desemprego pode

conduzir a uma menor motivação e tornar o desemprego de longo prazo mais resignado e passivo. Isto pode endurecer a pobreza e o próprio desemprego. A perda motivacional pode afectar a procura de futuro emprego.(...) Perda de relações humanas e vida familiar. O desemprego pode ser bloqueador de relações sociais e enfraquecer a harmonia e coerência da família. A perda de uma vida de trabalho organizada pode ser por si só uma privação séria. A somar, uma crise de identidade pode ser envolvida neste tipo de disfunção (...) Perda de valores sociais e responsabilidade. As pessoas desempregadas durante um longo período podem desenvolver cinismo acerca da justiça dos esquemas sociais e uma percepção da dependência de outrem(...). A associação que se observa entre crimes e desemprego jovem é bastante influenciada pela privação material dos sem-emprego, mas parte dessa relação é desempenhada por influências psicológicas, incluindo um sentido de exclusão e um sentimento de injustiça contra um mundo que não fornece oportunidades para levar uma vida honesta. A coesão social enfrenta dificuldades numa sociedade que está firmemente dividida entre uma maioria com empregos confortáveis e uma minoria de desempregados e seres humanos rejeitados (...) Inflexibilidade organizacional e conservantismo técnico.(...)a influência do desemprego a restringir o uso de melhor tecnologia (...) a resistência a qualquer reorganização económica, envolvendo perda de empregos, pode ser forte (...) O desemprego pode assim contribuir para um conservantismo tecnológico através da rigidez organizacional, reduzindo assim a eficiência e a competitividade internacional” (Sen, 1999: 61-62).

Estas são as razões de fundo para foco no tema empregabilidade. São razões reais e actuais que interferem com a vida de uma larga franja da sociedade.

RAZÕES PESSOAIS DE UM PROJECTO

Cada ser traz em si uma história de vida que o define e explica o que é hoje e como irá pensar e construir o seu futuro. Quem escreve estas linhas tem, igualmente, uma história de vida que o levou ao que hoje o representa. Uma vida de convicções e de sonhos. De querer construir obra, empresas, dar empregos, ser bom para os outros, em especial, e nunca exclusivamente, para aqueles que um dia o apoiaram nessa construção.

Uma doença grave em pequeno redefine-lhe as capacidades para ser o que quer, ainda que o sonho permaneça com a mesma força e certeza.

Bom aluno, ainda que fruto de um grande esforço pessoal, o sonho é alimentado de diversas formas e a entrada na Universidade parece mostrar-lhe que está no caminho certo.

Pela primeira vez, durante a frequência da Universidade, enfrenta o falhanço intelectual: a desistência em duas disciplinas causa-lhe uma dúvida interior. A certeza de querer e crer ser o que sempre sonhou é colocada em causa. A entrada no mercado de trabalho das grandes organizações privadas com que sempre se identificou atrasa-se.

O processo até aí foi de uma cegueira perscrutante. Porque existe o sonho e existe uma auto-análise quando o sonho é compatível com a pessoa que o sonha, ou se o caminho é outro.

Sem essa sabedoria, ou acertamos, ou vivemos enganados até que um exercício de auto-análise nos indica o caminho a seguir.

Terminada a licenciatura, a entrada no mercado de trabalho foi para si um choque: idealizou algo que não existia e não se soube (re)construir para nele permanecer, ou nele poder ter um papel transformador

Esse mercado de trabalho foi rejeitado por este ser e este ser deixou-se rejeitar pelo mercado de trabalho no qual participou.

É neste contexto que nasce, muitos anos depois, uma necessidade de perceber como funciona este processo pessoal e social e que respostas são dadas pela sociedade para este desencontro. A participação num GEPE foi essencial para perceber, *in loco*, o que é ser desempregado nos vários contextos etários, socioeconómicos e culturais. Ser formador voluntário num projecto de apoio para a procura de emprego para um grupo de indivíduos sem-abrigo, deu-lhe a percepção, muito concreta, da realidade e da forma como esse desencontro nasce e se agudiza ao longo da vida.

A forma como este ser percebia as realidades sociais das pessoas que pensava conhecer e das suas relações com o mercado de trabalho, modificou-se a partir do momento em que toca a realidade com as suas próprias mãos e viu com os seus próprios olhos essa realidade, afinal, desconhecida. Esse (re)encontro foi essencial para se (re)encontrar consigo mesmo.

Foi esse (re)encontro que deu um entendimento de como estão desconstruídas as comunidades vulneráveis e a sociedade “lá de fora”, as ideias, os valores, os seres humanos em geral.

Nessa busca por respostas e nessa percepção de que lhe faltava um conhecimento para além do empírico, surgiu a procura por um Mestrado que lhe permitisse dar continuidade científica e intelectual à sua sede de entendimento sobre o fenómeno.

Ao mesmo tempo, contacta um grupo de pessoas que procuram respostas para os mesmos desafios. Para elas, também todos os fenómenos sociais são integrais na forma como todos se inter-relacionam uns com os outros.

Sem ter pretensões de apenas querer descobrir algo revolucionário, único e disruptivo com o que até hoje se fez e não negando, ao mesmo tempo, que o objectivo último de qualquer projecto deveria ser esse no seu âmago, é no equilíbrio possível desta forma de se ser e de se estar que este projecto foi pensado e continuará, no futuro, a ser pensado e construído.

A RAZÃO SEGUNDO O CONTEXTO PSÍQUICO PESSOAL

Na história de vida deste ser, existe uma história clínica. Aos 7 anos uma meningite tuberculosa destrói-lhe, factualmente, parte das capacidades genéticas até então existentes para enfrentar o compromisso para com o mundo real que o espera. Decorrente deste quadro clínico, desde muito cedo revela ter POC. Esta realidade está presente na forma como estuda, se relaciona com amigos e familiares, suporta e enfrenta desafios, medos, o dia-a-dia normal de qualquer pessoa.

Da escola primária à entrada no mercado de trabalho, o certo é que as dificuldades de relacionamento e aceitação de determinados factos o colocaram em conflito com aquilo que é o mundo real.

Este é um quadro clínico de vergonha e por isso escondido pelo próprio, naquilo que pode esconder. Só um acumular de anomalias sociais, já em adulto o levam a procurar apoio profissional específico.

Ainda que nem todos os afectados pela perturbação obsessiva compulsiva tenham problemas de integração profissional, essa é uma realidade da doença, que representa parte das doenças mentais e/ou comportamentais de que padece a população mundial¹². A maioria destas doenças traduzem-se num misto entre ansiedade e depressão (Haliwell, Main, & Richardson, 2007)¹³.

Estes números tiveram uma repercussão interior marcante por dois motivos: por um lado, porque se vivenciou e vivencia, na primeira pessoa, os seus efeitos no dia-a-dia e na forma evidente como, neste caso em particular, existe uma verdadeira dificuldade em integrar-se e ser integrado no mercado de trabalho tradicional (competitivo, descartável, pouco humano). O mercado de trabalho e a sociedade não têm conseguido tratar estas como situações propensas ao desemprego. Contudo existe, cientificamente, uma relação

¹² Cerca de 20% das famílias, a nível mundial, tem pelo menos um membro com doença mental reconhecida e cerca de 450 milhões de pessoas padecem, neste momento, de alguma doença mental reconhecida)

¹³ A OIT estima 207 milhões o número de desempregados a nível mundial em 2016:

<http://www.theguardian.com/news/datablog/2015/jan/20/global-unemployment-forecast-to-hit-212m-country-by-country-breakdown>

entre doenças mentais e pobreza e entre doenças mentais e desemprego (Haliwell et al., 2007). Reconhecer este triângulo “doença mental-desemprego-pobreza”¹⁴ fez emergir uma busca por uma resposta mais humanista, cooperativa e com base no DHS. Numa ECPC, onde a colaboração, a partilha e a confiança são a base, construir um programa de empregabilidade assente nestes princípios é aquilo a que se propõe o LCE.

CAPTÍTULO 1

O TRABALHO

1.1 TRABALHO, EMPREGO E EMPREGABILIDADE

No enquadramento anterior houve uma referência a trabalho, emprego e empregabilidade.

Convém fazer a distinção entre Trabalho e Emprego, antes do enquadramento histórico necessário ao entendimento da centralidade das questões do emprego e do trabalho para a sociedade.

Muito se tem escrito e vários foram os autores que definiram estas duas palavras. Enquanto o trabalho sempre fez parte das sociedades enquanto actividade desenvolvida pelos indivíduos, com o propósito de produzir bens e/ou serviços, para além de se definir na apropriação do que existe na natureza para colmatar as necessidades humanas, o emprego refere-se (Sampaio, 2002: 40) “ao vínculo que ele (o trabalho) representa em termos de inserção social (...) Estes qualificativos devem antes reservar-se para os esquemas que os actores sociais desenvolvem nas interacções e dependências, mais ou menos fortes e consolidadas que estabelecem entre si, em determinado momento histórico”. Para além disso, “o trabalho assalariado e o enquadramento jurídico-laboral em que se acolhe e protege, caracterizado pela estabilidade espaciotemporal e pela existência de um salário regular e periódico, surgem como o *modus operandis* do projecto de integração social que caracteriza o modelo capitalista da Sociedade Industrial” (Sampaio, 2002: 40).

Emprego é, assim, um conceito da modernidade, muito recente e criado pela vontade do homem em determinado período da sua história. Hoje, vivemos enredados e autolimitados entre esta definição e todos os outros conceitos a ela ligados, sempre que abordamos o tema do trabalho. Até que ponto é que temos de pensar além deste conceito

¹⁴ Não necessariamente por esta ordem

para repensar uma nova abordagem, é um dos desafios que se colocam na elaboração deste projecto.

Já no que se refere ao termo empregabilidade, ele pode ser definido como “ter uma qualificação adaptada e as qualidades necessárias que permitam responder a uma solicitação do mercado de trabalho num dado momento” (Gangloff, 2010: 280). Já segundo Rouault, Drugmand & Mattio (Rouault, Drugmand, & Mattio, 2008: 4) a “empregabilidade é o processo de desenvolvimento e de actualização contínuas das competências, conhecimentos e atitudes de um indivíduo, que lhe permitam ter um emprego ou encontrar-se numa dinâmica de procura ou de evolução nas melhores condições possíveis para ele mesmo, para os seus empregadores e para a colectividade em geral”

A empregabilidade que queremos desenvolver é aquela que adapta o enquadramento mental, a atitude, os conhecimentos e qualificações técnicas às características próprias e ainda em desenvolvimento da ECPC.

1.2 FUNÇÕES DO TRABALHO

“Nós somos o que fazemos. O que não se faz, não existe. Portanto, só existimos nos dias em que fazemos. Nos dias em que não fazemos, apenas duramos”

Padre António Vieira

As funções do trabalho, estão ligadas à sua evolução histórica. Nem sempre o trabalho teve o mesmo sentido para a humanidade, como nunca, inclusive hoje em dia, representa o mesmo para todas as culturas. Existem, contudo, na análise feita por sociólogos (Capucha et al., 1998; Freire, 1997; Schnapper, 1998), economistas (Jackson, 2013), bem como os actores do serviço social (Amaro, 2005) e pessoas das letras (Toffler & Toffler, 2006), algumas linhas em comum. Tem sido transversal, a necessidade e a importância de perceber o que queremos, afinal, nós os humanos, quando trabalhamos. Que funções colmatamos quando trabalhamos? Num contexto hodierno o trabalho satisfaz, desde logo uma função económica, de subsistência, para além de uma função psicológica, numa necessidade de criar. Por fim, uma função social, na necessidade de colaborar (Jaccard, 1974a).

Para João José Sampaio, “o trabalho desempenha um importante papel de sociabilização dos indivíduos, através da visibilidade que proporciona dos papéis que cada

um desempenha para a consolidação do bem-estar social e do reconhecimento que a sociedade lhes confere” (Sampaio, 2002: 49).

Podemos encontrar outro ponto em comum com as funções do trabalho. Na visão de Alvin e Heidi Toffler, falar de riqueza é falar “sobretudo duma acumulação de possibilidades”:

“para compreendermos o futuro da riqueza – a nossa ou de qualquer outra pessoa – no seu sentido lato, temos de começar pela sua origem: Desejo (...) O Desejo pode reflectir qualquer coisa, desde uma necessidade desesperada até uma vontade transitória. Em qualquer dos casos, a riqueza é tudo o que satisfaça a ânsia por algo. (...) Podemos definir riqueza como qualquer possessão, partilhada ou não, que tenha aquilo a que os economistas chamam “utilidade” – garante-nos alguma forma de bem-estar ou pode ser trocada por uma outra forma de riqueza que surta esse efeito. (...) A riqueza é a filha do desejo” (Gabriel Zaid in Toffler & Toffler, 2006: 14, 15)

É, com efeito, para colmatar um desejo que as civilizações trabalham desde há milénios a esta parte. Uma realidade tem sido o crescente aumento da intensidade e variedade de desejos que queremos satisfazer, todos eles dependentes do “fruto” do trabalho (o dinheiro) para essa satisfação ser consumada, ainda que possamos falar, igualmente, de uma satisfação intrínseca ao próprio trabalho. Esse constante flutuar de novos desejos e a capacidade de os satisfazermos, tem tido repercussões na forma como nos definimos, em particular na forma relacional de que nos fala Kathryn Woodward (Woodward, 1997) quando nos diz que cada um de nós se define, igualmente, na diferença que encontra em relação ao outro (identidade e diferença).

Kelly considera cinco, os aspectos sociais do trabalho (Kelly in Marçano, 2013: 9):

a) Aspecto utilitário – meio de sobrevivência ou de subsistência; meio de enriquecimento pessoal; instrumento de segurança e de prosperidade colectivas e factor de produção;

b) Aspecto individual - imperativo psíquico, inerente à natureza humana; expressão da criatividade; meio de afirmação ou de justificação pessoal; via de acesso ao poder, meio de defesa contra a inactividade, o aborrecimento ou as tentações

- c) Aspecto ético – vocação espiritual e meio de redenção; prova da qualidade de ser eleito por Deus; submissão sacramental à vontade de Deus; meio de acesso a um ideal universal
- d) Aspecto social – necessária obrigação social; meio de socialização; meio de afirmação da identidade social; cimento da solidariedade e da coesão social
- e) Aspecto institucional – instrumento da autoridade e da ordem; mecanismo tradicional de repartição; critério de dever de participação social

Já Luís Capucha define o contributo do emprego como revestindo “uma grande importância no quadro da formação das identidades individuais e familiares, no acesso a recursos, a redes, à habitação, à educação e a muitos outros factores que tendem a condicionar o posicionamento dos indivíduos numa sociedade” (Capucha et al., 1998: 28).

Estas visões permitem constatar como real a complexa rede de sentidos que o homem dá ao trabalho. Dessa forma, julgamos essencial uma abertura de espírito na análise daquilo que podemos e devemos considerar como trabalho em cada época, principalmente no conflito que existe, contemporaneamente, na classificação que fazemos entre o que é trabalho e o que é emprego. Nesta visão mais alargada destes conceitos, podemos abranger algumas actividades outrora afastadas do que se define comumente por emprego? Sabemos que este termo está associado a um trabalho no quadro de uma relação contratual com remuneração. Isto pode levar-nos a limitar na teoria e na prática o nosso campo de acção quanto à classificação de “outras formas de trabalho, como as actividades independentes que escapam em grande parte aos critérios do mercado” (Kelly in Marçano, 2013: 9). É na relação contratual com remuneração que existe uma mudança de paradigma na ECPC. É essa mudança que, mais do que adaptar-se, a sociedade tem de construir em seu benefício comum.

1.3 A FUNÇÃO DO TRABALHO NA CONSTRUÇÃO IDENTITÁRIA INDIVIDUAL E COLETIVA

No meio sociológico é reconhecida a centralidade do trabalho na construção e definição identitária (individual), em especial após a Revolução-Industrial e o conseqüente surgimento da relação assalariada “empregador-empregado” (Budd, 2011) que veio redefinir e conflitar o papel do homem na sociedade: o trabalho passou a estar fora do

seio familiar, com regras, horários e preceitos diametralmente opostos daqueles que existiam até então. Houve uma separação, também identitária, entre trabalho, família, comunidade e os espaços físicos e subjectivos que eles representavam. Será por isso que, segundo Marie Jahoda “o trabalho ajuda os indivíduos a fazer sentido próprio fora da sua existência” (Jahoda in Budd, 2011: 145). Quer isto dizer que o trabalho tem um papel central na organização do dia-a-dia de cada um de nós, bem como da vida num sentido a longo prazo. Sem essa referência é toda essa vida que se desestrutura e a identidade a ela associada (Budd, 2011).

Os indivíduos criam identidades para ajudarem no entendimento de quem são, aumentando a sua compreensão de onde se inserem. Há que pensar uma identidade fundamentada, em parte, nos saberes e fazeres que os desligue do exterior da comunidade, dando-lhes um lugar diferente na sociedade. Para além disso, o trabalho tem um papel na localização do indivíduo na estrutura social. (Budd, 2011). Essa localização através daquilo que fazemos pode ser dicotómica, na pós-modernidade, já que quanto maior a desigualdade entre aquilo que fazemos e aquilo que aspiramos fazer (ou ter, através do que fazemos), maior a intranquilidade e insatisfação, potenciando situações de frustração, mutilação ou alienação (Freire, 1997).

Enquanto seres sociais, construímos a nossa identidade num diálogo interior contínuo, onde o exterior nos incita, permanentemente, à sua participação nessa construção que tem de ser comum e holística. É neste sistema vivo e vibrante, onde ansiamos um enquadramento seguro, definidor de um eu congruente, concreto e respeitado, que às vezes nos perdemos, em particular desde a modernidade, a época que nos interessa estudar para estruturar o nosso projecto. Estes são tempos de mudança, onde a urgência tomou o lugar da normalidade e poucos sabem definir-se naquilo que são, ou querem ser. O “ser”, aliás, deu lugar a um “ter” aglutinador de qualquer outro significado que dê sentido a este curto momento em que somos humanos (Bauman, 2007).

A identidade constrói-se, é certo, no pensar e no agir sobre aquilo que nos rodeia, porque fazemos parte desse todo: pessoas, objectos, situações, lugares, consciência temporal tomam parte nesta obra que se espera única no resultado, ainda que plural na sua fonte. E quer-se único no resultado por ser esse o “consolo” que buscamos: sermos únicos nalguma dimensão daquilo que nos define, sendo essa a redutora definição de identidade (Hall, 2006).

A identidade é individual e colectiva, no sentido em que o colectivo contribui, em parte, para o que é essa identidade individual e ambas se relacionam e transformam em unísono. Fazer parte desse colectivo transmite-nos uma segurança de pertença, fundamental para o bem-estar psicológico de cada ser (Hall, 2006). É o “porto-seguro”, o “refúgio” que necessitamos para nos localizarmos no meio do aglomerado de actores sociais.

André Gorz relaciona a nossa pertença à esfera pública através do trabalho, o qual nos confere uma existência e identidade sociais. É pelo trabalho que ganhamos uma posição num sistema de relações e trocas no qual nos comparamos em relação aos restantes actores sociais, com os quais trocamos direitos e deveres (Gorz in Freire, 1997).

Sintomática nos dias de hoje e no seguimento da análise das palavras de André Gorz, é a perspectiva de Kathryn Woodward. Segundo esta autora a identidade é relacional porque para existir tem de se retractar em algo fora dela: identidade na diferença que encontro naquilo que está fora de mim (Woodward, 1997). Transportando este conceito para o mundo do trabalho, cada um define-se em relação às diferenças que encontra no seu trabalho em comparação com os restantes, ao nível das funções e estatuto (Fohlen, 1974; Jaccard, 1974a; Schnapper, 1998).

Em suma, observamos e tentamos perceber a importância do trabalho como suporte na construção identitária. Em particular, pretende-se saber que papel pode ter o trabalho comunitário nesse campo para reconstruir vidas individuais e colectivas.

1.4 O PODER COLECTIVO DOS INDIVÍDUOS NAS RELAÇÕES LABORAIS

Segundo o estudo de Pierre Jaccard (Jaccard, 1974), na evolução das civilizações é notória a contribuição do labor humano e das relações que esse labor foi preconizando, como demonstrado no ponto anterior. Enquanto as várias repercussões do trabalho (invenções, descobertas, crescimento económico e progresso social) na evolução civilizacional têm sido fruto do grau de dignificação que se tem dado ao trabalho manual, em contraste com o trabalho intelectual, quando o trabalhador é menosprezado, a mudança pode ser mais complexa e violenta (Jaccard, 1974a). Jaccard considera que foi a generalização da escravatura que levou, em grande medida, ao fim da Civilização Antiga. Podemos, igualmente, falar do poder do Terceiro Estado (vítima das condições em que trabalhava e, conseqüentemente, das dificuldades por que passava) no desenrolar da

Revolução Francesa e da contribuição de um grupo notável de Homens que colocou termo à escravidão nos EUA. Outros exemplos existem, sendo que o importante é realçar o quão marcante tem sido aquilo que o ser humano tem feito por si e pelos seus em resposta às condições de trabalho. Tem sido um contributo fundamental, aquele que as relações e processos laborais têm dado para o desenvolvimento das civilizações. Este enquadramento torna-se tão mais importante, quanto hoje, como observamos diariamente, caminhamos, notoriamente, para um ponto de rotura nas relações laborais. Para isso contribuem as crescentes taxas de desemprego e a dilatação do fosso entre ricos e pobres, fruto da relação de poderes no trabalho que se construiu na modernidade, pós Revolução Industrial (Scharmer & Kaufer, 2013).

Neste momento, a ECPC define-se num número crescente de pessoas que estão a relacionar-se activamente na sociedade de uma forma colaborativa. Isto é, nasce um movimento de diferentes formas de colaboração em massa que estão a “modificar o modo como os produtos e serviços são inventados, produzidos, comercializados e distribuídos a nível global” (Tapscott & Williams, 2008). Este novo paradigma socioeconómico tem colocado em causa o *status quo* do mercado de trabalho, dito tradicional (Botsman & Rogers, 2010; Goudin & European Added Value Unit, 2016; Rifkin, 2014b). Será uma mudança na hierarquia das forças de poder das grandes corporações sobre os indivíduos (Botsman & Rogers, 2010; Goudin & European Added Value Unit, 2016; Rifkin, 2014a, 2014b)? Bill Gates e outros executivos de topo a nível mundial já alertaram que a ECPC constitui “uma ameaça potencial à capacidade de obter lucro em indústrias baseadas no conhecimento” considerando serem estes “cooperativistas” “comunistas” disfarçados de diversas formas” (Tapscott & Williams, 2008: 24). Até onde nos leva esta evolução recente, ainda poucos se atrevem a vaticinar. No entanto, a mudança no sentido que aqui é descrito é já uma realidade. O exemplo mais recente deste “jogo de força de poderes” fruto desta mudança acontece entre taxistas e os condutores e clientes agregados a empresas como a Uber em toda o mundo. Se vai a Uber sucumbir à força dos taxistas, ou se vão os taxistas sucumbir à força da Uber, dos seus motoristas e do número cada vez mais elevado de clientes destas empresas, ainda é cedo para perceber: “As empresas habituadas a coordenar confortavelmente actividades de mercado têm de lutar agora contra novas e invulgares formas de concorrência, incluindo as massas auto-organizadas” (Tapscott & Williams, 2008: 24).

1.5 O FIM DO TRABALHO, OU UM NOVO OLHAR SOBRE O TEMA

Jeremy Rifkin (Rifkin, 2014a, 2014b), Domenico de Masi (Masi, 2000), Dominique Schnapper (Schnapper, 1998), entre outros autores, têm reflectido sobre o futuro do trabalho numa lógica polarizada: sociedade sem trabalho vs sociedade centrada no trabalho.

Para Viviane Forrester (Forrester, 1997) vivemos hoje numa sociedade de excluídos por via desse mesmo factor trabalho, outrora tão importante no estabelecimento de laços sociais e na definição da identidade de cada cidadão. Hoje, constituindo-se o trabalho, provavelmente, de forma cada vez mais vincada, como central na definição dessa mesma identidade e na criação desses mesmo laços sociais (as empresas são espaços de socialização por excelência), tendo-se tornado inacessível a uma significativa proporção da população activa, esse facto torna-o, mormente, factor de dura exclusão e, consequentemente, de crise identitária. Para Forrester é importante pensar-se a reformulação das disposições do trabalho.

Para Dominique Schnapper, “pode sonhar-se com um outro mundo, mas não se deve negar a realidade daquele em que vivemos” (Schnapper, 1998: 15). Com base neste princípio explica os motivos pelos quais, na sua opinião, a ideia do “fim do trabalho” é uma “utopia” e um “absurdo”.

A sociedade moderna de que fala é aquela que tem as suas raízes no pensamento de Adam Smith, no século XVIII, e na Revolução Industrial dos séculos XVIII e XIX. Neste contexto, a sociedade incorpora um duplo valor nos indivíduos: indivíduo-cidadão e indivíduo-produtor. Esta união entre trabalho produtivo e cidadania tem um profundo impacto no cidadão, que vê a sua dignidade ser adquirida através do Trabalho, vector essencial da organização social: “as sociedades modernas constroem-se em torno da actividade profissional, da cidadania e da articulação entre as duas” (Schnapper, 1998: 16). É preciso, neste contexto, entender uma forma efectiva de regular o trabalho, no intuito de o dotar da “capacidade de integrar na vida colectiva aqueles que hoje conhecem um processo que corre o risco de os conduzir à exclusão social” (Schnapper, 1998: 16). É este o ponto fulcral: como incorporar uma massa de vulneráveis excluídos pela máquina mercantilista capitalista. A mesma dúvida invade o pensamento de Domenico de Masi

(Masi, 2000), Lynda Gratton (Gratton, 2012), Maria Inês Amaro (Amaro, 2005), bem como dos membros do grupo Krisis (Grupo Krisis, 2003).

Todo o pensamento de Dominique Schnapper circula em torno de determinados conceitos fundamentais e interligados da vivência em sociedade, sem negar o evidente, reconhecendo o que de construtivo tem a sociedade actual e evidenciando os pontos de rotura com a defesa de um sentido de dignidade do ser humano. O trabalho é central em todo este sistema, sendo urgente repensar-se a sua forma no contexto dos cidadãos, antes de pensar o seu fim. Colocando a ênfase no trabalho e na sua centralidade como parte integrante da sociedade ocidental, Dominique Schnapper (Schnapper, 1998) evidencia, igualmente, a importância da dignidade do cidadão. Essa dignidade é garante de uma plena cidadania e o trabalho é estruturante no reconhecimento, pelo próprio e pelos outros, da dignidade de cada um e do seu papel na interacção com os outros. E não basta trabalhar para se ser digno. Ainda que persistam culturas (não ocidentais) onde não trabalhar é inerente a uma condição privilegiada, nas culturas ocidentais nem todo o trabalho tem uma representação digna. O seu sistema de valores é complexo. Motivado por uma lógica produtivista, a primeira diferenciação surge na relação entre funções produtivas e não produtivas, segundo os critérios prevaletentes nas culturas ocidentais da modernidade: “o problema de hoje é o de reconhecer plenamente a dignidade de outras formas de trabalho” (Schnapper, 1998: 119). O conflito é, então, gerado numa sociedade produtivista e masculina, onde as funções sociais, do cuidar do outro, seja em contexto educativo, cultural ou paliativo, entram em confronto com as ideias de “virilidade” ainda existentes: cuidar e “as profissões do social são desvalorizadas porque são ocupadas maioritariamente por mulheres e porque a lógica produtivista é dominante nas nossas sociedades” (Schnapper, 1998: 113). Esta hierarquia enquadra-se na definição dos “Estatutos Sociais”: “O que dá a um indivíduo o sentimento da sua própria dignidade e leva os outros a respeitar esta mesma dignidade” (Schnapper, 1998: 153). Tem sido esta uma causa da exclusão e vulnerabilidade de alguns. Dominique Schnapper defende uma ligação entre dignidade, Estatuto Social e Emprego/Desemprego, Na sua opinião “é preciso deixar de assimilar a utilidade, o prestígio social e, portanto, o sentimento da dignidade de um indivíduo a uma actividade profissional na qual se tem um estatuto” (Schnapper, 1998: 103). Este reconhecimento social constrói-se, igualmente, em torno do salário.

Os desempregados, enquanto representantes de um grupo social, sentem-se envergonhados, vivem privados de relações sociais e não querem reivindicar para si essa identidade. E ainda existe, no “fundo da hierarquia”, a figura do “assistido”, aquele a quem não sendo reconhecida, sequer, a capacidade de trabalho, se vê privado de toda a sua dignidade. Estamos perante um processo de exclusão onde a dimensão material é muitas vezes renegada para um plano secundário, prevalecendo outras formas de representação da sua dignidade, como recusar ficar ao cuidado de um centro de acolhimento.

A exclusão, assim como a integração é um processo: “os destinos sociais não são fixos, nem fixados” (Schnapper, 1998: 69) e estão ligados à fragilidade dos destinos sociais. A cultura capitalista em que vivemos tem a qualidade de promover a criatividade de forma excepcional, de ser muito eficaz, de criar riqueza e de ter nascido numa sociedade cívica. No entanto, a cultura capitalista tem claros efeitos nocivos para as populações e cria condições de injustiça social. É factual que “as competências exigidas no sector concorrencial são elevadas, estão limitadas a um pequeno número de pessoas” (Schnapper, 1998: 108). O que fazer com as pessoas (todas as outras) que não têm condições de se adaptar a este sistema? Há que criar “políticas públicas que se dêem conta do facto de que nem toda a gente pode ser eficaz e produtivo no mercado concorrencial” (Schnapper, 1998: 103). É preciso controlar os fundamentos do trabalho em nome “dos valores colectivos que garantam a dignidade de cada um mesmo quando fora do sistema” (Schnapper, 1998: 29). Para tal, é necessário refundarmos os valores da República e da Democracia, espaço da “igualdade das possibilidades” (Schnapper, 1998: 34). Aqui, os destinos sociais não são fixados antecipadamente e o cidadão pode agir na qualidade de crítico sobre o Poder. Há lugar ao civismo (valores comuns, partilhados, sobre justiça e solidariedade social) o que possibilita “justificar os inevitáveis constrangimentos da vida colectiva(...)por se tratar de um projecto cívico, para além da participação económica” (Schnapper, 1998: 73). É nesta definição de política, a da transferência de recursos entre grupos, a que legitima as necessárias sujeições da vida colectiva, a que garante protecção aos mais desfavorecidos, a que mostra vontade de defender e ver defendidos os seus valores que podemos reconstruir o valor atribuído ao trabalho e a esperança dos excluídos. Em parte, ainda que de forma disruptiva, a ECPC tem esta visão da sociedade, colectiva e organizada em nome do bem-comum e da colaboração.

O que falta é a figura do Estado-providência, antigo guardião dos excluídos. A sua dimensão cívica, o seu carácter integrador em nome de valores comuns que garante esse sentido de pertença e de transferência entre pessoas, nasce com os princípios fundadores da Nação. É no seu contexto que percebemos que “os mecanismos do mercado não devem manifestar-se sozinhos, sem contrapartida política e social” (Schnapper, 1998: 38). É preciso repensar os mecanismos do Estado-providência, pensando e agindo sob alternativas à caridade e aos benefícios pecuniários. Os elos sociais (de redistribuição) entraram num processo de diluição permanente e as instituições protectoras dos mais fracos estão a ser arrastadas nesse movimento. Como sistema que é, fluído, alimenta-se a ele mesmo e hoje percebemos um enfraquecimento do civismo, uma falta de confiança nos dirigentes, o que tem levado a um comportamento individualista, guiado por um pensamento de curto prazo exacerbado que dificulta o saudável funcionamento de uma sociedade cívica, onde prevalecem os verdadeiros valores da República e da Democracia (Schnapper, 1998). A ECPC é, em parte, uma resposta popular a este desvio de rota dos princípios políticos que estiveram na base da construção da República, do Estado providência e dos valores cívicos que, entretanto, se desvaneceram na lógica capitalista pós-moderna.

Dominique Schnapper, prevendo a continuidade deste sistema social baseado na centralidade do trabalho, expressão da humanidade, lugar de realização do homem, que garante a sua independência, a sua vida material e que estrutura o seu tempo, defende, num sentido positivo, negativo e, acima de tudo, pragmático o elo de dependência entre a economia de mercado e a economia social. E é, em certo sentido, na assunção e reforço desta realidade, que vê o reconhecimento social das actividades não produtivas, onde o foco é o ser humano e o seu desenvolvimento. Num primeiro plano, Dominique Schnapper vê a eficácia da produção do sector concorrencial como financiadora de empregos nos sectores social, cultural e educativo: “a própria existência de uma economia social, qualquer que seja a definição que se lhe dê, é condicionada pela economia competitiva(...)a possibilidade de desenvolver os cuidados às pessoas é condicionada pela produção dos objectos” (Schnapper, 1998: 89). Neste sentido, a manutenção de um sector de produção mercantil competitivo no plano mundial é o garante do desenvolvimento de outros sectores da vida colectiva. O social é e será financiado pela boa performance do sector competitivo porque “a economia social ou solidária não pode ser constituída pela criação de empresas não rentáveis” (Schnapper, 1998: 90). O que Dominique Schnapper defende é que “sem

denunciar o capitalismo, é desejável reencontrar o sentido das relações entre os homens, fora das relações mercantis, e do civismo” (Schnapper, 1998: 115). Isso acontece com base numa mudança de valores da produção, para os valores das pessoas, sem alterar, contudo, o sentido da importância do Trabalho como definidor da vida social. Relacionando esta visão com a ECPC, nota-se uma lógica capitalista, produtivista por detrás de um sistema que, apesar disso, quer dar mais oportunidades a todos, aumentando as possibilidades de cada um se reencontrarem com aquilo que sabem e querem fazer, bem como ligando-os, directamente, a quem eles podem servir.

O facto de hoje, comparativamente com o início da Revolução Industrial e mesmo o início do século XX, trabalharem-se menos horas, não é razão para pensarmos que estamos perante o fim do trabalho. Esta é a diferença entre constatações e normas: “daqui não se pode deduzir que o trabalho deixou de ser uma norma, de ter valor, de organizar a vida colectiva. É passar do facto à norma” (Schnapper, 1998: 18). Em sua defesa do sentido do trabalho, Schnapper traz à discussão dados históricos sobre os efeitos sociais, decorrentes das várias revoluções sociais, sobre o trabalho. Hoje, estamos a viver no epicentro da Revolução Informática e as consequências, para já, ainda são de desestruturação e destruição de postos de trabalho, de mobilização forçada dos factores produtivos, embora com uma particularidade: “a máquina informática substitui, igualmente, a inteligência humana(...)pode ser mais difícil o restabelecimento da sociedade” (Schnapper, 1998: 82). É neste dilema que o sector social surge como forma de dignificar o cidadão e reforçar o papel do trabalho como definidor da identidade de cada um. O desenvolvimento dos serviços às pessoas é susceptível de um desenvolvimento imenso. As nossas necessidades em cuidados, educação e cultura são inesgotáveis. O futuro pode passar por uma “nova organização do trabalho na qual os empregos do social(...)se multiplicarão” (Schnapper, 1998: 93). Schnapper acredita que os excluídos e inadaptados de hoje poderão encontrar um emprego no sector dos serviços às pessoas ou, por outra via, serem reinseridos na sociedade. A dúvida, no âmbito do LCE é saber de que forma a ECPC pode integrar esses excluídos, inadaptados e vulneráveis da sociedade actual. Na economia social isso pode passar pela profissionalização destes novos sectores, dando uma dignidade aos seus actores e espaço para o desenvolvimento do trabalho como integrador social: “É preciso tornar a dar às pessoas que não participam na produção concorrencial um sentimento justo de que têm a sua utilidade social - Toda a gente tem necessidade de se sentir útil” (Schnapper,

1998: 90). Mais do que um reconhecimento simbólico, é dar um novo estatuto a estas actividades que, dessa forma, podem contribuir para a integração dos, agora, excluídos. As soluções não se esgotam neste ponto. Sendo este o desafio mais complexo, aquele que vai interferir com o sistema de valores vigentes, o caminho já está a ser pensado e percorrido. Por um lado, uma referência ao “Relatório Bissonnat”, como aquele que pretende reestruturar o estatuto social, criando um novo que separe o assalariado de uma empresa em particular, ligando-o a uma rede de empresas. Isto é a lógica da ECPC. Deste modo, o novo trabalhador ganha a mobilidade necessária na adaptação à nova realidade do mercado de trabalho vendo, ao mesmo tempo, garantida uma nova forma de segurança no emprego, com a colocação numa nova entidade empregadora, sempre que aquela a que estiver ligado tiver a necessidade de o dispensar. A gestão da sua carreira entre períodos activos e de formação tornar-se-á uma realidade natural e desejável (Schnapper, 1998). É um outro olhar sobre o pensamento de Rousseau quando este afirmava que “é na medida em que o indivíduo é autónomo graças ao seu trabalho que pode, ao mesmo tempo, ser autónomo na sua prática de cidadão” (Rousseau in Schnapper, 1998: 19). A profissionalização e dignificação das funções tradicionais em contexto comunitário e local é, igualmente, uma via possível, que só não tem sido seguida por ir contra os princípios produtivistas e de eficiência da lógica capitalista: não servem para resolver o problema do desemprego, por necessitarem de mais mão-de-obra (Jackson, 2013).

Todas estas novas lógicas tornam actual o pensamento de Montaigne se pensarmos que para ele o importante não era aprender qualquer coisa, mas aprender a aprender. E não falamos só dos excluídos, mas principalmente de quem tem o poder para mudar o curso da história e perceber que novos caminhos são possíveis quando se altera a forma de pensar. É essa flexibilidade, tanto ao nível funcional, como ao nível da mudança da nossa estrutura de valores na associação de actividades e dignidade, que vai ser essencial para adquirirmos novos elos sociais que nos permitam adquirir uma outra dignidade (Schnapper, 1998).

Jeremy Rifkin (2014a, 2014b) descreve um sistema social baseado no trabalho que está em colapso: sintoma da revolução tecnológica e da revolução na partilha de informação, as quais permitem uma diminuição crescente da necessidade de mão-de-obra, ao mesmo tempo que a mão-de-obra que é, ainda, necessária tem sido deslocalizada para fora do mundo ocidental. Enquanto isso, os efectivos à procura de emprego continuam a aumentar,

aumentando o número de excluídos. Para Rifkin, isto representa um sistema em ruptura. O que ele defende, mais do que o fim do trabalho, é uma transformação das relações sociais e aponta o caminho, o da ECPC, para uma sociedade mais colaborativa: “A natureza distribuída e colaborativa da nova economia é fundamentalmente incompatível com a teoria clássica, a qual defende sobretudo que o interesse individual no mercado é a única forma que efectivamente levará ao crescimento económico” (Rifkin, 2014a: 214-215). As pessoas não vão deixar de trabalhar, apenas está a ser alterada a relação de poder e participação no processo produtivo, seja ele de bens ou de serviços às pessoas. Na ECPC, em que a preocupação pelo bem comum é central no agir individual, a definição de serviços aos cidadãos, ganha uma dimensão determinantemente mais lata em comparação com aquela que define, hoje em dia, a “economia social”.

Domenico de Masi (Masi, 2000) defende aquilo a que denomina o “ócio criativo”. Partindo da análise de dados estatísticos, de Masi limita-se a constatar que o tempo ocupado a trabalhar tem vindo a ser cada vez menor. Por outro lado, há evidências de que caminhamos para uma sociedade do trabalho que faz, de forma crescente, um uso mais efectivo do cérebro, em detrimento do uso das mãos e força física pura, características da sociedade Industrial. Nesse sentido, há uma prevalência das funções laborais ligadas à mente, à criatividade, à “performance mental”: “a principal característica da actividade criativa é que ela praticamente não se distingue do jogo e do aprendizado, ficando cada vez mais difícil separar estas três dimensões(...)Quando trabalho, estudo e jogo coincidem, estamos diante daquela síntese exaltante que eu chamo de “ócio criativo” (Masi, 2000: 16). Domenico de Masi descreve um novo paradigma da sociedade do trabalho, nas suas tipologia e representação sociais, mais do que o seu fim. Por evidência estatística de que trabalhamos cada vez menos horas e sendo que o tipo de trabalho desempenhado tem características vincadamente mentais, a diferenciação entre tempo de trabalho e tempo de ócio, pode tornar-se num exercício mental complexo. Tal como Dominique Schnapper (Schnapper, 1998), Domenico de Masi (Masi, 2000) analisa o contributo construtivo que a sociedade competitiva tem tido para o desenvolvimento da espécie humana sendo, igualmente, claro para si, os efeitos perversos que este sistema tem criado, nomeadamente na forma como descarta, friamente, quem não tem as características perfeitas para contribuir para o sistema, segundo os parâmetros actuais exigidos.

Judy Wajcman (Pereira & Villalobos, 2015) acredita, tal como Domenico de Masi, que caminhamos rumo ao esbatimento daquilo que ainda hoje separa trabalho e lazer. Contudo, ao contrário deste ela relaciona o uso das novas tecnologias como instrumental dessa realidade. Quando, por exemplo, por via do uso de *smartphones*, conseguimos viver em família no local de trabalho e ser interrompidos a qualquer hora do dia e da noite, na quietude do nosso lar, por razões profissionais, quando e onde deixamos de estar com a família, ou quando e onde deixamos de trabalhar é uma construção que estamos a começar a fazer. Essa mudança acontece, na ECPC, na forma como a tecnologia é usada para ligar pessoas e produtos e descentralizar o processo das organizações para as pessoas.

Em “A Mudança – O Futuro do Trabalho Já Chegou” (Gratton, 2012), Lynda Gratton fala da emergência da classe regional dos excluídos, num sentido consensual com o pensamento dos restantes pensadores, colocando a tónica da transfiguração do sistema social nos “aparatos” que usamos (as tecnologias, a conectividade, os bens materiais que fazem parte das nossas vidas sociais), na medida em que as necessidades de cada um são as mesmas das do passado, presente e futuro. Sem negar o facto de que os seres humanos se adaptaram e auto-regeneraram no percurso da história ao verem-se confrontados com determinadas alterações no seu equilíbrio social (fruto de mudanças sociais, técnicas, culturais), o que queremos, o enredo humano, nas palavras de Maslow, “é segurança para nós e para as pessoas que amamos; gostamos de ser acarinhados e encontramos uma sensação de pertença nas comunidades onde vivemos; precisamos de uma sensação de realização e de um trabalho bem feito; e algumas pessoas também querem uma sensação do que ele classificou como “autorrealização” – a sensação de que fizemos o melhor que estava ao nosso alcance e realizámos o nosso potencial” (Gratton, 2012: 54). Nesse sentido, encontramos em Judy Wajcman (Pereira & Villalobos, 2015) uma reflexão paradoxal sobre o sentido e a origem dos “aparatos”. Na opinião desta socióloga, a tecnologia reflecte a sociedade, não a molda. Somos nós que damos sentido à tecnologia. A tecnologia existente é uma representação da sociedade de Silicon Valley, centrada em ganhar dinheiro, mais do que em melhorar a vida das pessoas. Essa constatação deixa-nos uma interrogação: qual o contributo de quem produz e de quem compra para o rumo que a indústria dos “aparatos” está a levar? Qual o impacto desse rumo na forma como trabalhamos e vamos continuar a trabalhar? Esta é a pergunta à qual a ECPC vai respondendo.

Lynda Gratton (Gratton, 2012) vaticina mudanças reais na forma como vamos trabalhar, num raciocínio intelectual muito próximo de Dominique Schnapper (Schnapper, 1998), Jeremy Rifkin (Rifkin, 2014a, 2014b) e Domenico de Masi (Masi, 2000), referindo a importância das relações humanas como suporte para o elo social íntimo e profissional e a inter-relacionalidade entre estes dois espaços da vida humana, bem como a capacidade de fazer uso das novas redes de conectividade e dos “aparatos” em geral para nos fazermos “vender” num mundo cada vez mais sem fronteiras físicas, psicológicas e políticas, numa lógica de pluralidade de clientes/patrões (em consonância com o “Relatório Bissonnat” e com aquilo que é a ECPC). A coexistência entre grandes corporações e pequenos negócios individuais vai ser característico da paisagem organizacional e a capacidade de aprender um factor determinante para conquistar o nosso lugar num mundo que não deixará de ser competitivo, ainda que mais humano e colaborativo¹⁵.

O grupo *krisis* (Grupo Krisis, 2003) tem defendido o fim do trabalho. Desde logo, pelo efeito de substituição do homem pela máquina, mas também pelo impacto da informática e novas tecnologias de informação, quer seja a deslocalização do trabalho manual ainda existente para fora do mundo ocidental, ou o grau de exigência a que poucos, nesta sociedade competitiva, se adaptam aumentando, dia após dia, o número de precarizados e marginalizados pelo sistema actual. O trabalho, dizem, está num processo de morte lenta: “um cadáver domina a sociedade: o cadáver do trabalho” (Krisis & Antígona, 2003: 13). O ponto crítico relaciona-se com o contexto do trabalho na sociedade actual e da vontade dessa sociedade em dar-lhe um novo posicionamento central na forma como contribui para o aprofundamento dos relacionamentos humanos, da criação de laços sociais e ligação, construtiva, à natureza. Este enquadramento é analisado e posto em dúvida neste tratado. Para o grupo *Krisis* (Grupo Krisis, 2003), o domínio abstracto dado à actividade humana em si a que chamamos trabalho, é uma usurpação desonesta feita pelo homem em nome de interesses desligados do bem comum: Não é natural “o puro “dispêndio de força de trabalho”, sem que se leve em consideração o respectivo conteúdo e independentemente das necessidades e da vontade dos envolvidos” (Krisis & Antígona, 2003: 31). Numa sociedade mercantilista a própria noção de tempo ganha uma dimensão mercantilizável

¹⁵ A constatar tal facto está o crescente movimento de Empreendedores Sociais, de Comunidades produtivas, de ajuda humanitária à escala global com o apoio dos novos meios de comunicação e a que uma parte de nós adere e é sensível, bem como as plataformas colaborativas que surgem para dar resposta a todo o tipo de necessidades, comerciais ou não

abstracta no contexto do trabalho: “nesta esfera, separada da vida, o tempo deixa de ser tempo vivido e vivenciado, torna-se simples matéria-prima que tem de ser otimizado” (Krisis & Antígona, 2003: 32).

No mesmo sentido, István Mészáros argumenta que há uma inversão do estatuto daquilo a que chama “mediações de primeira ordem” e “mediações de segunda ordem” (Mészáros in Antunes, 2013: 20). As mediações de primeira ordem abrangem a regulação do processo de trabalho, a construção de um sistema de trocas adaptada às necessidades, a organização e gestão das actividades que tornam possível a reprodução social cada vez mais complexa e todo o processo que envolve a existência e funcionamento de regulamentos societais. As mediações de segunda ordem traduzem-se na introdução de “elementos fetichizadores e alienantes de controle social metabólico” (Mészáros in Antunes, 2013: 20). Representam o conjunto de hierarquias estruturais de dominação e subordinação.

Frederic Laloux (Laloux, 2014), entende que parte do que está a acontecer, essa transformação societal na ordem das relações humanas em ambiente profissional, é a desconstrução dos princípios subjacentes à necessidade desses mecanismos de dominação e subordinação. A “fetichização”, desmascarada, perde, em parte, o sentido que lhe preconizavam, dando lugar a uma naturalidade dos mecanismos de convivência social, típico dos sistemas vivos, como é qualquer sistema “impregnado” de seres sociais.

A importância do trabalho é essencial para percebermos como funcionam as sociedades. Num misto de preocupações sociais e económicas, certo é que a centralidade do trabalho na gestão das relações a uma escala pluridisciplinar é fruto dessa omnipresença dos seus efeitos (Fohlen, 1974).

Pierre Jaccard (Jaccard, 1974a) escreveu sobre a evolução histórica da Humanidade segundo o prisma do Trabalho, desde a Pré-História até meados do século XX. Se hoje o trabalho é “dono” da nossa identidade, ele tem sido “dono” da forma como o homem evoluiu ao longo dos séculos desde a época em que “apenas” caçava para sobreviver. Assim como Dominique Schnapper (Schnapper, 1998) evoca a questão dos estatutos sociais na contemporaneidade e a força que têm na definição da forma como nos vemos e nos vêm em contexto social, essa noção sempre existiu desde o surgimento da escrita e dos intelectuais, quando a grande cealuma passou a ser entre aqueles que pensavam e aqueles que executavam. Na verdade, tem-se atribuído o nível de progresso de uma cultura

à abertura dessa cultura à experimentação (Fohlen, 1974; Jaccard, 1974a). O efeito que hoje têm as novas tecnologias no mercado de trabalho, pode ser equiparado ao efeito deste tipo de descobertas à distância de centenas ou milhares de anos. A transformação que o progresso, fruto das novas formas de trabalhar, tem exercido sobre o homem, a forma como se relaciona com o seu habitat, estrutura o seu dia-a-dia, a divisão do período de trabalho e descanso tem sido uma constante ao longo dos séculos. Pierre Jaccard (Jaccard, 1974a) fala das repercussões que o trabalho tem tido na vida dos homens e a sua ligação à “história das relações humanas no trabalho: a escravatura, a servidão e a organização corporativa(...)a constituição do proletariado operário, o aparecimento do sindicalismo e a libertação progressiva dos trabalhadores(...)O que importa, é a ideia que o homem faz de si próprio e da sua actividade” (Jaccard, 1974^a: 7). A centralidade do tema na análise da mudança social ao longo dos tempos tem sido uma constante. A história social do trabalho é um marco no entendimento da evolução dos homens, da formação de civilizações e da sua evolução. A referência é, sobretudo, a épocas mais longínquas e também da sociedade moderna ocidental, pensada em torno do trabalho, das relações que ele cria e desenvolve. É para lá que estruturam e estruturamos a nossa vida. É aí que nos queremos definir enquanto seres individuais e sociais (Jaccard, 1974a; Schnapper, 1998).

O Universo “nasceu” há 13800 milhões de anos. As primeiras células surgiram 10 200 milhões de anos depois, há 3 600 milhões de anos atrás. A origem da nossa espécie, o Homo sapiens, tem cerca de 200 mil anos. Neste último período, de apenas 200 mil anos, conseguimos evoluir de “simples símios” para aquilo que somos hoje. Frederic Laloux (Laloux, 2014), reconhecendo essa evolução omnipresente desde o primeiro segundo, está consciente de que o sistema que agora emerge (ECPC) será apenas o primeiro dos próximos que se seguirão.

1.6 A IMPORTÂNCIA DA DIGNIFICAÇÃO DO TRABALHO

Falámos da importância do grau de dignificação do trabalho manual, em comparação com o trabalho intelectual enquanto contributo para a relação de força e poder entre indivíduos, ou grupos profissionais de indivíduos. Por outro lado, falámos do contributo desse grau de dignificação para a evolução civilizacional, sempre que surgiram momentos de rotura e revolta em nome de uma maior dignificação do trabalho e, conseqüentemente, das pessoas a ele afectadas.

Tem sido, na realidade, um desafio, ao longo dos tempos, a definição do que é a dignidade no exercício de cada uma das actividades laborais. Contemporaneamente, para a OIT, existe uma dignidade no trabalho que urge definir e promover, para que o desenvolvimento do homem e da sociedade nesse contexto seja sustentável (Marçano, 2013). Nas palavras do Director Geral da OIT, trabalho digno ou decente é definido, no sentido humanista, como trabalho “remunerado em nível suficiente para o sustento familiar; é a forma de trabalho adequada à mulher e ao jovem; é o trabalho que não se utiliza de formas degradantes, da força ou da escravidão e tampouco da mão-de-obra infantil”¹⁶

Dominique Schnapper (Schnapper, 1998) relaciona dignidade com o conceito de cidadania no contexto da civilização democrática moderna: o principal direito nas sociedades dos cidadãos é o reconhecimento da dignidade destes últimos. Para isso, contribui, em cada um de nós, o pleno reconhecimento interior e pessoal de que se é útil naquilo que se faz. A dignidade acontece no agir, no contexto social. A solução encontrada pelo homem-cidadão para se sentir útil, é fazendo. É neste agir que cada um de nós exprime a sua capacidade de fazer de forma útil, pondo visíveis as suas competências e esperando que elas satisfaçam o seu fim. A dimensão desse reconhecimento tem passado pela contribuição monetária, porque vivemos numa sociedade do dinheiro, competitiva e individual e só com ele podemos, para já, satisfazer, até, as nossas necessidades básicas de alimentação e abrigo, mas também pelo reconhecimento moral e das condições de trabalho que são dadas naquilo que fazemos. Hoje, novas formas de reconhecimento que não só monetárias estão a ter lugar e a substituir o peso da dimensão monetária nesta equação, o que parece ser importante explorar para dignificar o papel do trabalho na sociedade e nas comunidades mais vulneráveis.

A importância da dignidade para este projecto advém do facto de que parece não existir dignidade no processo mecanicista, descartável, competitivo e marginalizador de que se constitui diariamente o mercado de trabalho do sistema competitivo capitalista. E não parece existir dignidade em tentar (re)“treinar” e (re)“formatar” pessoas para as (re)colocar neste sistema (falido) quando estas pessoas já demonstraram estar desfasadas dos “preceitos” desse mesmo sistema. Não dar alternativa a uma situação sem retorno é

¹⁶ (Entrevista de J. Somavia “(2002) à IPS News in MURRAY, Isabel, Juan Somavia defende trabalho decente, Entrevista a Juan Somavia a 31 de Janeiro de 2001. http://www.bbc.co.uk/portuguese/economia/020131_isabelrs.shtml)

indigno de uma sociedade que se quer humanista e o LCE visa, pelo menos, tentar dar a conhecer essa alternativa.

CAPÍTULO 2

POBREZA, EXCLUSÃO SOCIAL E COMUNIDADES VULNERÁVEIS

Trabalhar o DHS como forma de reforçar a capacidade de empregabilidade no contexto de comunidades vulneráveis na ECPC é o desafio do LCE. Para isso, convém definir alguns conceitos importantes. Perceber o que são comunidades vulneráveis, o que é a exclusão social e a pobreza. Este capítulo serve de conceptualização para esse melhor entendimento das dimensões que aqui são retractadas.

2.1 POBREZA

Nenhuma definição de pobreza se esgota em si mesma. A complexidade do problema da pobreza chama a uma abertura de espírito na sua definição, análise e solução. É na capacidade de pensar a complementaridade das várias definições e sensibilidades em relação ao fenómeno da pobreza que reside a diferenciação na forma como o resolvemos.

A pobreza é um processo e um estado resultantes de um conjunto de factores que atingem cada ser humano de forma diferente devido à singularidade que caracteriza cada um.

Para além das carências materiais, há uma dimensão imaterial que faz parte do bem-estar humano e que, quando em fragilidade, encaminha o indivíduo para uma situação de pobreza. É a forma como cada uma destas dimensões afecta cada indivíduo que reflecte a pobreza em cada um. É a forma como o técnico aborda esta teia que define a boa solução no combate a cada dimensão da pobreza (Costa, Baptista, Perista, & Carrilho, 2008). Deste modo, “A noção de pobreza(...)pode, contudo, ser usada com mais rigor para referir uma das dimensões da existência mais determinantes dos processos de produção e reprodução de exclusão social: a das deficientes condições materiais de existência, ou da insuficiência de recursos de ordem económica, social e cultural.” (Capucha, Castro, Moreno, Marques, & Nunes, 1998: 20).

A pobreza pode ser relativa, absoluta, objectiva, subjectiva, primária e secundária (Costa et al., 2008). O desenvolvimento destes conceitos é consensual e, por isso, o interesse está em descrever sumariamente a diferença entre eles.

Existe esta distinção entre pobreza relativa, a que se relaciona com a comparação com os padrões normais definidos pela sociedade em que o sujeito, ou comunidade, vivem e a pobreza absoluta, quando a situação passa a ser de falta de capacidade em assegurar a subsistência e eficiência físicas (Capucha et al., 1998). A noção de subsistência é central quando se fala de pobreza absoluta, uma vez que, em causa, está a capacidade de fazer face às mais básicas necessidades humanas.

Fala-se de pobreza primária quando se refere a ausência de recursos para suprir essas necessidades e falamos de pobreza secundária quando a referência é à capacidade de fazer uso desses recursos, já de si, escassos. Isto é, segundo Rowntree, a pobreza primária é a situação das famílias cujos “proventos totais são insuficientes para obter os bens e serviços mínimos necessários à manutenção de eficiência meramente física” enquanto pobreza secundária será a situação das famílias em que os recursos “seriam suficientes para a manutenção de mera eficiência física, não fora o facto de parte (desses recursos) ser absorvida por outras despesas, úteis ou esbanjadoras” (Rowntree in Costa et al., 2008: 32 e 33).

No quadro de uma economia tradicional, quando falamos de pobreza absoluta, referimo-nos a uma noção de rendimento monetário em valor julgado mínimo, em cada país, para aceder a recursos que garantam a eficiência física e a supressão das necessidades mais básicas: “despesa mínima necessária à manutenção de mera saúde física” (Seebohm in Costa et al., 2008: 32). Esta terá sido a primeira definição de “limiar da pobreza” num sentido absoluto.

Podemos relacionar o conceito absoluto de pobreza por via de uma análise normativa das necessidades consideradas básicas, conjugada com a análise dos factores sociais que vão influenciando, ao longo do tempo, a pertinência desse julgamento. Significa isto que o conceito absoluto de pobreza é dinâmico e flexível (Costa et al., 2008).

Quando falamos de pobreza relativa, trabalhamos essa comparação, essa relatividade tempo-espacial naquilo que se define enquanto “necessidades básicas”, bem como do valor monetário mínimo, ou dos recursos indispensáveis para satisfazer tais necessidades. Nasce daqui a pertinência de se fazerem estas considerações, limitando o campo de análise a uma determinada região e época histórica, comparando-se e trabalhando-se estas noções segundo a norma desse lugar e tempo comuns a um determinado conjunto de pessoas. Sempre que uma pessoa/comunidade tem um rendimento monetário e um conjunto de

outros recursos não monetários abaixo da média, definida como mínima para a real supressão das necessidades consideradas básicas nessa época e região delimitadas, essa pessoa/comunidade define-se, nesse contexto, como sendo pobre (Capucha et al., 1998).

O termo relativo surge já em Adam Smith: “Por necessidades entendo não só os bens indiscutivelmente necessários para sustentar a vida, mas tudo quanto os costumes do país consideram inadequado que pessoas credíveis, até mesmo de ordem inferior, não possuem” (Smith in Costa et al., 2008: 40). Townsend fala sobre a pertinência do conceito relativo de pobreza quando diz que:

“A pobreza só pode ser definida objectivamente e aplicada de modo consistente em termos do conceito de privação relativa(...) Pode dizer-se que indivíduos, famílias e grupos da população se encontram em pobreza quando carecem de recursos para obter os tipos de dieta, participar nas actividades e ter as condições e comodidades que são habituais ou, pelo menos, largamente encorajadas ou aprovadas nas sociedades a que pertencem. Os seus recursos estão tão seriamente abaixo daqueles de que dispõem o indivíduo ou a família médios, que são, de facto, excluídos dos padrões de vida, costumes e actividades correntes” (Townsend in Costa et al., 2008: 41).

Há um primado do contexto social em que se encontra inserida a pessoa/comunidade para aferir da relatividade da pobreza, ou não, em que se encontram.

Falamos da definição objectiva de pobreza sempre que “a identificação das necessidades e a definição do limiar de pobreza não se baseiam exclusiva e intencionalmente nas percepções subjectivas dos pobres, dos cientistas sociais ou do público em geral” (Costa et al., 2008: 48). Por oposição, temos a definição de pobreza subjectiva. A diferença entre a definição objectiva e subjectiva está no grau de intencionalidade com que se dá a voz a quem vive por dentro a pobreza e a quem olha a pobreza unicamente pelo seu lado mais emocional e subjectivo (Costa et al., 2008).

E porque não dar a palavra aos pobres para descreverem, eles próprios, o que é a pobreza? E quem é pobre, afinal? Como é feita essa selecção? Há sempre uma visão mais subjectiva e pessoal e uma outra mais científica e normativa, sendo que todas são pensadas por humanos e por eles vão sendo repensadas ao longo da história dos homens. Há sempre um tempo e um lugar diferente para o mesmo fenómeno e há sempre um surgir e ressurgir de novas dimensões à medida que o homem vai transformando o seu próprio habitat. Aquilo que definimos como pobreza é, antes de mais, uma construção social., ou seja, é, também, um fenómeno de categorização subjectiva e relativa (Costa et al., 2008).

Amartya Sen (in Costa et al., 2008) construiu duas novas perspectivas sobre o fenómeno da pobreza. Por um lado, a noção de habilidade, por outro a de liberdade. A primeira tem a ver com a capacidade de acesso pela pessoa a tudo aquilo que, por razões pessoais, lhe traz felicidade. As necessidades materiais e imateriais básicas estão presentes no sentido em que conferem essa habilidade em atingir tal felicidade pelo caminho escolhido individualmente. Falamos desses recursos como meios e não como fins. Já a noção de liberdade refere-se à ligação existente entre a carência de algo e a liberdade para o usufruto desse algo. Quando alguém, involuntariamente, não tem acesso a determinada condição, ela não é livre de a obter. Este ponto liga a noção de pobreza à Carta dos Direitos Humanos Fundamentais pela via da liberdade. Isto é, a pobreza é, antes de tudo, a falta do direito Universal à liberdade. Esta visão leva-nos mais longe, porque liga directamente a noção de pobreza à dimensão imaterial. A fome é, acima de tudo, uma negação da liberdade de cada um, tal como o desemprego é uma negação dessa liberdade a algo, ou de algo.

Paul Spicker (Spicker in Costa et al., 2008) categoriza pobreza em três grandes grupos: necessidade material, circunstâncias económicas e relações sociais.

Por necessidade material, entende-se a privação de alguns bens e serviços comumente considerados essenciais à vida: alimentação, habitação, energia, entre outros mais latos e abrangentes.

Por circunstâncias económicas, o autor descreve três outras subcategorias. Por um lado, volta-se a falar em carência de recursos. Por outro, uma subcategoria descrita como distância económica, onde a pobreza é vista por comparação entre quantidade/qualidade dos recursos de cada um em determinada sociedade. Por fim, uma subcategoria em que o autor fala de uma noção de classe económica. A comparação é feita, no contexto da sociedade capitalista em que vivemos, dentro do sistema produtivo por ela criado. As classes numa situação mais abaixo dentro desse sistema são as que têm menos segurança no trabalho, menor rendimento, menor apoio social na falta de trabalho, na condição de doentes, etc.

A categoria das relações sociais subdivide-se em quatro subcategorias e volta, por um lado, a chamar a si a noção de classe social e das condições existentes em cada classe (rendimento, educação estatuto). Tanto na categorização anterior, como na presente, referimo-nos à pobreza, quando nos referimos à condição das pessoas das classes mais

baixas. Há uma situação comum a um grupo de pessoas. Por outro lado, a subcategoria dependência, define a pobreza como a situação em que alguém depende de uma assistência social para garantir a satisfação das suas necessidades básicas. Existe uma terceira subcategoria, exclusão social, da qual falaremos no ponto seguinte e que tem a ver com a forma como cada um é excluído dos direitos fundamentais. Isto é, podemos estar a falar de pobreza, ou não, conforme o grau e tipo de exclusão.

Por fim, Paul Spicker fala numa quarta subcategoria: habilitação, tal como Amartya Sen (Spicker in Costa et al., 2008).

2.2 EXCLUSÃO SOCIAL

O conceito de exclusão social está muito ligado ao conceito de cidadania que, no quadro da Nação, tem a ver com decisões políticas abertas a todos. No seu amago, está uma noção de moralidade e ética nessa dimensão política. Ser cidadão é ter do Estado um quadro de deveres e de direitos igual para todos os cidadãos. Quando, involuntariamente, um cidadão deixa de ser beneficiário de pleno direito no âmbito desse quadro e resvala para determinadas condições de indignidade, está excluído dessa cidadania, logo da sociedade (Schnapper, 1998).

A exclusão social acontece quando “a sociedade não oferece a todos os seus membros a possibilidade de beneficiar de todos esses direitos, nem de cumprir alguns deveres que lhes estão associados.” (Capucha et al., 1998: 20).

A exclusão social denota uma ruptura com os elos sociais que possibilitam a proximidade entre as pessoas. Falamos de uma insensibilidade nossa às dores alheias quando nos permitimos que existam situações de exclusão

Esta referência aos elos sociais surge, igualmente, na comparação entre exclusão social e pobreza. Enquanto pobreza significa uma distribuição de cima para baixo em que os que mais têm se encontram no topo e os que menos têm na base, já o conceito de exclusão pressupõe uma perspectiva de dentro para fora: está em causa a intensidade dos laços sociais entre indivíduos e grupos no seio de uma sociedade (Costa et al., 2008). Se olharmos para a sociedade como uma rede de sistemas sociais (representantes das várias dimensões da existência social), a exclusão social significa uma ruptura com esses sistemas. Quanto maior o número de sistemas sociais em que o indivíduo/comunidade está em processo de ruptura, mais intensa e extensa é a situação de exclusão social. A

conclusão é a de que “a pobreza representa uma forma de exclusão social, ou seja, que não existe pobreza sem exclusão social (Costa et al., 2008: 63).

Pertencer a cada um destes sistemas, significa construir e manter laços sociais (afectivos ou não) que, no fundo, é aquilo que nos mantém vivos em sociedade. Precisamos desses laços nas mais diversas dimensões da vida de cada um. Não basta dizer que o homem é um animal social, é preciso dizer que a sociedade é um sistema vivo de laços sociais.

Paralelamente a este olhar sobre os sistemas sociais, o ser humano, em sociedade, posiciona-se, ou está posicionado, dentro de uma rede de instituições de poder económico. Estas, abrem ou dificultam o acesso aos meios e recursos necessários à obtenção dos bens considerados essenciais a uma condição de vida digna. Outras instituições, dimensões e características do território existem, moldando-nos a forma como construímos a nossa identidade e o nosso percurso social (Costa et al., 2008).

O problema da exclusão social pode ir além da própria estrutura e dinâmica das instituições que fazem parte da sociedade. Ela pode “estar inculcada nas estruturas mentais das pessoas que a sofrem” (Capucha et al., 1998: 20). Isto é, existem processos sociais objectivos e subjectivos, sendo que estes últimos têm a ver com a forma como os excluídos vivem a sua própria condição de exclusão: como reagem, como se adaptam e como criam processos de saída dessa situação. Certo é que há uma perda do estatuto de cidadania e, como tal, de acesso a determinados padrões mínimos de vida reconhecidos como aceitáveis na sociedade onde estão inseridos (Capucha et al., 1998).

A exclusão do mercado de trabalho (estar desempregado) é uma das situações de exclusão social, como veremos no ponto “Trabalho, Exclusão Social e Pobreza”, em que o indivíduo se vê confrontado com essa posição de inacessibilidade aos instrumentos sociais que lhe garantem a sobrevivência digna na sociedade: recursos monetários e previsibilidade na obtenção dos mesmos ao longo do tempo.

2.3 COMUNIDADES VULNERÁVEIS

Por definição, comunidade pode ter um enquadramento geográfico, ou um enquadramento de “comunidades de interesses”. Aqui, a ligação, mais do que territorial, será emocional ou, intelectual (Twelvetrees, 2008). Para estas e com o advento das novas tecnologias de comunicação, a noção de território deixou de fazer sentido.

Por outro lado, quando falamos de comunidades, falamos da existência e construção de um sentido de pertença e interacção entre os membros dessa comunidade (Twelvetrees, 2008). Há, apesar deste sentimento de pertença, todo o tipo de competição entre subgrupos e de lutas sectoriais de poder, o que torna a observação e análise de uma comunidade, em algo muito complexo (*Hoggett et all., Mayo e Henderson and Salmon* in Twelvetrees, 2008).

Para este trabalho a dimensão territorial é a base, uma vez que é abordado o DHS para a empregabilidade na ECPC no contexto territorial das comunidades vulnerável. Cada território tem uma diversidade própria da sua localização e especificidades ao nível do tipo de população, dos seus saberes e competências, das suas carências e, no fundo, da sua história (Twelvetrees, 2008). Se as respostas, em particular, vão depender dessa individualidade na diversidade, a base, que é o DHS para a empregabilidade na ECPC, será a mesma

2.4 EXCLUSÃO SOCIAL, POBREZA E TRABALHO

O trabalho é um direito de todo e qualquer cidadão. Faz parte do Direito Internacional e do Direito Português. Isto é, mesmo admitindo que há, voluntariamente, quem não trabalhe, a todos os que estão na disposição de trabalhar, a sociedade deveria, como um todo, garantir a prossecução desse direito. Ter trabalho, quando se quer, é parte integrante da figura de cidadão, numa sociedade democrática moderna, no quadro de um Estado de Direito (Schnapper, 1998).

O papel do trabalho apresenta-se como central na sociedade moderna e pós moderna (Amaro, 2005; Freire, 1997; Masi, 2000; Schnapper, 1998). Parece, assim, fazer algum sentido pensar o desemprego involuntário, como uma situação de exclusão social. Existe uma falha da sociedade, no seu todo, quanto a garantir o direito de se ser cidadão nessa componente da vida comunitária. Numa sociedade mercantilizada, do dinheiro e em que o trabalho é central na obtenção desse “bem essencial”, a situação de desemprego significa ficar à margem de toda essa sociedade: falta de casa, de comida, de roupa, de educação, de saúde, de justiça. A quebra dos laços sociais faz despoletar um processo destrutivo que, na maioria dos casos, só com apoio externo ao indivíduo pode minimizar e/ou reverter a situação. O triangulo “desemprego-saúde mental-pobreza” quando activo, leva a uma situação de exclusão social complexa.

Numa sociedade centrada no trabalho (Schnapper, 1998), “do conhecimento ou informacional” a “«tirania» de competências, como a literacia informática, o conhecimento da língua inglesa, a polivalência, a autonomia, a criatividade e, entre outras, a capacidade de planeamento” (Amaro, 2005: 111) tem sido central na exclusão social dos últimos anos. A competitividade, a eficiência e a procura do lucro têm dado destaque ao trabalhador “individualista (...)pela sua vertente anti-humanista (...) sem amarras, independente, egoísta, sem outros valores que não sejam os da competição, eficácia e proficiência no mercado de trabalho e com uma profunda ausência de consciência social” (Amaro, 2005: 110).

Uma nota para o conceito de vulnerabilidade. Ele está muito ligado ao conceito de “culturas de pobreza”. Caracteriza-se por uma predisposição para a incapacidade em integrar-se numa sociedade moderna cada vez mais exigente, competitiva e marginalizadora dos indivíduos cujos perfis nela não se enquadram. Ao mesmo tempo, culturalmente, existem estas comunidades onde por razões históricas familiares, de vizinhança, de formas de socialização características, se criam e alimentam, virtuosamente, sentires, pensares e agires propensos ao reforço dos padrões de escassez de recursos que os limitam na capacidade de viver de acordo com os padrões definidos como normais (Capucha et al., 1998).

É no seio das sociedades como um todo, onde co-habitam os diversos indivíduos, que se criam as dinâmicas produtoras ou minimizadoras das situações de pobreza e exclusão social. Falamos do enquadramento das dinâmicas económicas, sociais, demográficas, políticas, culturais que, em conjunto, criam espaços de facilitação para um caminho, ou outro.

Estudando autores como Zigmunt Bauman (Bauman, 2007), Dominique Schnapper (Schnapper, 1998), Anthony Giddens (Giddens, 1991), Tim Jackson (Jackson, 2013), Otto Scharmer (Scharmer & Kaufer, 2013) entre outros, percebemos que vivemos um período conturbado da sociedade: de incerteza, de risco, de desconfiança, de desigualdades sociais e, como tal, propenso ao aparecimento de mecanismos facilitadores das dinâmicas criadoras de desequilíbrios sociais e dessas “culturas de pobreza” que levam e agudizam as situações de exclusão social e pobreza.

Luís Capucha (Capucha et al., 1998), faz alusão a estes tempos conturbados, indefinidos e do seu contributo para a situação actual no mercado de trabalho e do seu impacto na pobreza e exclusão social.

O desemprego é uma das faces mais dramáticas e actualmente mais visíveis e comuns deste desequilíbrio, o qual leva ao aparecimento de grupos sociais desfavorecidos.

No estudo de Luís Capucha (Capucha et al., 1998), houve uma categorização dos grupos sociais desfavorecidos em relação ao emprego, dos quais destacamos:

- 1) Desempregados de longa duração
- 2) Jovens de risco
- 3) Toxicodependentes e ex-toxicodependentes
- 4) Detidos e ex-reclusos
- 5) Grupos étnicos e culturais minoritários
- 6) Pessoas com baixas qualificações (analfabetos funcionais; trabalhadores com qualificações obsoletas)
- 7) Membros de círculos de pobreza instalada

Esta categorização é útil para se entender o fenómeno da exclusão social, da pobreza e em particular do surgimento das situações de desemprego nestes grupos sociais vulneráveis para, assim, melhor responder a este fenómeno.

2.5 O CHOQUE DA IDENTIDADE COLETIVA E INDIVIDUAL NO CONTEXTO DA URBE MODERNA

A pobreza e a exclusão social têm uma dimensão diferente quando se tratam de contextos rurais, isolados, ou de contextos urbanos (Capucha et al., 1998). O foco deste projecto será em contexto de comunidades vulneráveis (des)integradas nas urbes modernas.

É nas cidades que (quase) tudo acontece hoje em dia. Se há vantagens nessa proximidade, muitas vezes desejada, entre seres e instituições, muitos dos encontros que se criam são forçados e/ou indesejados. É neste pluralismo que, naturalmente, surgem processos sociais muitas vezes conflitantes entre as instituições e actores sociais que aqui co-habitam (Grafmeyer, 1994). Nesse sentido, grande parte das situações mais

preocupantes enfrentadas pelos Assistentes e Empreendedores Sociais, residem nestes, cada vez mais, complexos aglomerados sociais. Centro de muitas realidades mutantes, a cidade é, igualmente, um centro de grandes desigualdades conflitantes. “Berço” de grupos sociais beneficiários de uma “condição social superior”, a convivência próxima com realidades precárias tem gerado sensíveis tensões sociais. Assim, a cidade tem tido um protagonismo crescente na construção dos processos identitários (Ramos, 2008). À semelhança dos acontecimentos da Revolução Industrial no século XVIII, hoje vemos nas cidades o aparecimento e crescimento de comunidades vulneráveis que, ao contrário dos tempos iniciais dessa Revolução, hoje não tem trabalho. Se esse movimento tem, por esperança, encontrar um trabalho melhor, sabemos hoje que, por culpa de extensos factores políticos, económicos e sociais globais, as cidades ocidentais são, igualmente, palco dum crescente número de desempregados e empregados precários, geradores de situações emergentes de instabilidade individual e social (Standing, 2011). Essa, entre outras, tem sido a causa de um intenso conflito entre duas condições sociais polarizadas: os “privilegiados” e os “precários” a co-habitar lado a lado.

Na (não) convivência destes grupos, na falta de empregos para todos, na diferença de condições entre funções, e no constante incitamento a um consumo inacessível aos mais desfavorecidos, temos os factores para que o distanciamento entre as situações sociais extremas se agudize, num movimento de fechamento e evitamento dos “privilegiados” em relação aos mais desfavorecidos e num movimento de guetização e numa manifestação de revolta destes para com os primeiros (de dentro para fora das comunidades onde vivem).

A dimensão territorial é todo um conjunto (indivíduo, família, comunidade, território de vivência) que pode sofrer de exclusão em relação ao meio territorial envolvente a vários níveis geográficos (rua, bairro, Freguesia, Concelho, Distrito, país, Continente). Os bairros de lata são o caso mais sintomático a nível local (bairro, Freguesia, Concelho) e é aquele, para além dos Bairros Sociais, que mais nos interessa trabalhar no âmbito do LCE. Trabalhar a inclusão humana dos residentes destes bairros, requer trabalhar a inclusão territorial dos bairros onde residem (Costa et al., 2008).

Recordando Amartya Sen (Sen, 1999), o desemprego gera a perda de liberdade e pode ser considerado uma das principais causas da predisposição das pessoas para a exclusão social. O desemprego pode criar desigualdade racial e de género, bem como uma perda de valores sociais e responsabilidades que encaminha os indivíduos para uma vida de crime,

principalmente num contexto de desemprego jovem. Movidos por um efeito psicológico, causado pelo sentimento de injustiça na privação material a que ficam sujeitos, os desempregados excluídos e marginalizados podem criar um modo de vida à margem da lei e do respeito pelo bem comum.

São estas as dimensões das desigualdades enquistadas nas urbes modernas e geradoras de situações de exclusão social. As consequências do desemprego, vivenciadas de forma mais visível, física e psicologicamente, no contexto aglutinador das grandes cidades e das suas comunidades desfavorecidas tem um reflexo generalizado no processo de definição identitária de todos os actores sociais envolvidos. A nós, interessa-nos reflectir e desconstruir estes fenómenos. Isto permite-nos perceber até que ponto se pode, e como, trabalhar o DHS para a empregabilidade na ECPC dentro dessas comunidades mais vulneráveis socioeconomicamente, criando a base para o ressurgir de uma relação mais efectiva e construtiva entre todos os elementos envolvidos.

CAPÍTULO 3

DO PRESENTE AO FUTURO

3.1 A REALIDADE SOCIOECONOMICA DO PRESENTE

A Modernidade caracteriza-se por formas de vida social e organizacional que desenvolvendo-se na Europa no final do século XVII perduram nos seus efeitos até aos nossos dias tornando-se globais os seus impactos (Giddens, 1991). Se a Revolução Industrial, como refere Luís Martins, esteve na génese de diversas transformações sociais, tecnológicas, políticas e económicas (Martins in Amaro, 2005), é a partir da década de oitenta do século XX, devido à revolução electrónica e biotecnológica, que essas transformações se aprofundam, com implicações no mercado de trabalho (Amaro, 2005).

Várias são as visões sobre aquilo que vivemos no presente: Uma sociedade de risco, entendido como uma “forma sistemática de lidar com o acaso e a insegurança induzida e introduzida pela própria modernização” (U. Beck, 1994: 21), ou uma sociedade líquida, em tempos líquidos, numa referência à sociedade pós-moderna, feita por Zygmunt Bauman (Bauman, 2007): as relações que já não duram, a desterritorialização do poder, a confluência entre espaço e tempo por via da velocidade e do papel das novas tecnologias de comunicação, respectivamente. Da esfera pública à privada, dos relacionamentos

humanos, ao mundo do trabalho, do Estado à sociedade civil, a solidez que outrora institucionalizava cada uma destas esferas a que o homem pertencia, foi liquefeita em nome da liberdade, do desapego e do provisório, ou descartável. A velocidade passou a ser a norma e, com ela, a desfiliação a tudo o que era sólido no passado. Quebram-se os laços de pertença social, a individualização surge no seu lugar e a relação “eu-outro” mercantiliza-se.

Ulrich Beck (U. Beck, 1994) complementa esta análise ao falar da sociedade de risco. Há medida que o homem se emancipa e desfilia das sólidas instituições que o protegiam, torna-se livre de escolher, construir e viver o seu percurso de vida, agora aglutinado pelo medo e incerteza da emancipação e democratização dos riscos. A construção social actual, em torno de uma crescente produtividade no que ao trabalho diz respeito é, ao mesmo tempo, produtora de mais riscos e incertezas cada vez menos controláveis pelo próprio homem que as criou. Numa sociedade globalizada, globalizaram-se os riscos e a sua diversidade.

Para Otto Scharmer (Scharmer & Kaufer, 2013), temas como o sistema financeiro, a produção alimentar, os combustíveis fósseis, a escassez de água potável, de recursos, o caos climático, a massificação da pobreza e dos movimentos migratórios, o fundamentalismo, o terrorismo, as oligarquias financeiras tornam esta uma idade de disrupção. Esta civilização da maximização do “eu”, da maximização do consumo, da noção de que maior é melhor, da canalização do poder decisório para um pequeno número de grandes grupos económicos, ou de países entra numa fase de decadência acelerada e cuja causa, segundo o autor, são três divisões principais no seio da sociedade (Scharmer & Kaufer, 2013):

1) Divisão ecológica (uma desconexão entre o eu e a natureza), que se materializa no esgotamento e degradação dos nossos recursos naturais a uma escala massiva.

2) Divisão Social (uma desconexão entre o eu e o outro), visível nos 2,5 biliões de pessoas a viverem com menos de US\$2 por dia, criando uma visível polarização da sociedade

3) Divisão Espiritual/Cultural (desconexão entre o eu e o eu), representativa do distanciamento entre o eu presente e o eu que poderá emergir no futuro e que representa o seu verdadeiro potencial. Sintomas de depressão, o aumento do

número de suicídios e de divórcios, representam aquilo que separa as nossas acções daquilo que somos na realidade. Esta é a divisão em que o LCE vai trabalhar.

Estas divisões são fruto de desconexões estruturais, menos perceptíveis e que Otto Scharmer descreve da seguinte forma:

- 1) Uma desconexão entre a economia financeira e a economia real
- 2) Uma desconexão entre o imperativo do crescimento infinito e os recursos finitos do Planeta Terra
- 3) Uma desconexão entre “os que têm” e o “os que não têm”
- 4) Uma desconexão entre as lideranças institucionais e as pessoas
- 5) Uma desconexão entre o PIB e o bem-estar
- 6) Uma desconexão entre a governação e o silêncio que o sistema exige às pessoas
- 7) Uma desconexão entre os sistemas actuais de propriedade e necessidades sociais de propriedade
- 8) Uma desconexão entre tecnologia e as necessidades reais da sociedade

O primeiro grande impacto destas desconexões é que elas produzem sistemas que não estão desenhados para aprender. Para Otto Scharmer, o sistema actual “opera através de um atraso, ou um corte, no processo de feedback que impossibilita os decisores de experienciar e sentir pessoalmente o impacto das suas próprias decisões” (Scharmer & Kaufer, 2013: 24). Este sistema veio criar um movimento errático das externalidades por ele causadas. Se as externalidades positivas sobem para o topo, as externalidades negativas descem e afectam as bases, onde estão as pessoas mais vulneráveis.

Tim Jackson (Jackson, 2013) aborda e questiona a noção ocidental de prosperidade, baseada num sistema de consumo de constantes novidades. Vivemos tempos de bens descartáveis, como um pré-requisito estrutural de sobrevivência.

Michael Sandel (Sandel, 2013) descreve uma revolução silenciosa que ocorreu nos últimos 30 anos e continua a sua evolução: mais do que vivermos numa economia de mercado, passámos a viver numa sociedade de mercado: o lugar onde quase tudo é colocado à venda, como se de um novo modo de vida se tratasse. As relações pessoais, a família, a saúde, a educação, a política, as leis, a vida cívica, não devem ser pensados como mercadoria. Segundo Sandel isso cria desigualdades naquilo que é essencial à vida

com consequência sociais: a saúde e educação dignas, capacidade de participação na política e na dimensão cívica. Por outro lado, o poder do dinheiro na sociedade desvirtua o significado de determinados bens imateriais e práticas sociais: ler, aprender, participar colectivamente na construção cívica de uma comunidade, ou da própria sociedade são desvirtuados na motivação humana e alteram o significado que estas actividades e bens imateriais deveriam ter no espírito de cada pessoa. Esta extensão social dos princípios da economia de mercado altera os valores da própria sociedade. Falta-nos ter a coragem, segundo Sandel, de debater publicamente esta questão profunda sobre o valor e o significado das práticas sociais que valorizamos: família, relações pessoais, saúde, educação, justiça. Este imiscuir do poder financeiro em aspectos básicos da vida em comunidade tem afastado da vivência social os mais abastados e os mais. Para Sandel, este fenómeno põe em causa os princípios democráticos e de dignidade humana: mais do que uma igualdade perfeita, a democracia quer que os cidadãos compartilhem uma vida em comum, mesmo na diferença social. Aprendemos, assim, a respeitar-nos nas diferenças e a valorizar aquilo que nos é comum. Questionemos, então, a forma como queremos viver em comunidade, em sociedade, em prole do bem comum e na diferença natural. (Sandel, 2013).

Zygmunt Bauman (in Moreyra, 2015) fala na comercialização da moral humana (o consumismo obsessivo compulsivo). Para Bauman, quando a prioridade é o trabalho e as novas tecnologias nos tornam omnipresentes, a fronteira entre trabalho e lazer, família, amigos, desaparece: hoje as pessoas esquecem-se do seu dever moral para com os filhos, o cônjuge por já não saberem dar-lhes o tempo de que precisam. A ausência é compensada com a oferta de bens materiais e quanto mais caros forem esses bens, mais profundas será a responsabilidade moral e o amor que sentimos por essa pessoa e esta é uma mudança cultura profunda, a seu ver (Bauman in Moreyra, 2015).

Este consumismo moral, ou a mercantilização de determinados bens imateriais e práticas sociais faz parte de um sistema que depende do crescimento económico: vender mais bens e serviços, inovar constantemente e estimular níveis cada vez mais elevados de procura dos consumidores é um fim em si mesmo (Jackson, 2013). Como dizia Joseph Schumpeter (Schumpeter, 2003) as inovações tecnológicas são um dos motores do desenvolvimento capitalista. A realidade actual é o espelho da sua teoria da destruição criativa (1942), tanto ao nível da incerteza, do risco, da insegurança, como no prognóstico

de que a inovação¹⁷ é o motor de desenvolvimento da sociedade, a qual é sua refém e escrava. Para Tim Jackson (Jackson, 2013), esta é uma perspectiva autofágica que nada tem a ver com a realização humana: “os ciclos de destruição criativa tornam-se cada vez mais frequentes. O tempo de vida dos produtos é cada vez mais curto, por eles já não serem concebidos para durar, mas sim para se tornarem obsoletos” (Jackson, 2013: 120)

Este consumismo é encorajado através do crédito, isto é, do endividamento constante das famílias, através de um sistema complexo que incute um desejo de estatuto social através da compra de determinados bens e serviços.

Em síntese, estas são as características da sociedade de consumo moderna: (Jackson, 2013):

- 1) A motivação do lucro estimula produtos e serviços mais novos, melhores ou mais baratos, através de um processo contínuo de inovação e “destruição criativa”
- 2) A procura cada vez maior desses bens por parte dos consumidores é alimentada por uma lógica social complexa.
- 3)

Isto faz andar o motor do crescimento do qual as economias modernas dependem e prendem-nos naquilo a que Tim Jackson denomina, numa referência a Max Weber, de “jaula de ferro do consumismo” (Jackson, 2013: 110).

Esta é uma sociedade desigual, ansiosa e muito centrada no “consumo posicional” que quase nada acrescenta para a felicidade humana, antes contribui para o consumo insustentável de recursos. É um sistema ansioso, patológico, até, porque esta procura retira-nos a própria felicidade e bem-estar. Mas é necessário que assim seja, para que se preserve a liquidez financeira necessária para que o sistema montado não colapse (Jackson, 2013).

3.1.1 OS BENS E A ECONOMIA DE CONSUMO

Abordando, de novo, a questão da identidade, agora pelo lado do consumo, do materialismo, Tim Jackson defende que “hoje em dia, os bens e os serviços de consumo dotam-nos cada vez mais de identidade, experiência e de uma certa sensação de pertença,

¹⁷ Criadora de novos mercados, de novos produtos e serviços, novos métodos de produção ou comercialização de produtos e serviços já existentes, da descoberta de novas fontes de matéria-prima e da criação de novos monopólios

talvez até de sentido de vida e de esperança(...)intimamente ligado ao papel simbólico que os bens de consumo desempenham nas nossas vidas.” (Jackson, 2013: 55 e 121).

Na realidade, o uso que damos a estes bens e serviços, tem uma natureza social e psicológica. Usamos, materialmente, aquilo que consumimos para comunicarmos sobre estatuto e filiação social, bem como sobre o que sentimos uns pelos outros (quando oferecemos, por exemplo). Desta forma, as “coisas” ligam processos materiais, a necessidades sociais e, assim, permitem a participação do ser humano na vida social. A prosperidade é, assim, medida pela capacidade de cada um, através dos bens, atingir essa meta participativa: “um processo de ligação que nos leva a pensar (e até a sentir) os bens materiais de que somos proprietários como “extensão do eu”” e esta extensão existe porque há uma angústia interior em cada um de nós (Jackson, 2013: 121). “Esta extensão cria um “eu vazio”, que precisa constantemente de “ser preenchido” com comida, produtos de consumo e celebridades” (Cushman in Jackson, 2013: 121). É criada uma teia poderosa: o “eu vazio”, resultado das forças e instituições sociais da sociedade moderna; o poder do domínio da comparação social; o primado do consumismo sobre as próprias instituições; a dependência da economia de toda esta teia para não colapsar (Jackson, 2013).

Charles Eisenstein refere que nós experienciamos o dinheiro e a propriedade enquanto extensões de nós mesmos (Eisenstein, 2011). Enquanto aceitarmos que os bens materiais são importantes para o funcionamento da sociedade, vamos continuar a alimentar esta sociedade, sem tentarmos ver que se pode fazer diferente. Será possível uma mudança cultural nesse sentido?

Zygmunt Bauman (in Moreyra, 2015) descreve os eventos do Verão de 2011 em várias cidades de Inglaterra¹⁸, como o produto do elevado desemprego jovem. Na sua perspectiva, tratou-se de uma vingança, daqueles que vêem a sociedade como uma fortalezas do consumo, a que eles não podem aceder, ainda que incitados diariamente a fazê-lo. Bauman descreve uma revolta destes jovens contra a humilhação de serem consumidores desqualificados numa sociedade de consumo. O perigo está numa sociedade que envia a mesma mensagem de consumismo a todas as pessoas, mesmo àquelas que não têm condições para a satisfazer.

¹⁸ in

http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2011/08/110810_violencia_gra_betanha_quarta_rw.shtml?MOB
Em Agosto de 2011, várias cidades de Inglaterra foram palco de assaltos e roubos a lojas perpetrados por centenas de jovens

É neste universo plural de sentidos e significados que se tem vindo a construir a nossa sociedade: a de consumo. Contudo, sem negar o papel essencial desses bens que a compõem em processos de satisfação de necessidades humanas como as de alimento, abrigo, protecção, saúde, esperança de vida, vitalidade (Jackson, 2013). Para além disso, num certo sentido, eles ajudam-nos a comunicar uns com os outros em relação a assuntos como a família, entidade, amizade, sentido comunitário e de vida. Para José Gonçalves Pinto¹⁹ o dinheiro é muito positivo para coordenar um grande grupo de pessoas. Só não está a ser usado como se fosse uma dádiva.

É importante o papel da inovação quando, por exemplo, está presente uma experiência laboral pobre e massacrante. O consumo tem um lado materialista que nos ajuda, sem moralismo, na nossa sobrevivência do dia-a-dia, nos “processos sociais e psicológicos de filiação, aspiração e expressão pessoal” (Jackson, 2013: 123). O que não é normal é constatar que são as sociedades ditas mais avançadas a nível de consumo, aquelas em que as taxas de ansiedade, depressão clínica, alcoolismo, suicídio entre outras, são mais elevadas. Já Bauman (Bauman, 2007) refere a depressão, a solidão, o desamparo e o isolamento como marcas da sociedade líquida que descreve, onde “ser” é igual a “consumir” e a exclusão social é uma consequência nessa impossibilidade.

Kate Soper defende que “a sociedade passou por um qualquer ponto crítico, a partir do qual o materialismo começou a limitar activamente o bem-estar humano(...)Na ânsia de fugir a esse ciclo de trabalho e gasto, sofremos de um certo “cansaço com a acumulação e o desperdício da vida moderna” e estamos sedentos de certos tipos de interacção humana que se têm perdido” (Soper in Jackson, 2013: 176). Esta visão aproxima-se do pensamento de Scharmer (Scharmer & Kaufer, 2013), Charles Eisenstein (Eisenstein, 2011) e Frederic Laloux (Laloux, 2014), bem como das palavras de Bauman quando diz que a ideia do consumismo, como panaceia para todos os males (uma vida boa, uma vida bem sucedida, feliz, próspera) surge apenas no final do século XIX: é como um acidente histórico (Bauman in Moreyra, 2015)

Surge a ideia de que onde nos perdemos enquanto seres sociais acaba por ser no conflito existente entre o sentido que têm estes valores ocidentais modernos superficiais de popularidade, imagem e sucesso financeiro que nos agarram e puxam para os antípodas dos valores que nos são intrínsecos de amor-próprio, filiação, sentido de pertença a uma

¹⁹ José Gonçalves Pinto é Professor no ISEG e Doutorando em Economia da Troca. Foi entrevistado no âmbito deste projecto

comunidade que, verdadeiramente, sempre contribuíram para o nosso bem-estar (Jackson, 2013) e os quais o LCE quer desenvolver nas comunidades mais vulneráveis.

“Não somos, certamente, a primeira sociedade a atribuir um significado simbólico a meras coisas. Porém, somos certamente os primeiros a abrir mão de tanto das nossas dimensões sociais e psicológicas em detrimento de buscas materialistas” (Jackson, 2013: 221). Na sua perspectiva perdemos o sentido do esforço comum, porque vivemos numa sociedade que se alimenta da privatização das nossas vidas. Deixámos de saber viver em equilíbrio nas nossas relações familiares e profissionais, no nosso rendimento e na dívida, no sentido das nossas aptidões e aspirações. Falta-nos a capacidade de criar significados e objectivos em sintonia com aquilo que somos intrinsecamente. As práticas que estão na base do LCE visam facilitar essa sintonia perdida.

Para Charles Eisenstein (Eisenstein, 2011), a crise actual em que vivemos (financeira, moral, ética, de recursos) é fruto daquilo a que ele denomina de Separação: separação homem/natureza, das comunidades, a separação entre a realidade e a espiritualidade. O construtor dessa separação é o dinheiro e tudo o que ele, simbolicamente, tem significado para nós: “O dinheiro é um sistema de acordos sociais, significados e símbolos que se desenvolveu ao longo dos tempos” (Eisenstein, 2011: 32). É como uma história que nos tem sido contada e está representada num conjunto de símbolos criados pelo Homem: leis, nações, instituições, calendarização, horários, religião, ciência. O dinheiro é o elemento principal desta história de separação, que vem definindo a nossa civilização. É um sistema que retribui no imediato, aparentemente, com egoísmo e ganância, acima de tudo, ao contrário dos valores, a nós intrínsecos, de colaboração e dádiva (Eisenstein, 2011).

Eisenstein (Eisenstein, 2011) descreve-nos um mundo, o actual, onde o factor escassez é a base para a valorização monetária de mercantilização dos bens e, como vimos, de algumas dimensões da vida social que não deveriam sê-lo. A economia é definida como o comportamento humano em condições de escassez. Tudo, a começar pelo dinheiro, é-nos apresentado como escasso. O próprio tempo, do qual temos, cada vez mais, uma noção de escassez, já é hoje um “bem mercantilizado”: “os relógios”, escreve John Zerzan, “tornam o tempo escasso e a vida curta”. Uma vez quantificado, o tempo pode ser comprado e vendido e a escassez de todos os bens relacionados com o dinheiro torna o tempo aflitivo” (Zerzan in Eisenstein, 2011: 61). Quanto mais mercantilizada e monetizada está uma sociedade, ou seja, quanto mais lata e latente for a nossa percepção da escassez que nos

rodeia, maior a sensação de ansiedade e preocupação. E se é verdade que os recursos do planeta terra são finitos se os consumirmos à escala actual, na verdade demonstra-se que por cada pessoa que passa fome, há mais do que uma que deita para o lixo o suficiente para a alimentar²⁰. E o que será da roupa que desperdiçamos, das casas que não usamos, do dinheiro que gastamos a financiar a guerras e na corrupção?

Será a escassez uma ilusão, uma criação cultural da nossa era, em que o dinheiro é dela um instrumento central? O dinheiro, o instrumento que torna o abundante, escasso é o produtor da ganância em que hoje vivem as sociedades (Eisenstein, 2011).

Por outro lado, o sistema financeiro dá crédito, exclusivamente, para o apoio de grandes investimentos, de entidades já reconhecidas, instaladas e dominadoras do sistema. Enquanto isso, não aposta em pequenos investimentos, menos conhecidos, ainda que mais ecológicos e sustentáveis. Se o factor risco é tido como argumento para esta forma de estar, Mohammad Yunus veio provar que a aposta no microcrédito, no seio das comunidades mais pobres, é mais seguro que os investimentos que faz a grande banca²¹.

Há espaço para repensar a história que nos têm contado até hoje: a história do dinheiro, da impossibilidade de prosperar sem consumo e crescimento económico, a história do egoísmo inerente ao ser humano que tudo faz para exponenciar, unicamente, a sua condição monetária e estatuto social em detrimento da dos outros. Damos os dados por adquiridos e vivemos a reboque destes princípios em nome de uma prosperidade que tem sido só de alguns. Pior, tem sido o factor de exclusão de uma grande parte da sociedade actual.

3.2 UM OLHAR SOBRE O FUTURO NO PRESENTE

3.2.1 A ECONOMIA COLABORATIVA E DE PARTILHA DOS COMUNS

"You never change things by fighting the existing reality. To change something, build a new model that makes the existing model obsolete."

Buckminster Fuller

²⁰ in <http://www.wfp.org/news/news-release/rome-based-un-agencies-join-forces-food-losses>

²¹ in http://expresso.sapo.pt/blogues/bloguet_economia/blogue_vida_na_terra/banco-dos-pobres-sobrevive-a-crise=f505470: "O nosso banco não será afectado pela crise, porque não trabalhamos para produtos especulativos. Concedemos pequenos créditos a pessoas que usam esses recursos para conseguir uma fonte de rendimento. O risco é pequeno porque cada pessoa recebe um crédito muitas vezes inferior a 100 dólares (75 euros)", explica Muhammad Yunus" nesta entrevista ao jornal Expresso em Março de 2009

É cada vez maior a importância da ECPC (Goudin & European Added Value Unit, 2016). Contudo, ainda são endémicas as dúvidas que persistem sobre o presente e o futuro deste novo sistema socioeconómico. O fenómeno é recente, ainda que alguns dos seus princípios de colaboração humana sejam ancestrais: Bill Mollison²² refere que “a vida é cooperativa, em vez de competitiva e as diversas formas de vida, nas suas diferenças, devem interagir de forma benéfica entre elas e com o seu habitat natural(...)A cooperação, não a competição, é a base dos sistemas vivos existentes e da sua sobrevivência futura” (Mollison, 2002: 2). É cedo para perceber que forma, oportunidades e desafios vai representar a ECPC no longo prazo. Para Jeremy Rifkin, 2050 será a data em que a ECPC ultrapassará o sistema socioeconómico capitalista, como modo de vida em grande parte dos países (Rifkin, 2014b). Actualmente é vista como uma evolução social que altera as bases do mercado capitalista, isto é, a essência do próprio capitalismo: desde logo de um modo competitivo, para colaborativo, não só ao nível do mercado de trabalho, mas em grande parte das dimensões da vida em sociedade.

As estatísticas indicam um crescimento de 25% ao ano, ou mesmo 63% em 2025 para determinados sectores na E28 (Goudin & European Added Value Unit, 2016: 8). Por outro lado, o ganho económico anual potencial na E28²³, está estimado, teoricamente, na ordem dos €572 biliões²⁴ (Goudin & European Added Value Unit, 2016: 6). Já as receitas geradas para os indivíduos que usam a economia colaborativa como forma de rendimento, alcançou os US\$3,5 biliões em todo o mundo no ano de 2013. Por último, os estudos da CE e da PWC indicam que o valor económico da ECPC é, actualmente de \$15 biliões²⁵, prevendo-se que atinja os \$335 biliões em 2025 (Goudin & European Added Value Unit, 2016: 14 e I-57). Se hoje a ECPC representa cerca de 0,1% do PIB da E28, os ganhos económicos anuais potenciais situam-se nos 4%²⁶.

Quanto à definição da ECPC, para o PE o que tem estado em causa é:

²² Co-autor, com David Holmgren, do conceito de Permacultura (agricultura permanente)- Vide Anexo A

²³ Gerado por um melhor uso de recursos e capacidades

²⁴ Valores estimados para uma economia sem obstáculos ao desenvolvimento da economia da partilha, que representam cerca de 4% do PIB da E28

²⁵ Cerca de 0,1% do PIB da E28. Valor calculado pelo autor do projecto recorrendo ao valor do PIB da E28 que está divulgado no site da Pordata: [http://www.pordata.pt/Europa/Produto+Interno+Bruto+\(Euro\)-1786](http://www.pordata.pt/Europa/Produto+Interno+Bruto+(Euro)-1786)

²⁶ Valores calculados pelo autor do projecto recorrendo ao valor do PIB da E28 que está divulgado no site da Pordata: [http://www.pordata.pt/Europa/Produto+Interno+Bruto+\(Euro\)-1786](http://www.pordata.pt/Europa/Produto+Interno+Bruto+(Euro)-1786)

“o uso de plataformas digitais, ou portais, para reduzir, de forma viável, a escala de contractos transaccionais, ou a participação no mercado de transacções de consumo (partilha, no sentido de contratar um bem) e, para além disso, reduzir o número de bens que são subutilizados” (Goudin & European Added Value Unit, 2016: 5).

Olhemos para outras definições:

“um complexo ecossistema de serviços “*on-demand*” e de uso temporário de bens baseados em trocas via plataformas online.”

“Um novo modelo socioeconómico que arrancou graças ao contributo da revolução tecnológica, com os indivíduos a usarem, através da internet, plataformas online cujas transacções envolvendo bens e serviços, podem ser feitas de forma segura e transparente” (Goudin & European Added Value Unit, 2016: 9)

Para a *The People Who Share*²⁷:

“A economia da partilha é um ecossistema socioeconómico construído à volta da partilha de recursos humanos e físicos. Ele inclui a partilha da criação, produção, distribuição, comércio e consumo de bens e serviços por diferentes pessoas e organizações. A economia da partilha engloba os seguintes aspectos: troca, compra e consumo colaborativo, propriedade partilhada, co-criação, reciclagem, reutilização, redistribuição, comércio de bens usados, aluguer, empréstimo, modelos baseados na subscrição, economia colaborativa, economia circular, “*pagamento uso a uso*”, *wikinomia*, empréstimo pessoa a pessoa, microcrédito, micro-empendedorismo, media social, Empresas sociais, *crowdfunding*, *crowdsourcing*, *open source* (código aberto), open data (dados abertos), conteúdo gerado pelos utilizadores” (Goudin & European Added Value Unit, 2016: 10).

A posição do PE e da CE em relação à ECPC é ainda cautelosa. Se por um lado conseguem perceber o potencial, por outro entendem que tem de haver:

“um adequado balanceamento entre a liberdade para a criatividade nos negócios e a necessária regulação legal proteccionista(...)Maximizar o potencial da economia da partilha

²⁷ site desta organização da sociedade civil em Portugal: <http://www.thepeoplewhoshare.pt/>

vai necessitar de novas iniciativas ao nível da União Europeia” (Goudin & European Added Value Unit, 2016: 6).

Se analisarmos a ECPC segundo a definição mais restrita²⁸, será que a criatividade é suficiente para levar a ECPC às comunidades vulneráveis? Apostar na formação técnica ao nível das novas tecnologias é suficiente para a integração dos indivíduos nesta realidade societal? É importante. Contudo, isso deve ser acompanhado de um trabalho de DHS.

Para já, os sectores onde esta economia mais se desenvolve são os do transporte/aluguer/partilha de automóvel e grande parte daquilo que envolve viajar, desde a forma como se escolhe o local para onde ir, bem como o próprio alojamento e a forma de lá chegar, até à própria experiência de ter um guia turístico local. Outros sectores estão relacionados com a forma como comemos e cozinhámos, o próprio sistema bancário²⁹, a forma como lemos, ouvimos música e vemos televisão, como compramos, como nos relacionamos.

Em relação à criação, produção, comercialização e distribuição de novos produtos e serviços, o *crowdsourcing*³⁰ tem sido uma ferramenta utilizada por cada vez mais organizações na resolução de determinados desafios inerentes à sua actividade. O exemplo da *Goldcorp Inc*³¹ (Taylor & Labarre, 2006) é definidor deste tipo de colaboração. Mudanças tecnológicas, demográficas, de gestão e na economia, têm criado as condições para uma outra forma de participação social. O contributo das novas tecnologias³² tem sido um facto, permitindo que pessoas em qualquer parte do mundo³³ co-criem novos produtos e serviços. Para além das organizações comerciais, esta é uma realidade que já faz parte de organizações para a investigação da cura de determinadas doenças, do combate à pobreza,

²⁸ “Um complexo ecossistema de serviços “*on-demand*” e de uso temporário de bens baseados em trocas via plataformas online”

²⁹ in <https://www.edx.org/course/just-money-banking-if-society-mattered-mitx-11-405x> e <https://www.zopa.com/>

³⁰ Ver Anexo A

³¹ No ano 2000, esta empresa canadense do ramo da extracção de ouro, após dificuldades em encontrar novas reservas de ouro (mesmo recorrendo aos seus geólogos) colocou toda a sua informação geológica confidencial na internet lançando um desafio ao mundo: um conjunto de prémios totalizando \$575 000 para quem conseguisse encontrar novas reservas. As propostas surgiram de todo o mundo, e de várias áreas do saber, totalizando 110 novos alvos a explorar. Desde esse ano a valorização da empresa passou de cerca de \$100 milhões para mais de \$9000 milhões em 2006 aquando da escrita do livro.

³² Skype (<http://www.skype.com/en/about/>), Linux (<https://www.linux.com/>) e o *Innocentive* (<http://www.innocentive.com/>) são apenas três exemplos nas áreas da comunicação, linguagem informática em sistema aberto e de participação na resolução de problemas das organizações, respectivamente

³³ Veja-se o caso dos pescadores de Kerala, uma região indiana vulnerável e o contributo do uso de telemóveis para a sua sustentabilidade <http://www.economist.com/node/9149142>

bem como de políticas para a sustentabilidade³⁴. Se a produção colaborativa pode ser considerada uma actividade social, colaborar para apoiar causas sociais é cria impacto nos participantes. Será este um meio para as comunidades vulneráveis auto-apoiarem-se e serem apoiadas pela sociedade civil (Tapscott & Williams, 2008)?

As compras colectivas, a propriedade partilhada, a co-criação, a reciclagem e reutilização, o comércio de bens usados, são formas de colaboração, comércio, trabalho e convivência em comunidade. Para Jeremy Rifkin (Rifkin, 2014b) é um novo paradigma de organização social, económica e cultural cujo contributo das novas tecnologias tem sido instrumental. É, acima de tudo, um processo educativo e de consciencialização, pelo qual podem ser trabalhadas as comunidades vulneráveis segundo os princípios da ECPC.

Os factores que estão na base do aparecimento e crescimento da ECPC são (Goudin & European Added Value Unit, 2016):

1) Tecnologia: o desenvolvimento da internet tem sido um impulsionador na disseminação da ECPC. Paralelamente à internet, o desenvolvimento de smartphones cada vez mais avançados e de plataformas digitais de apoio ao comércio colaborativo, fazem parte dos factores tecnológicos que sustentam este novo paradigma socioeconómico. Nestas plataformas podemos incorporar as redes sociais, como o *Facebook*³⁵. Esta é a moderna noção de comunidade: de partilha de bens, serviços e informação.

2) Evolução do comportamento económico: A crise económica tem sido uma figura cada vez mais presente. Hoje, vive-se em crise, não só porque a de 2008 foi muito severa e duradoura, como se percebe um intervalo cada vez menor entre crises. Isso gera incerteza e risco. O desemprego tem sido uma calamidade social e as famílias precisam de poupar dinheiro e encontrar novas formas de o ganhar.

3) Factores sociais: o crescimento da população mundial e a sua trajectória de concentração nas grandes cidades cria o espaço para o aparecimento de serviços locais. Por outro lado, crê-se que a concentração cria as comunidades, base da economia colaborativa, emergindo, assim, novas necessidades (mobilidade, por exemplo), as quais têm sido facilitadas pela ECPC.

³⁴ É o caso da plataforma <https://www.worldcommunitygrid.org/>, um projecto da IBM em que cada pessoa pode ceder o espaço disponível no seu computador ou dispositivo móvel, sempre que o está a usar, para investigação nas áreas referidas.

³⁵ In <http://www.facebook.com>

4) Dimensão Social: como modelo económico, a ECPC tem implicações ao nível de algumas dimensões sociais. O mercado de trabalho é uma dessas dimensões afectadas. A figura institucional do sistema salarial está em causa, bem como o da protecção na doença, desemprego e reforma? É a própria noção de trabalho que está em causa? Quais são as novas relações e estruturas laborais³⁶? O “artesão” de hoje concorre com os novos artesãos de todo o mundo. A escala é planetária, assim como os desafios. Se, após a Revolução Industrial, os artesãos se insurgiram contra as empresas, os patrões e as máquinas, hoje são alguns dos trabalhadores e patrões que se insurgem contra a democratização do saber-fazer. Apenas o sistema legal poderá enquadrar a ECPC³⁷. Novas formas de exclusão social estão a surgir³⁸ e é preciso perceber-las e combater-las.

5) Dimensão ambiental: “desenvolvimento sustentável que respeita o nosso ambiente e a eficiência no uso dos recursos (...) partilha de bens e serviços, aumentando o uso e o reuso óptimo desses bens, dando prioridade ao comércio local” (Goudin & European Added Value Unit, 2016: 17). Será esta definição uma antevisão de uma economia de transição ecológica? A este respeito, o CESE afirma que

“o consumo colaborativo, ou participativo, pode revelar-se resiliente no actual clima económico e financeiro, promovendo uma resposta às crescentes incertezas causadas pela crise económica. Poderá, igualmente, representar uma oportunidade para voltar a um desenvolvimento económico, social e humano sustentável, de uma forma amiga do ambiente” (Goudin & European Added Value Unit, 2016: 17).

A partilha e a reutilização dos bens a uma escala global, poderá ter um impacto considerável no ambiente, na sustentabilidade dos recursos naturais e na reversão da (in)sustentabilidade do Planeta Terra. Ainda que surjam vozes críticas sobre o outro lado

³⁶ O local de trabalho, os horários, a forma de pagamento, o sindicalismo, o poder central, tudo está em transformação

³⁷ No dia em que este paragrafo é escrito o Estado português volta a legalizar o acesso ao site da *Uber* em Portugal, depois de várias semanas de interdição por considerar a empresa ilegal:

<http://www.dn.pt/portugal/interior/uber-entusiasmada-com-abertura-historica--do-governo-5082890.html>

³⁸ Os dados sugerem ser esta a tipologia do trabalhador da ECPC: homens (72,7%), jovens (70% têm idades entre os 18 e os 34 anos) e solteiros (65%) (Goudin & European Added Value Unit, 2016). Isto é, os dados apontam para uma economia que tem gerado uma determinada exclusão social.

da partilha e reutilização³⁹, na verdade o contributo líquido para a sociedade poderá rondar os 4% do PIB da E28 (Goudin & European Added Value Unit, 2016).

O título deste capítulo é “A Economia Colaborativa e de Partilha dos Comuns“. Já foi descrito o que é ser colaborativo e o que é partilhar. É notória a falta de definição da palavra Comuns. Ela não surge em nenhuma definição mais ou menos institucional. A EC é maior do que a definição de colaboração e partilha. É, contudo, uma estrutura social ancestral: a troca é, historicamente, a primeira forma que se conhece de transacção. Enquadra-se numa noção de gestão de recursos, materiais e imateriais de forma colectiva com base em práticas, conhecimentos e factores sociais históricos e próprios da vida comunitária. É uma noção de acesso e uso equitativo dos recursos e dos produtos/serviços gerados pelo trabalho sobre esse recursos, bem como uma noção integral profunda de sustentabilidade baseado na crença de que pessoas e recursos dependem uns dos outros e assim são valorizados (Bollier, 2014). Os factores que estão na base de um grupo de comuns, são as condições específicas e históricas do próprio grupo: cada um é fruto da relação que os seus membros estabelecem entre si e entre os recursos que pretendem gerir. Importam, igualmente, as características que estão na base desse mesmo recurso, como o local de origem, a sua história, tradições e as pessoas que o descobriram e o trabalham. É uma noção de integralidade.

David Bollier (Bollier, 2014) e Don Tapscott⁴⁰ (Tapscott & Williams, 2008) analisam o exemplo do sistema operativo LINUX. Esta plataforma surge numa época (1991) em que o sistema económico capitalista estava no seu auge, em que as grandes empresas de software⁴¹ já dominavam o mercado e apenas um ano depois do surgimento do embrião da internet tal como a conhecemos hoje (a world wide web). Resumindo, fez-se história quando, após o envio de um curto texto pedindo feedback em relação ao seu recente trabalho de programação para um novo sistema operativo, Linus Torvalds, um finlandês de 21 anos, à época, começa a receber feedback e apoio de centenas, inicialmente, e de milhares, mais tarde, de pessoas como ele. O que seria um trabalho só ao alcance de grandes corporações (pela complexidade exigida), realizou-se com a união de milhares de pessoas comuns, unidas por um propósito: criar um sistema operativo livre e aberto a

³⁹ Se quem poupar financeiramente por partilhar, começar a viajar mais de avião, por exemplo, aumenta, de forma líquida, a sua pecada ecológica

⁴⁰ Co-criador, com Anthony D. Williams, do conceito de wikinomia (Ver Anexo A), isto é, o modo de produção e organização aberta e colaborativa à escala mundial

⁴¹ Microsoft, IBM, ORACLE entre outras

qualquer pessoa para dele fazer uso e o desenvolver. Hoje, a própria Apple usa uma linguagem de programação aberta, como base do sistema operativo dos seus aparelhos.

A *Wikipedia*, por outro lado, nasce de uma vontade de tornar livre a criação e acesso a qualquer tipo de informação. O intuito é o de aproveitar os talentos de todos, em prol do acesso, por todos, a todos os recursos.

Uma comunidade dos comuns é definida como:

“Um recurso + Uma comunidade + um conjunto de protocolos sociais. A integração e interdependência dos três factores é basilar nesta fórmula”(Bollier, 2014: 26).

Estes exemplos são apenas dois de um vasto conjunto. Hoje em dia, com a expansão das novas tecnologias de comunicação e transporte, assiste-se a uma vaga de projectos que têm as comunidades e a gestão dos seus recursos de forma integrada como modo de vida. Sem irem contra, substituem-se aos Governos das Nações e às regras do capitalismo, tal como a noção, primária em Adam Smith, de que todos os seres humanos querem maximizar a sua condição individual, sendo essa condição financeira e sem ter em conta, no seu propósito, o bem-estar comum. Projectos semelhantes ao *Linux* e *Wikipedia* são exemplos de como ideias inteligentes podem ser abertas, propositadamente, à participação e uso de todos em prol do bem comum. Logicamente, no âmago de quem participa é natural que esteja, igualmente, a satisfação de necessidades exclusivamente pessoais. Tanto Vint Cerf (Vinton Gray Cerf) e Robert Kahn, como Tim Berners-Lee⁴² decidiram tornar as suas descobertas livres de qualquer sistema legal de patentes e/ou royalties. O intuito foi sempre o de facilitar o acesso, uso e melhoramento da rede a qualquer pessoa e por qualquer pessoa. É uma lógica diferente de ver o mundo e o nosso lugar no mesmo. Sem essa predisposição, garantidamente, estas três pessoas teriam das maiores fortunas financeiras mundiais. No entanto, o desenvolvimento da internet não teria sido o que foi e muitas pessoas não estariam hoje ligadas em rede, nem teriam surgido, possivelmente, determinadas empresas.

O alcance da lógica da economia dos comuns é muito mais vasto do que aquele que até aqui foi descrito. Quando duas ou mais pessoas pensam e agem no sentido de gerir, em comunidade, o bairro em que habitam, tornam-se parte da economia dos comuns. Bollier

⁴² Os dois primeiros, criadores da internet, ou do conjunto de protocolos em que se baseia a internet e o terceiro o fundador da *World Wide Web*, a internet tal e qual a conhecemos hoje

dá exemplos (Bollier, 2014): Uma horta comunitária, uma comunidade online baseada no conceito *wiki*⁴³, uma mercearia, ou meios de transporte comunitários, bem como a partilha dos empregos existentes numa determinada comunidade (Jackson, 2013). Hoje, temos empresas de educação gratuitas que se baseiam nos conhecimentos de pessoas tão normais como cada um de nós, como é o caso da *Udemy*⁴⁴, da *Udacity*⁴⁵, ou da *Khan Academy*⁴⁶.

Perceber a economia dos comuns é perceber que existe uma outra visão do mundo, para lá da financeira, burocrática e centralizada: “os comuns são um paradigma prático para a auto-governança, gestão de recursos e vida sã” (Bollier, 2014: 25). Ao contrário do poder central, “os comuns criam formas de gestão e ordem, cujas burocracias Estatais e a lei formal não conseguem criar(...)O seu modelo informal de governança pode, de facto, ter resultados mais eficientes do que aqueles que as formas oficiais de governança permitem” (Bollier, 2014: 28).

Há uma ideia central de que quanto mais complexos se tornam os fenómenos (sociais, científicos, culturais), mais importante se torna a sua abertura ao estudo e entendimento dessa complexidade a toda a comunidade. E a comunidade sabe gerir o processo, mesmo em momentos de tensão e conflito que, naturalmente, também existem.

Mais do que voltar a uma época de anarquia, há uma percepção de que assim como as regras burocráticas e definidas de forma centralizada foram uma resposta, humana, aos desafios que o próprio ser humano vem colocando aos seus pares⁴⁸, tem-se vindo, factualmente, a perceber uma nova dinâmica social que dispensa algum deste controlo oficial e, sem prejuízo para as partes, é controlado de forma natural pelos seus participantes (D. E. C. C. Beck, 1996; Laloux, 2014)⁴⁹.

⁴³ No campo da informática, *wiki* é um website que permite alterações colaborativas do seu conteúdo e mesma estrutura directamente no website (in <https://en.wikipedia.org/wiki/Wiki>). Ver Anexo A

⁴⁴ in <http://www.udemy.com>

⁴⁵ in <https://www.udacity.com/>

⁴⁶ in <https://www.khanacademy.org>

⁴⁷ Co-fundada pelo primeiro empregado da *Google*, Craig Silverstein e por Salman Khan, um educador americano.

⁴⁸ Os comportamentos desviantes e/ou criminosos, os grupos mafiosos, a exploração de crianças, mulheres e pessoas em geral, em situações de trabalho ou não, o abuso, em geral, têm sido, e bem, controlados pela lei formal e centralizada

⁴⁹ Ver o exemplo do Método APAC, um sistema prisional, sem policiamento, em que são os presos a gerir a sua situação e da comunidade de presos onde estão inseridos, com o apoio da comunidade local, familiares e do do Estado:

https://www.academia.edu/8729383/A_Execu%C3%A7%C3%A3o_Penal_%C3%A0_Luz_do_M%C3%A9todo_APAC

Em resposta à teoria económica da “Tragédia dos Comuns”, de Garrett Hardin (Hardin in Bollier, 2014), há que esclarecer que a economia dos comuns não é, de facto, essa anarquia geradora de distúrbios complexos apenas resolvidos com recurso a leis rígidas de controlo do mau comportamento humano. Na realidade, a economia dos comuns tem, na sua génese, uma componente intrínseca de autocontrolo para as situações de desvio daquilo que é a ordem estabelecida em comunidade. Processos de controlo, de punição, de revisão das próprias regras de conduta estabelecidas pela comunidade, fazem parte das características às comunidades dos comuns (Bollier, 2014).

Elinor Ostrom⁵⁰ estudou os princípios que estão na base da boa governança dos bens comuns⁵¹. De comunidade em comunidade, presenciou exemplos práticos de grupos de indivíduos que vivem segundo os princípios da ECPC. Foi esse estudo que mereceu o Prémio Nobel da Economia. No seu livro (Ostrom, 1990) faz referência à ideia de que mais do que estabelecer uma gestão Estatal ou privada de determinados bens, uma gestão comunitária tem sido a forma mais sustentável de o fazer.

Elinor, partilhou oito princípios que estão na base da boa governança dos bens comuns (Bollier, 2014):

- 1) A definição clara das fronteiras do grupo
- 2) As regras são baseadas nas necessidades e condições locais
- 3) As pessoas afectadas pelas regras têm a capacidade de participar na sua criação e modificação
- 4) Garantir o respeito das regras estabelecidas para a comunidade pelas autoridades legais exteriores à comunidade
- 5) Desenvolver um sistema de monitorização comportamental dos comuns, levado a cabo por eles mesmos
- 6) Fazer uso de sanções graduais para os que violam as regras estabelecidas
- 7) Garantir a resolução dos conflitos por meios de baixo custo acessíveis à comunidade

⁵⁰ Elinor Ostrom foi a primeira mulher na história a ser galardoada com o Prémio Nobel da Economia no ano de 2009 (in http://www.nobelprize.org/nobel_prizes/economic-sciences/laureates/2009/ostrom-facts.html)

⁵¹ Bens comuns, aqui entendidos segundo a definição de Elinor Ostrom (Ostrom, 1990: 30): “The term 2common-pool resource” refers to a natural or man-made resource system that is sufficiently large as to make it costly (but not impossible) to exclude potential beneficiaries from obtaining benefits from its use(...)it is essential to distinguish between the resource system and the flow of resource units produced by the system”

8) Construir uma rede de responsabilização da governança dos bens comuns pela comunidade, ligando as várias partes envolvidas

Tal como outros autores, Ostrom (Ostrom, 1990) destacou a importância das especificidades que cada indivíduo trás consigo, bem como as características do território e dos recursos que lhe dão forma, para a articulação destes oito pontos na gestão de uma comunidade e bens comuns..

3.2.1.1 A ECONOMIA DA DÁDIVA E DO DOM

“O Dom “não pode ser pensado contra o interesse” nem “como prática totalmente desinteressada”, contudo é importante referir que os interesses em que se centra são de cariz diferente como “o interesse da amizade, da aliança, o interesse da solidariedade, da criatividade, etc.” (Casal in Joaquim, 2012: 19 e 23)

Esta é a resposta à dúvida teorizada sobre a possibilidade da gratuitidade do dom, da dádiva. Para haver um dom, tem de haver uma relação. Para haver uma relação, tem de haver uma acção. Ora tanto a acção, como a relação, pressupõem uma intensão, ou um interesse. Se o dom é definido como uma relação que não espera um retorno (sentido único), que é gratuita e que não tem implícito um motivo, entraria em contradição com as definições de relação e acção. Adolfo Yañez Casal respondeu, desse modo, à dúvida sobre essa possível contradição (Joaquim, 2012).

A dúvida surge numa sociedade que vive segundo uma ideia utilitarista da vida e das relações sociais. O fantasma das ideias de Adam Smith sobre uma sociedade governada, unicamente, pelo interesse egoísta e individual de cada um de nós. No entanto, “a realidade parece encarregar-se de (...) demonstrar que há algo mais para além” deste sistema económico e social que julgamos insubstituível. “Ou seja, é verificável também que, para além do mercado e da burocracia, há vida, sofre-se e ama-se; vive-se a sociedade, a comunidade e as redes sociais, que são uma mescla de egoísmo e de altruísmo (Godbout e Caillé in Joaquim, 2012: 70): “a Leste ou no Terceiro Mundo onde Estado e Mercado ainda não estão tão organizados, subsiste ainda um último guarda-fogo, uma rede de relações interpessoais cimentado pelo dom e pela entreatajuda que, sozinho, permite sobreviver num mundo em loucura. O dom? O que resta quando tudo foi esquecido e antes de termos aprendido alguma coisa?” (Godbout e Caillé in Joaquim, 2012: 70).

“Dar é dar-se, isto é, que no acto de dar há algo do doador que acompanha a coisa dada(...)o dom verifica-se(...)acima de tudo, na entrega do próprio doador(...)ainda que isso possa significar algum tipo de prejuízo pessoal” (Joaquim, 2012: 238-239). Um exemplo desse sacrifício surge num agir limite assente numa gratuitidade total. Essa visão está, muitas vezes, relacionada com um viver religioso, em que o dom se reflecte num dom para Deus: considerando, os indivíduos, ter recebido de Deus gratuitamente o que têm, sentem a necessidade de lhe retribuir através da dádiva aos seus semelhantes, num mecanismo, muitas vezes, de superação de limites pessoais e num sentir de compaixão pelo seu semelhante. É nessa dimensão da capacidade de entrega que está a base da qualidade da relação que daí nasce. É, igualmente, nesse sentido, que se diz que “a dádiva ultrapassa o valor material do bem doado pois transmite algo do doador” (Joaquim, 2012: 241). Pensa-se que ao dar, é muito mais aquilo que se recebe, não sendo essa uma condicionante ao acto de dar. Pelo contrário, as dádivas, para a generalidade das pessoas, devem ser realizadas de forma gratuita e desprendida, no sentido de não esperar qualquer retorno. Contudo, quando se age gratuitamente, como se viu, de alguma forma, mesmo que espiritual, sente-se um retorno em maior quantidade/qualidade em relação àquilo que se deu. Há que ter em conta que o dom tem para lá de um lado objectivo (aquilo que se dá), um lado puramente subjectivo, que se traduz na atitude que culminou nesse dom, remetendo, esta dimensão, para a figura do doador. Ainda que sendo as duas dimensões de igual importância, há que perceber o lado subjectivo para perceber o sentido das relações.

Para Marcel Mauss, a dádiva é uma figura presente em todas as sociedades, desde a mais arcaica à mais moderna, em cujos povos a praticam e experimentam (Mauss in Joaquim, 2012). O que mudou foi a forma como se definiu o dom ao longo dos tempos: Godbout defende a existência de um “dom arcaico”, centrado no sentido da obrigação e reciprocidade, bem como um “dom moderno”, baseado na liberdade, na unilateralidade, cujo cariz é de anonimato e impessoalidade (Godbout in Joaquim, 2012: 75). Reivindicando o não retorno, ou convivendo de bem com a incerteza do retorno no acto de dar, a lógica inerente ao dom coloca o ser humano perante um modo de se fazerem e reforçarem os laços sociais. “O acto de dar pode ser entendido como “uma forma de circulação das coisas, uma forma de transferência que liberta os parceiros da obrigação contratual de ceder alguma coisa em contrapartida de outra coisa(...)uma relação social por excelência” (Godbout in Joaquim, 2012: 75). Para este autor, o dom é o motor da

sociabilidade quando vivido nesta dicotomia entre obrigação e liberdade, entre acto calculado e desinteressado. É através do dom que se estabelecem e nutrem relações humanas, que nascem cumplicidades e afinidades genuínas. Há uma dinâmica na dádiva: “é clara a existência de uma retribuição inesperada e livre por parte de quem recebe, mas verifica-se que o próprio doador age também como forma de retribuição pelo que considera ter recebido outrora” (Joaquim, 2012: 242-243). O círculo é virtuoso e infinito, porque se auto-alimenta: “dando, acaba por se receber algo que se torna estruturante da própria vida, o que, uma vez reconhecido, se transforma em dívida que gera mais motivação e mais vontade de dar, reforçando mais o comprometimento estabelecido” (Joaquim, 2012: 249).

Na origem da necessidade humana de dar e de se dar, mesmo de forma espontânea, poderá estar um sentimento de gratidão perante o dom da vida. É um estado de quase permanência de gratidão. Dessa forma, a cada dom recebido, o ser humano vai respondendo com dádivas. É uma lógica e uma questão de atitude perante a própria vida. O dom resultaria, assim, de uma dívida original, entendendo-se tudo aquilo que se tem, como tendo sido dado e assim, devendo ser retribuído. Desse modo, o mesmo autor considera o dom como um sistema pertencente ao próprio sistema social e foi dessa forma que elaborou uma matriz de formas de dom: família e círculos de amizade (esfera doméstica), esfera Estatal, comercial e, mais recentemente, redes de solidariedade social (Terceiro Sector) (Joaquim, 2012).

Na esfera Estatal, é curioso perceber que Godbout entendeu como perturbadora da criação de laços sociais, essa intromissão do Estado nos assuntos do dom entre os seres humanos. A burocratização e intermediação das relações de dom entre doador e donatário quebraram parte do sentido dessa dádiva, porque quebraram a relação directa entre os seres (Godbout in Joaquim, 2012).

Quanto à esfera comercial, entende-se hoje o papel das Fundações e outras entidades pertencentes ao denominado Terceiro Sector, como fazendo parte de uma visão mais humanizada das organizações do sector privado/capitalista. Neste âmbito entra o papel, muito presente na sociedade ocidental actual, do voluntariado, enquanto mecanismo de doação de tempo, ou de atenção. É uma visão e um agir moderno em sociedade, onde a relação humana próxima está satisfeita. Atribui-se a este tipo de dom a designação de dom

puro, unilateral, cuja retribuição, quando sucede, sendo mais rara, é normalmente anónima (Joaquim, 2012).

Godelier diz que,

“o dom não é só um mecanismo de circulação de bens e pessoas, que assegure pela repartição a sua redistribuição entre os grupos que compõem a sociedade; é também condição de produção e de reprodução de laços sociais que constituem a armadura específica de uma sociedade e caracteriza os laços que se tecem entre indivíduos e os grupos” (Godelier in Joaquim, 2012: 83)

A distribuição equitativa dos recursos materiais e imateriais entre membros de uma determinada sociedade é aqui colocada na definição de dom. É nesta balanço entre solidariedade genuína e dependência que reside o fluir da sociedade e das relações humanas: o dom e o contra-dom serão, porventura, a forma mais elementar de viver em sociedade, partindo do princípio que é nas relações humanas de pessoa para pessoa que reside a construção dessa mesma sociedade (Joaquim, 2012).

O dom pode ser analisado numa dimensão pessoa a pessoa (perspectiva micro-sociológica), numa dimensão grupal, de movimentos e organizações (perspectiva meso-sociológica), bem como na dimensão da própria sociedade em que o dom faz parte da sua constituição (perspectiva macrossociológica) (Joaquim, 2012).

O dom é o elemento que “opera a passagem da desconfiança à confiança, da hostilidade à paz, da morte à vida, do por si a pelo outro, da regra, do limite e da lei à liberdade, à acção e à criação” (Caillé in Joaquim, 2012: 84 e 85).

Na modernidade, a sociedade tem sido desenhada para que o papel do dom perca o seu sentido e significado. No fundo, que perca o seu lugar entre as pessoas. É nestes momentos que a sua presença é valorizada, pelas consequências que a sua falta nos faz. Há que reinventar o papel da dádiva, muito conotado com o de caridade e assistencialismo, na sociedade moderna. A este respeito Marcel Mauss e Florence Weber, permitem-nos um novo olhar sobre o tema. Por um lado, critica-se a dimensão de “dom sem possibilidade de retorno” que se cria nas relações de caridade e assistencialismo. É como se uma ferida de quem recebe, fosse ainda mais massacrada por quem dá. Está em causa o reforço que se dá à diferença de poder e estatuto social entre as partes, pela dependência, ou dívida permanente, que se cria nesta relação (Mauss e Weber in Joaquim, 2012). Para Florence Weber é necessário “repensar a solidariedade(...)inventando ou reinventado um sistema de prestações que, corrigindo a economia de mercado, não se renove na caridade” (Weber in

Joaquim, 2012: 72-73). Por um lado, a construção de um sistema que reponha as relações de dominação a um nível de paridade. O exemplo prático que nos dá é a aposta “na existência de uma mutualização dos recursos no interior de um grupo” (Weber in Joaquim, 2012: 73). Quebra-se, deste modo, a criação e manutenção de situações de dependência através de mecanismos de anonimato na dádiva. Tal facto impede, positivamente, a retribuição, ou o sentimento, negativo, de dívida, numa relação injusta de diferença de estatuto social. Por outro lado (Weber in Joaquim, 2012), no encontro daquilo que são as ideias de Dominique Schnapper (Schnapper, 1998) e Jeremy Rifkin (Rifkin, 2014a), há que repensar a noção de trabalho, em particular o trabalho voluntário: é preciso atribuir-lhe um novo estatuto que o valorize, contribuindo para a mutualização de recursos que, também ela, defende.

3.2.1.2 A COMPAIXÃO SEGUNDO SUA SANTIDADE, O DALAI LAMA

À economia da dádiva e do dom, está muito ligada a noção de compaixão.

Segundo sua Santidade, o Dalai Lama (Gyatso, 1991), a compaixão é o sentido de preocupação pelo outro e a noção de que todos os seres vivos têm o mesmo direito à felicidade. Mais do que uma resposta emocional, a compaixão é um comprometimento da razão. O alcance desta visão é tornar possível o agir de igual modo perante cada ser, sem preconceitos, raiva, pena, soberba ou sentido de inferioridade: respeitar para servir, porque a compaixão permite centrar o discurso no outro, mais do que no eu. É um nível de consciência mais próximo do todo, porque o outro, como cada um de nós, dele faz parte.

Para a construção dessa sociedade mais justa de que fala sua Santidade, o Dalai Lama (Gyatso, 1991), é necessário começar por criar mecanismos de compaixão entre as pessoas. Enquanto vivermos em comparação com o outro e numa tentativa permanente de nos sentirmos superiores, será mais difícil estabelecer relações de dádiva, de partilha, respeitando cada um em si mesmo. A verdadeira tranquilidade é fruto do desenvolvimento de sentimentos de compaixão e amor. A nossa necessidade de nos sentirmos amados e de amar, é natural e intrínseca. É própria de um sistema social centrado em redes de interdependência humana, desde que nascemos, até que morremos. É uma condição de todos os seres e sistemas vivos. É dessa natural interdependência que nasce a necessidade de amar e ser amado. O sentido da responsabilidade e preocupação pela condição do outro, é parte integrante da compaixão, da qual o amor é a base. A sua falta contribui para a incapacidade de dar, partilhar, contribuindo para a criação e desenvolvimento de pessoas e

comunidades vulneráveis na sua capacidade de viver em comunidade e num normal sistema social. Talvez seja por essa razão que quando contribuímos e cuidamos da felicidade e bem-estar do outro, aumentamos o nosso próprio sentido de felicidade e bem-estar. É dessa forma que reduzimos os sentimentos de medo e insegurança, próprios de uma atitude intranquila de viver. Isto é, cultivar o bem-estar no outro, esse sentido de compaixão, torna-nos mais capazes e resilientes. É na percepção da realidade dos outros em nós, que se cria essa atitude de compaixão. Essa capacidade de nos ligarmos aos outros, sentir e entender a sua dor e contribuir para a acalmar.

Sendo a raiva e o ódio os principais inimigos de uma mente predisposta a amar e a sentir compaixão, sua Santidade, o Dalai Lama (Gyatso, 1991) crê que a sociedade está a sair de uma Era em que estes eram os sentimentos predominantes (D. E. C. C. Beck, 1996; Laloux, 2014): entramos numa Era em que a capacidade de amar e de sentir compaixão, começam a ser a norma. Há hoje um maior senso do todo e uma maior preocupação com o outro. Cada vez são mais as pessoas que têm a capacidade e disponibilidade mental para perceber o lugar de cada um neste sistema social humano e da inter-relacionalidade desse sistema com os restantes. Por outro lado, há uma capacidade e disponibilidade para entender cada ser humano, em todas as suas particularidades, como um ser igual a todos os outros e, como tal, com o mesmo direito à felicidade e bem-estar: sem julgamentos e preconceitos (Scharmer & Kaufer, 2013). É essa capacidade e disponibilidade que tem vindo a recentrar no sistema social o lugar da compaixão. A base para essa mudança, tem sido o poder, paciência e tempo que cada um tem tido para essa abertura ao respeito, retirando-se a si mesmo de uma situação egocêntrica.

Se é complexo eliminar sentimentos de raiva e ódio de dentro de nós, principalmente em determinados contextos, também é verdade que estes são sentimentos com o poder de nos retirarem a capacidade de agir em conformidade com a nossa própria razão. Passa por trabalhar estes dois sentimentos, o processo para construirmos uma atitude de compaixão (Gyatso, 1991). Acolhe-los em nós, respeitá-los, dialogando com eles no sentido de os dominarmos e enfraquecermos, é o caminho para uma verdadeira mudança de atitude, deixando que a compaixão tome conta de nós.

Sendo o controlo da raiva e do ódio o fundamento para nos permitirmos receber e praticar a compaixão, há que perceber como o fazer. Sendo um processo complexo, por serem sentimentos de difícil controlo, ele tem e pode ser iniciado. Sua Santidade, o Dalai

Lama (Gyatso, 1991), recomenda usarmos os nossos “inimigos” para praticarmos a tolerância: o sentimento que nos permite acalmar a sensação de raiva e ódio. Devemo-nos, assim, sentir gratos pela existência de pessoas que nos permitem fazer este confronto, fazendo-nos crescer enquanto seres humanos. No limite, os “inimigos” de hoje, serão os nossos amigos de amanhã.

Hoje, investigadores sabem da existência de uma característica fundamental do cérebro humano: a sua plasticidade⁵². A descoberta abre caminho para um melhor entendimento dos efeitos de determinados processos, como os da meditação, da psicologia positiva, da arte-terapia, entre outros, na capacidade de alterarem determinadas zonas do cérebro. Em relação à meditação, Jon Kabat-Zinn⁵³ é um dos cientistas que defende a ligação entre Meditação e comportamentos de compaixão. Num estudo⁵⁴ levado a cabo pelo investigador norte-americano em psicologia David DeSteno da *Northeastern University*⁵⁵, concluiu-se que a meditação faz com que as pessoas ajam de forma mais virtuosa – apoiam aqueles que sofrem – mesmo num contexto em que a norma social é diferente. Isto dá-nos sinais de que a meditação leva as pessoas a vivenciarem maior compaixão e amor. Hoje, para além deste estudo, há outras instituições a investigar este tipo de efeitos da meditação⁵⁶.

3.2.1.3 OS BENS RELACIONAIS

“O bem estar económico deve estar relacionado não só com a eficiente alocação dos bens materiais, mas também com o desenvolvimento de instituições cujas pessoas se alegram acerca da forma como elas se relacionam com os outros” (Rabin in Gui, 2005)

⁵² Para mais informações: <http://www.onthebrain.com/brain-plasticity/>, o site do Dr. Michael Merzenich, investigador norte-americano em neuroplasticidade. Ver também o seu livro: *Soft-Wired – How the New Science of Brain Plasticity Can Change Your Life*. Ver, igualmente, o trabalho do Dr. Norman Doidge no seu livro *The Brain That Changes Itself*.

⁵³ Cientista, doutorado em biologia molecular pelo MIT é director do centro para o Mindfulness em medicina no Massachusetts Medical School. Investiga o papel do mindfulness na medicina tradicional ocidental.

⁵⁴ <https://static1.squarespace.com/static/52853b8ae4b0a6c35d3f8e9d/t/528d263ce4b04aa0e2083b1e/1384982076484/meditation-increases-compassionate-responses-to-suffering.pdf> estudo publicado em 2013

⁵⁵ Investigação acompanhada do seu colega David Desbordes, bem como Gaëlle Desbordes, da *Ahtinouça A. Martinos Center for iomedical Imaging, Massachusetts General Hospital, da Harvard University* e Willa B. Miller do *Department of Religion da Harvard University*

⁵⁶ *Harvard Medical School, Yale Medical School, University of Michigan Medical School, University of Chicago Medical School, University of Southern California Medical School, University of California Los Angeles, University of California San Francisco e Stanford Medical School*. Os principais estudos têm o apoio do *National Institute of Health*

Os bens relacionais são definidos, segundo Benedetto Gui⁵⁷, como aquele tipo de bens nos quais é a relação entre as pessoas que constitui o bem (Gui, 2005). Quando a relação é o primado entre duas ou mais pessoas no momento da transmissão, ou usufruto de bens ou serviços (comprados, trocados ou partilhados) estamos diante de um bem relacional. Isto é, os bens relacionais são construção das próprias pessoas no momento do encontro (Bruni, 2014).

É no propósito dessa troca, puramente relacional, que reside o sentido deste tipo de bens. Ele tem de ser sentido, tem de ter uma genuinidade na entrega pessoal que se faz. Só pode ter uma primeira intenção: a de fazer o bem. Faz parte desse propósito a gratuidade do mesmo. Os bens relacionais não se vendem, partilham-se, dão-se, trocam-se. São uma dádiva de alguém para alguém. São bens omnipresentes depois de acontecerem porque são a marca pessoal de alguém, que fica na memória dos sentidos de quem o recebe (Bruni, 2014). São os bens relacionais que nutrem as relações entre indivíduos, dando-lhes valor e sentido. É pelo valor do bem relacional que um idoso sai de casa tantas vezes para “simplesmente”, comprar pão, beber um café e, às vezes, repetir o processo. É porque encontra, nesse circuito, aquilo de que precisa: afecto humano, compreensão, alguém que o ouça com verdade e que lhe diga aquilo que quer ouvir. Isto são bens relacionais.

Analisados desta forma, os bens relacionais estarão em qualquer lugar, desde que assim se queira. Parte de nós transformarmos qualquer bem ou serviço num bem relacional (Gui, 2005). José Gonçalves Pinto, apresenta-se hoje aos seus alunos “com tudo o que sou(...)Agora digo que sou pai, donde venho, quantos irmãos tenho, em quem vou votar, Apresento-me como pessoa”. Na sua opinião, esta é a forma de criar a relação, para que os alunos o sintam como pessoa.

A questão é que os bens relacionais iniciaram uma trajectória descendente com a globalização da economia. Quanto maior a escala de um negócio, quanto mais intermediários existem, quanto mais exigentes se tornam os compromissos financeiros e de eficácia menor o espaço para a construção relacional. É na dimensão local que existe mais abertura a essa construção. Daí decorre a importância das comunidades, do comércio local, da economia dos comuns, da partilha e colaboração (eliminam-se intermediários, já que a relação é de um para um) que têm na sua base essa construção relacional, identitária muito

⁵⁷ Economista italiano, foi ele o criador da expressão “bem relacional”. Benedetto é professor de economia política e desenvolveu pesquisas científicas sobre políticas do trabalho, as problemáticas económicas das empresas cooperativas e sem fins lucrativos, bem como das implicações das relações interpessoais

enraizada. O poder das comunidades e da identidade local, está nesta capacidade de poderem construir relações sentidas, genuínas, duradouras, porque têm o espaço e cabe-nos a nós darmos o tempo de amadurecimento necessário. É próprio da natureza das entidades vivas, este processo de amadurecimento.

É na pintura que o pintor deixa parte da sua vida, dando vida à sua obra. É nessa dedicação sentida, que leva tempo, onde há lugar ao imprevisto, ao erro, à aprendizagem e à evolução, que quem olha sente como que a mesma dor que o artista ali sentiu e ainda sente. Esta teia que se cria entre o pintor, a sua obra e os seus observadores/participantes, é a teia que se cria quando se dá espaço e tempo às pessoas e às suas comunidades para elas viverem esse processo que é o natural. A tudo isto, se chama de bens relacionais (Bruni, 2014).

“Complexidade da vida! As facturas são feitas por gente
Que tem amores, ódios, paixões políticas, às vezes crimes –
E são tão bem escritas, tão alinhadas, tão independentes de tudo isso!
Há quem olhe para uma factura e não sinta isto.
Com certeza que tu, Cesário Verde, o sentias.
Eu, é até às lágrimas que o sinto humanissimamente.
Venham dizer-me que não há poesia no comércio, nos escritórios!
Ora ela entra por todos os poros (...)”

Álvaro de Campos, Ode Marítima

Fernando Pessoa já pensava sobre o assunto e ninguém descreveu melhor o sentido que as pessoas, sem o saberem, colocam nas coisas quando são elas mesmas, sem pressões ou privações de consciência.

Nas palavras de Luigino Bruni, “os bens são símbolos e, como todos os símbolos, com a sua presença- e ausência, indicam-nos alguma coisa, ou alguém presente e vivo algures. Alguém e algo que podemos ignorar, fingir que não existe, negar, esquecer. Mas não cessam de ser vivos e reais. E continuam a falar-nos, a contar-nos histórias, a esperar por nós.” (Bruni, 2014)

Carl Honoré⁵⁸ (Honoré, 2004) descreve a vivência de cidades como Bra⁵⁹. Esta e outras cidades estão pensadas para unir as pessoas, a comunidade. Esse é um projecto necessário à construção de uma comunidade relacional. Estas cidades são construídas segundo o princípio de Carlo Petrini⁶⁰: “o prazer antes do lucro, os seres humanos primeiro que o chefe, a lentidão acima da velocidade”.

O Movimento *Cittaslow* pretende ser o precursor de uma série de instrumentos para o reforço do lado relacional da vida em comunidade: aumentar os espaços verdes e zonas pedestres, ajudar os produtores e lojistas locais, mercados e restaurantes a venderem os seus produtos, preservar tradições estéticas e culinárias locais e fomentar um espírito de hospitalidade e boa vizinhança. Tudo isto, numa harmonia entre o tradicional e o moderno. A lógica é perceber quando determinada mudança, tecnológica ou não, melhora a vida das pessoas. Assim são adoptadas novas tecnologias, como veículos eléctricos e energias alternativas. O intuito não é voltar para trás no tempo, ou diabolizar tudo o que é moderno. É perceber o que faz sentido numa lógica de aproximação das pessoas, de respeito pelo ser humano e pela natureza, de melhoria da relação homem-homem e homem-natureza: políticas como encerrar determinadas ruas ao trânsito, proibir a existência de grandes cadeias de supermercados e determinadas lojas, bem como de anúncios luminosos são benéficas. Apostar nos pequenos estabelecimentos familiares com produtos locais, sejam alimentares, de artesanato, ou outros, também faz sentido. Obrigar, no sentido positivo, as cantinas dos serviços públicos a adoptar produtos locais, faz sentido. Juntam-se, desta forma, gentes locais, em produtos, serviços, espaços e tempos de convívio. E isso trás novas oportunidades de trabalho, porque se dá espaço aos locais. Os bens relacionais apoiam no desenvolvimento local (Honoré, 2004).

A norma tem sido trazer o campo para a cidade, pois é na natureza que as pessoas melhor se relacionam e tranquilizam. O favorecimento de espaços verdes, jardins, árvores, bem como de recursos para a passagem e paragem de pessoas nesses espaços, é uma mais valia para incentivar o relacionamento entre as pessoas: “Uma vida mais calma, leva a comunidades mais fortes” e “quando se têm laços fortes, as pessoas sentem que pertencem

⁵⁸ Jornalista escocês, tem escrito sobre o movimento *Slow Food* e os movimentos alternativos à sociedade capitalista (<http://www.carlhonore.com>)

⁵⁹ Bra, a cidade italiana, capital do movimento Slow e hoje uma cidade modelo no que respeita à construção de uma lógica, para toda a cidade, de harmonia entre pessoas e ecologia, entre ritmos humanos, entre produção local, ruído, lazer e trabalho: <http://cittaslow.org>

⁶⁰ Jornalista italiano, fundador do Movimento Slow Food (<http://www.slowfood.com>)

a algo” e “isso tem uma acção calmante na forma como vivem as suas vidas” (Honoré, 2004: 107).

Para Tim Jackson (Jackson, 2013), a questão passa por investir em bens públicos ou, na linguagem da ECPC, em bens dos comuns. E o objectivo é, mais uma vez, a realização pessoal. É reinvestir fisicamente, financeiramente e emocionalmente. E na construção e reabilitação de espaços públicos tem de haver espaço para essa componente emocional por parte de quem pensa e por parte de quem usa. Há que renovar a noção sobre o que são espaços, instituições e objectivos comuns. Falamos dos espaços verdes, dos parques e também dos centros recreativos, dos festivais, de retiros e centros de tranquilidade, de bibliotecas, de museus, dos transportes públicos e dos mercados locais. Estes locais são espaços que protegem aqueles que não teriam acesso a eles numa lógica de privatização do todo (Honoré, 2004).

A ideia tem tido adesão noutras cidades do mundo. São 30 países e 208 cidades. Portugal também está na lista: são, normalmente, cidades pequenas, com cerca de 50000 habitantes.

É construindo comunidades relacionais, que podemos desenvolver mais oportunidades para as pessoas que nelas habitam. No futuro, há que ter isso em conta quando se pensam os bairros ditos de sociais. Eles têm de ter duas componentes essenciais: permitirem este envolvimento relacional entre quem lá habita e nutrir uma saudável ligação às comunidades que os envolvem. Na realidade, hoje o que se passa não é isso:

“De um modo geral, os bairros sociais são, para além de espaços segregados e estigmatizados, lugares caracterizados por uma escassez de espaços de lazer e de sociabilidade. Representam uma monofuncionalidade residencial, colocando-se longe dos centros económicos, sociais e culturais da cidade (contribuindo para a sua visibilidade e estigmatização) e carenciado de estruturas colectivas” (Guerra e Pinto in Augusto, 1998)

O LCE visa contribuir para esta visão integral das comunidades, percebendo o contributo destes pormenores na construção de novas oportunidades para as pessoas que nelas habitam.

3.2.1.4 O MERCADO DE TRABALHO DA ECPC: NOVAS PROFISSÕES E NOVOS MODOS DE VIDA

Há duas maneiras de olhar para a ECPC como forma de melhorar a vida das comunidades mais vulneráveis. Por um lado, perceber se as oportunidades de emprego geradas, num sentido lato, são compatíveis com uma realidade socioeconómica vulnerável. Por outro, perceber se as oportunidades de alteração de hábitos de vida e consumo são, igualmente, compatíveis com esta realidade. Façamos, primeiro, uma análise às oportunidades de trabalho.

Na ECPC, se pensarmos nas oportunidades criadas através das plataformas online, a grande dúvida que surge e para a qual não há, ainda, uma resposta, tem a ver com o tipo de remuneração e segurança que este novo sistema pode oferecer (Goudin & European Added Value Unit, 2016). Poderá a ECPC oferecer uma alternativa financeira estável e credível em comparação com o mercado de trabalho tradicional? A esta pergunta, as opiniões divergem. Rachel Botsman⁶¹, para além de acreditar nas oportunidades geradas nesta economia, divide em quatro grupos, as pessoas que aderem ao mercado laboral da economia colaborativa:

- Primeiro, aquilo a que Rachel denomina de “*flexers*”: as pessoas domésticas, os reformados, os estudantes, pessoas com algum grau de deficiência e todos aqueles que, por alguma razão, o trabalho convencional das 9h às 17h não é uma opção. O que capta a atenção deste grupo é a flexibilidade a autonomia que vêm nesta nova economia.

- Segundo, o grupo de todos aqueles que não conseguem encontrar um emprego na economia tradicional. Ainda que a autora considere não ser este o sistema mais aconselhado para estas pessoas, na verdade ela reconhece que para alguns é uma solução real para colmatar parte da falta de rendimentos desesperante em que vivem.

- Terceiro, o dos “prós”, isto é, de todos aqueles que conseguem estabelecer-se na economia colaborativa, em uma ou mais plataformas, a tempo inteiro. O sucesso para estes é quase garantido, uma vez que conseguem explorar formas de crescer profissionalmente e financeiramente, cuja economia tradicional nunca iria garantir.

- Por fim, o grupo das pessoas com um trabalho a tempo inteiro na economia tradicional, que vêm nesta nova economia uma forma de ganhar algum dinheiro extra. Muitas vezes, este dinheiro é usado para catapultar um negócio próprio que de outra forma nunca conseguiriam fazer surgir.

⁶¹ in <http://www.wsj.com/articles/can-the-sharing-economy-provide-good-jobs-1431288393>

Para esta investigadora, não sendo uma saída profissional para as pessoas desempregadas, para elas tem gerado algum rendimento que alivia as situações desesperantes em que vivem. Por outro lado, o primeiro grupo tem características que se adaptam ao nosso estudo: a flexibilidade e a autonomia. Estas são dimensões centrais nas questões do trabalho desde há muitos séculos (Fohlen, 1974; Jaccard, 1974b; Schnapper, 1998) e o equilíbrio entre liberdade e segurança tem sido muito complexo de se encontrar.

Uma visão contrária tem Andrew Keen (Keen, 2007, 2015) que desde cedo considera a internet como uma das invenções mais negativas para a humanidade. Keen compara a internet ao “Teorema do macaco infinito” (Infinite monkey theorem)⁶², no sentido em que a internet está cheia de pessoas sem qualificação, conhecimentos e qualidade a tentarem comportar-se como profissionais, considerando a internet como uma “infinita floresta de mediocridade”, colocando em causa um sistema social, económico e cultural que é a base da sociedade moderna (Keen, 2007). Hoje, segundo Keen, o que temos, no geral, por causa da internet, é uma sociedade mais desigual, mais pobre e com mais desemprego, criando monopolistas, como a Google e a Amazon, ao invés de mais concorrência (Keen, 2015).

Ainda é cedo para dar resposta a estas duas visões. Contudo, estão a surgir movimentos colaborativos para salvaguardar este tipo de situações de maior vulnerabilidade e precariedade. Plataformas como a *TaskRabbit*⁶³ estão a implementar sistemas de rendimento mínimo para impedir que a concorrência leve a que os preços cobrados pelos serviços prestados por cada um através da plataforma reduzam para valores indignos. Por outro lado, associações corporativas que estão a nascer no âmbito da ECPC, como a *Peers.org*⁶⁴, ou a *Freelancers Union*⁶⁵ estão a estudar formas de, como dizem “Fazer com que a economia colaborativa trabalhe em prol das pessoas que a impulsionam” e “construir um melhor futuro para os trabalhadores independentes”. O objectivo é actuar como um sindicato que defenda os trabalhadores da ECPC de situações de abuso por parte de quem gere as plataformas informáticas que ligam “produtores” a clientes. Por outro lado, o objectivo é ganhar poder negocial junto de instituições financeiras, de seguros,

⁶² Este teorema diz-nos que se colocássemos um macaco com uma máquina de escrever à frente durante tempo indeterminado, provavelmente, num determinado momento, ele escreveria a obra completa de William Shakespeare.

⁶³ <https://www.taskrabbit.com> é um site e plataforma móvel que conecta pessoas que fazem determinadas tarefas, com outras pessoas que precisam de alguém que as faça, numa determinada área habitacional

⁶⁴ in <https://www.facebook.com/PeersOrg/>

⁶⁵ in <https://www.freelancersunion.org>

entre outras, para garantir que estes trabalhadores tenham acesso a mecanismos de segurança em caso de doença, falta de trabalho e reforma.

Na realidade, foi perguntado a 1156 condutores de uma das plataformas de condutores freelancers⁶⁶, se estariam disponíveis para um trabalho a tempo inteiro e mais seguro na mesma empresa. Apenas 25% responderam afirmativamente. O sentimento de liberdade, mais uma vez foi apontado como o principal para quererem continuar a fazer o que fazem e como fazem.

Uma característica que pode ser aproveitada positivamente por estas comunidades é o facto de que na ECPC a construção da confiança é essencial à integração de cada um na “comunidade alargada” das plataformas online. O que cada um faz, diz, escreve, compra, vende, etc. fica registado na “rede” acessível a todos. Para o mal e para o bem, este acaba por ser um sistema do tipo “*Big Brother*”⁶⁷. A reputação de cada um é, assim, construída dia-a-dia sendo que apenas aqueles cuja sua reputação seja positiva, conseguem encontrar oportunidades de rendimento e sociabilização lícitas.

Sendo um sistema colaborativo, é um sistema que se apoia em comunidades de saberes e fazeres para procurar e angariar possibilidades de rendimento. Isto é, mais do que um processo feito para pessoas trabalharem individualmente, surgem, igualmente, comunidades colaborativas a trabalhar essa dimensão de prospecção e apresentação de ideias e propostas. É cada vez mais uma abordagem multidisciplinar, aquela que surge para resolver os desafios desta nova economia, havendo, assim, partilha de oportunidades e ganhos entre pares. Não deixa de haver competição, apenas se abrem as portas a uma maior colaboração.

Por outro lado, percebe-se uma mudança nas forças de poder. Ela ainda é difusa e não se sabem as suas consequências. A realidade é que quando cada pessoa pode vender, trocar, partilhar algo⁶⁸, a concorrência aumenta, diminuindo a concentração de poder anteriormente existente. Não se sabe se o futuro é de uma economia de concorrência perfeita⁶⁹, ou se, pelo contrário, novas movimentações de concentração vão surgir e quais.

⁶⁶ Condutores da empresa *Lyft* (<https://www.lyft.com>)

⁶⁷ Numa referência à personagem de George Orwell na sua obra “1984”, que representa o líder de Oceania, um Estado totalitário, que tudo controla e que celebrou a frase “Big Brother is watching you”

⁶⁸ O seu carro, a sua casa, o seu quarto, a sua base de dados, a sua roupa, os seus conhecimentos, a sua cozinha para elaborar uma refeição, a sua máquina de lavar roupa, etc.

⁶⁹ Situação de um Mercado em que nenhum agente tem poder suficiente para influenciar os preços. Os produtos são homogéneos. O acesso à informação é perfeito por parte de todos os agentes económicos. Não

Para já, a realidade é de crescimento do número de pessoas a aderir a este novo sistema económico, social e cultural (Goudin & European Added Value Unit, 2016).

Outra tendência já aqui abordada tem a ver com a abertura das próprias organizações a toda a sociedade quando querem resolver determinados desafios. O exemplo da *Goldcorp Inc.* (Taylor & Labarre, 2006) é apenas um de vários. A plataforma *Innocentive*⁷⁰ é a mais conhecida de um conjunto de plataformas de *crowdsourcing*⁷¹ em que participam organismos estatais, como a *NASA*, ou o *Air-Force Research Labs*, corporativos, como a *Procter & Gamble* e o *Goldcorp Inc.* e também do sector social como a *Global Health Innovation Pavilion*.

Se é certo que nas comunidades vulneráveis o grau de formação e qualificação pode parecer distante das exigências deste tipo de plataformas, é certo que ideias e colaborações disruptivas podem, certamente, vir deste tipo de contextos.

No entanto, as novas profissões vão para além de todas aquelas que estão directamente relacionadas com novas tecnologias e plataformas ligadas à internet e dispositivos móveis.

A ECPC é, na sua base, uma economia comunitária. Se é um facto que a definição de comunidade vai além do seu aspecto de localização e dimensão física, essa é uma componente que faz parte. Isto é, trabalhar as novas e tradicionais profissões nas comunidades de bairro é possível e desejável. O erro tem sido o de querer implementar e adaptar um sistema produtivista, de eficácia e eficiência máxima e pouco humano, em contextos onde o importante é o fortalecimento dos laços de afecto que diminuem as situações de vulnerabilidade social em que vivem estas comunidades. Por outro lado, o horizonte temporal necessário para garantir uma transição sustentável será sempre o longo prazo.

Mais do que uma solução inovadora, precisamos de uma solução credível e compatível com uma realidade que é social e economicamente mais vulnerável.

existem barreiras à entrada e saída do mercado. Todos os agentes económicos têm acesso às mesmas condições de mercado (Samuelson & Nordhaus, 2004)

⁷⁰ in <http://www.innocentive.com>

⁷¹ Processo social de obter ideias, produtos, ou serviços recorrendo à sabedoria do maior número possível de pessoas.

Tim Jackson (Jackson, 2013) defende uma solução baseada em empresas sociais locais ou baseadas em comunidades. Projectos ecológicos, dentro de uma economia ele denomina de “Economia Cinderela”.⁷² Estes são alguns exemplos:

- 1) Projectos comunitários de energia e transporte
- 2) Mercados locais de agricultores
- 3) Cooperativas de *slow food*
- 4) Clubes desportivos, bibliotecas, centros de saúde e ginásios comunitários
- 5) Serviços locais de reparação e manutenção
- 6) Aulas de trabalhos manuais
- 7) Centros de escrita criativa
- 8) Companhias locais de música e teatro
- 9) Formação especializada local
- 10) Aulas de yoga, artes marciais, meditação
- 11) Cabeleireiros
- 12) Jardinagem

Para Tim Jackson, “as pessoas obtêm muitas vezes uma sensação mais forte de bem-estar e realização pessoal como produtoras e consumidoras dessas actividades do que da economia de supermercado, apressada e materialista em que passamos a maior parte das nossas vidas” (...) Eis um sector que podia garantir trabalho digno, dar oportunidades às pessoas de se realizarem, de contribuírem positivamente para a comunidade e de poderem ter uma vida materialmente leve. O sector é descartado por dar emprego às pessoas” (Jackson, 2013: 159)

O mesmo autor defende a partilha do trabalho disponível. Num contexto comunitário salutar isso não só é possível, como fundamental: essa é o tipo de atitude e disponibilidade de comunidades de uma economia colaborativa e de partilha. Faz parte “de uma cidadania comum, onde pessoas com percursos de vida diferentes se encontram e dessa maneira ganham um sentido comum(...)um sentido de uma vida de tal forma partilhada, que conseguem pensar umas nas outras de forma significativa, como cidadãos num projecto

⁷² Este termo foi cunhado por Tim Jackson (Jackson, 2013) e diz respeito aos serviços que as comunidades locais podem prestar: serviços locais, produtos locais, serviços de apoio à comunidade, voluntariado, entre outras. Na sua génese, esta economia representa, ainda, um valor monetário risível num contexto competitivo capitalista. No entanto é ele que pode empregar maior quantidade de mão-de-obra e ser o motor de desenvolvimento comunitário.

comum” (Sandel in Jackson, 2013: 225). No fundo, as funções laborais que buscamos, são aquelas que contribuem positivamente para a realização humana, que garantem sustento digno e que tenham um baixo consumo de energia e recursos (actividades que sejam simultaneamente simples e leves em termos materiais).

Tal como para Dominique Schnapper (Schnapper, 1998), e Jeremy Rifkin (Rifkin, 2014a), também Tim Jackson (Jackson, 2013) reconhece a importância da maior valorização das funções que cuidam das crianças, dos idosos, das pessoas com deficiência, atribuindo às pessoas que desempenham funções nessas áreas, tanto de forma remunerada, como voluntária, uma maior dignidade social. Para o autor, esse reconhecimento pode alterar o equilíbrio dos incentivos, constituindo o ponto de viragem de uma sociedade que compete pelo estatuto, para uma sociedade que compete por valores de solidariedade e altruísmo (Jackson, 2013).

Em relação aos modos de vida da ECPC, a própria definição da *The People Who Share* é elucidativa. Uma comunidade onde a troca e a partilha, o consumo colectivo, a propriedade partilha de determinados bens, o comércio de bens usados e a reciclagem e reutilização dos mesmos seja possível é uma comunidade onde a relação com o dinheiro pode ganhar uma outra dimensão. Andresa Salgueiro⁷³ refere, em entrevista, que quando foi convidada a falar da sua experiência de um ano a viver de trocas, em comunidades vulneráveis, apercebeu-se de que as trocas e a partilha já são uma realidade nestes contextos. Para ela, mais do que pobreza, existe uma grande necessidade de ser como “os de fora da comunidade”: com automóveis, casas, roupa e *gadgets* modernos e caros. Para José Gonçalves Pinto, nas comunidades vulneráveis, a “pressão externa para serem como os outros é maior do que aquilo que nós podemos fazer por eles”. É o mal da “novidade” e da “comparação” (Jackson, 2013). Maria Inês Amaro (Amaro, 2005) refere que:

“num tempo de crise de valores e de queda da espiritualidade, é na satisfação imediata e alienante das necessidades que os indivíduos encontram as suas compensações (...) o consumo tem, também, assumido um papel de crescente importância na construção de identidades e como uma actividade de produção de sentido da vida em comum” (Amaro, 2005: 142)

⁷³ Andresa Salgueiro viveu durante um ano, onze dias, onze horas e 1 minuto com €1111 e muitas trocas. O projecto está documentado no seu blogue: <http://vivoatroca.blogspot.pt/>

José Gonçalves Pinto pensa que as pessoas que já viveram confortavelmente na sociedade tradicional capitalista e decidiram abraçar projectos de vida alternativa em comunidades como Tamera⁷⁴, poderiam servir de exemplo para transformar consciências em contexto vulnerável e quanto mais exemplos houver, mais força terá a mensagem.

É na construção deste modo de vida de partilha em comunidade, acompanhado de um programa de DHS focado na consciencialização, que se pretende dar um novo cunho aos projectos de intervenção comunitária em contexto vulnerável, neste caso para a empregabilidade na ECPC.

CAPÍTULO 4

O BENCHMARKING

“We believe that no universal solution exists for the challenges of this time”

- The Berkana Institute

O projecto agora apresentado tem três componentes:

- 1) DHS para a Empregabilidade na ECPC
- 2) Programas de Empregabilidade na ECPC
- 3) Programas mistos, de Desenvolvimento Humano para a Empregabilidade na ECPC e de Empregabilidade na ECPC

Nas três componentes, podem encontrar-se projectos nacionais e internacionais num exercício de Benchmarking de boas práticas.

4.1 Projectos de DHS para a Empregabilidade na ECPC

O DHS para a Empregabilidade na ECPC visa uma maior consciencialização de cada um, no seu encontro com o outro e na relação com o sistema ecológico através da criação de laços de afecto, bens relacionais e de exercícios de empatia, compaixão e perdão entre as pessoas. Quer-se trabalhar a empregabilidade através da comunidade e para isso é necessário trabalhar estas relações pessoais (Bruni, 2014; Gui, 2005; Gyatso, 1991).

⁷⁴ Tamera é uma comunidade que nasceu em 1978 na Alemanha e se transferiu para Portugal em 1995. É constituída actualmente por 170 que vivem de forma alternativa em nome da auto-suficiência regional ao nível do abastecimento energético e da nutrição (<https://www.tamera.org/pt/>).

Neste âmbito são usadas, por um lado, várias tecnologias sociais cujo intuito é o de facilitar a comunicação entre as pessoas, bem como a sua participação na comunidade.

A *Art Of Hosting (AOH)*⁷⁵ é uma organização internacional que facilita um conjunto de tecnologias sociais participativas como o *Circle*, o *World Café*, o *OST* e o *Appreciative Inquiry*⁷⁶: “*is an approach to leadership that scales up from the personal to the systemic using personal practice, dialogue, facilitation and the co-creation of innovation to address complex challenges*”⁷⁷.

É referida esta organização pela forma como sistematiza e divulga as já referidas ferramentas de liderança participativa. Estas, são a base da construção de comunidades cooperativas aproveitando o potencial da inteligência e conhecimento colectivo na resolução dos desafios que se apresentam.

O que dizem as pessoas sobre o trabalho da AOH:

a) “*So we are actually changing our world, we are changing our work and we are changing how we work.*” ***Quote from Nova Scotia Public Health - A Journey Towards Renewal Document***

b) *Traditional corporate communication must give way to a process that is more dynamic and more sophisticated. Most important, that process must be conversational.*

- Harvard Business review

c) *"The Art of Hosting is a practice that heals the broken relationships between people."*

- European Commission official

Na área da meditação e do *Mindfulness*⁷⁸, existem variados projectos em curso e avaliação. A introdução destes conceitos, a Meditação⁷⁹ e o *Mindfulness*⁸⁰, tem como propósito trabalhar um outro nível de consciência individual e do relacionamento de cada um com os outros e o sistema ecológico. Numa sociedade com excesso de informação e de estímulos diversos, estas práticas têm um papel importante no recentrar a pessoa humana

⁷⁵ in <http://www.artofhosting.org>

⁷⁶ Vide Anexo A

⁷⁷ in <http://www.artofhosting.org/what-is-aoh/>

⁷⁸ Vide Anexo A

⁷⁹ Vide Anexo A

⁸⁰ Idem

no sistema social, económico e cultural em que se encontra. Os exemplos que se seguem, demonstram os efeitos destas técnicas no comportamento humano em comunidades de indivíduos vulneráveis de diversos tipos: saúde, financeira, educação, entre outras.

O *Center for Wellness and Achievement in Education*⁸¹ estuda os efeitos do *The Quiet Time Program*⁸², um programa de Meditação Transcendental (MT)⁸³ em contextos educacionais particularmente stressantes e/ou vulneráveis para a mente e o corpo: estabelecimentos de ensino e estabelecimentos de ensino situados em comunidades vulneráveis. Os resultados gerais do estudo e os resultados específicos para o contexto educacional mostram^{84,85} que a prática da MT diminuiu os níveis de stress, aumentando a integridade do cérebro e levando a um conjunto de efeitos positivos no corpo, na mente e no comportamento das crianças e profissionais do ensino: aumento da atenção, diminuição das situações de suspensão e violência por parte dos alunos, redução dos níveis de ansiedade e stress, aumento da auto-estima, aumento dos resultados académicos, diminuição das situações de stress e depressão na comunidade dos professores e administradores escolares, aumento da inteligência emocional, entre outros. Este exemplo é para perceber que o trabalho deve ser feito junto destes e dos profissionais do sistema de ensino, para que o resultado seja mais sustentável.

Este programa foi pensado e iniciado pelo realizador David Lynch⁸⁶ e visa alterar, de forma consciente, o percurso de vida das pessoas mais vulneráveis da sociedade recorrendo à prática da MT: comunidades de pessoas sem-abrigo, condenados a prisão, pessoas que sofrem de stress pós-traumático (militares, entre outros), pessoas doentes de HIV, mulheres em geral, para além dos estudantes e profissionais do ensino já referidos

No programa de MT para pessoas sem abrigo e/ou com rendimento reduzido⁸⁷ os resultados são a diminuição⁸⁸ do consumo de substâncias ilícitas, dos sentimentos de ódio, raiva e do número de conflitos, dos casos de insónia, ansiedade, de sintomas de depressão e, muito importante para o LCE, na melhoria das capacidades de trabalho.

⁸¹ in <http://cwae.org>

⁸² in <https://www.davidlynchfoundation.org/>

⁸³ Vide Anexo A

⁸⁴ in http://cwae.org/tm_research.php

⁸⁵ in http://cwae.org/research_intro.php

⁸⁶ Praticante de meditação há mais de 40 anos

⁸⁷ in <https://www.davidlynchfoundation.org/homeless-shelters.html>

⁸⁸ Resultados duas vezes superior aos resultados dos métodos convencionais

No programa de MT para os sistemas prisionais⁸⁹, os resultados foram uma diminuição de 30% nas taxas de reincidência, menos infracções às regras prisionais, um menor stress psicológico, sintomas pós-traumáticos e pensamentos criminosos, diminuição da ansiedade, depressão, fadiga e raiva, bem como um aumento do bem-estar espiritual, do sentimento de optimismo e da capacidade de definir um propósito para si.

São dois exemplos de como a Meditação pode ser uma base para a mudança comportamental de pessoas em situação de vulnerabilidade extrema (sem abrigo, baixo rendimento e prisioneiros). Não sendo possível uma ligação directa de sucesso ao caso do LCE este é o caminho que o projecto, por evidência, vai seguir.

Para além da meditação e no âmbito do mesmo projecto, *The Quiet Time Program*, têm sido feitos alguns alargamentos deste tipo de práticas a outras áreas: alimentação, yoga, exercício físico e educação do sono. O objectivo é olhar para o ser humano de forma integral e fornecer-lhe ferramentas de maior consciência de si próprio.

Ainda no âmbito dos projectos de Meditação, o *North American Vipassana Prison Project*, visa levar esta prática de meditação milenar, a Vipassana, a estabelecimentos prisionais nos EUA e Canadá. Criado em 1997, o projecto trabalha com um programa residencial de 10 dias em oito estabelecimentos prisionais. Na Índia, onde foi iniciado, o primeiro programa data de 1975. Existem quatro estudos realizados nos EUA e Canadá indicando resultados positivos em relação à redução das situações de reincidência, abuso de estupefacientes, mau comportamento e controlo de emoções negativas⁹⁰.

A *Roots of Empathy*⁹¹ é um programa social e emocional em sala de aula fundado no Canadá em 1996 que junta, periodicamente, crianças dos zero aos 8 anos de idade, com bebés, acompanhados dos seus pais, da professora dos alunos e de um instrutor do próprio programa. Aqui, o professor é o bebé que, com a ajuda do instrutor vai permitir que as crianças contactem com os seus sentimentos e dos seus colegas. O objectivo é trabalhar a empatia, a mente e o coração, reduzindo comportamentos agressivos e de *bullying* entre colegas. O estudo mais recente vem comprovar a eficácia do programa (Macdonald & Balfour, 2013: 99-102). Este projecto é importante no sentido em que trabalha o reforço da empatia e da compaixão, reforçando os laços de afecto, cooperação, entreaajuda, reduzindo os sentimentos de ódio, raiva e os comportamentos desviantes (Gyatso, 1991). O DHS

⁸⁹ in <https://www.davidlynchfoundation.org/prisons.html>

⁹⁰ in <http://www.prison.dhamma.org/en/na/results.html>

⁹¹ in <http://www.rootsofempathy.org/>

pode ser tido em conta desde a infância, criando uma sociedade mais colaborativa no futuro. No LCE, a infância é trabalhada desta forma.

4.2 Projectos para a Empregabilidade na ECPC

Os projectos para a Empregabilidade da ECPC visam dar a conhecer e fomentar diferentes formas de trabalho humano dentro da economia monetária e não monetária da ECPC. Baseia-se em relacionamentos e estruturas organizacionais e de poder colaborativos (Bollier, 2014; Laloux, 2014; Ostrom, 1990), bem como na simplicidade que pode ser o trabalho comunitário (Jackson, 2013) com serviços simples à comunidade fora da lógica produtivista e competitiva capitalista.

O movimento *Transition Network*⁹² é uma comunidade de comunidades. Visa “inspirar, encorajar, conectar e dar suporte e treino a comunidades que queiram fazer a transição para uma economia verde, colaborativa e de partilha”. Explora-se a importância das comunidades locais para fazer, produzir, oferecer e contribuir para a sociedade. As actividades são diversas e despertam a comunidade para os desafios ecológicos, de consumo e emprego actuais. Cada iniciativa inicia-se transmitindo a mensagem à comunidade: batendo de porta em porta, facilitando o visionamento de documentários, entre outros meios que alertem para os desafios globais e da comunidade. As acções práticas vão desde as hortas comunitárias, às padarias e mercearias comunitárias, distribuição comunitária de energia, transformação de algumas estruturas físicas e institucionais de cada comunidade.

Iniciada 2006 em dois pequenos bairros da Irlanda e Inglaterra, o projecto chega hoje a 43 países através de 1107 iniciativas⁹³. Conferências, workshops, desenvolvimento de blogues e *webinars* são algumas das iniciativas desenvolvidas no seio desta comunidade. Outras iniciativas passam pela existência de newsletters, livros, documentários, guias de trabalho, entre outros. O objectivo é unir a comunidade e transmitir a mensagem de como se faz a transição para um mundo colaborativo, resiliente e sustentável. É importante para o LCE, na medida em que é uma inspiração para a operacionalidade deste tipo de iniciativas. A sua sistematização, simplicidade e os valores que defende são a base deste projecto.

⁹² in <http://www.transitionnetwork.org>

⁹³ Portugal tem iniciativas *Transition Network* a decorrer em vários pontos do país

Ligado a este projecto, existe o movimento *Reconomy*⁹⁴. Este projecto vai além do movimento *Transition Network*, no sentido em que apoia a criação de uma nova estrutura económica: pensa a criação de novas empresas e organizações comunitárias, novas formas de fazer negócio a uma escala maior e mais profissionalizada daquela que encontramos no movimento *Transition Network*. Por outro lado, faz a ponte para as instituições do poder local visando acolher espaços para a empregabilidade, incubação de novos negócios, apoiar na transição de negócios já existentes na comunidade, garantir meios e recursos para o desenvolvimento da sua economia. A importância para o LCE tem a ver com a profissionalização do Movimento Transition Networks no que respeita à empregabilidade.

No Brasil, o projecto “Centro de Democratização da Informática (CDI)” nasceu em 1995 com o objectivo de transformar vidas e fortalecer comunidades vulneráveis, estabelecimentos prisionais, doentes do foro psiquiátrico entre outros grupos vulneráveis através da formação para as tecnologias de informação e da comunicação.

Este projecto é aqui analisado porque na visão dos seus mentores está a capacitação para a empregabilidade no contexto do século XXI. O seu subprojecto “RECODE em comunidades”, visa capacitar jovens vulneráveis nesse sentido, através de um método próprio. Neste momento, mais de um milhão e meio de pessoas foram apoiadas por este projecto em cerca de 14 países. Em Portugal⁹⁵ a CDI está implementada com projectos no Laranjeiro, Alcabideche, Musgueira, Cacém e Bela Vista. Nesta última comunidade, a população diagnosticou como principal problema a resolver, a imagem negativa que a generalidade do país tem dela. Para o efeito e aproveitando as ferramentas disponibilizadas pelo CDI, foi criado um jornal online, “O Bairro”, para dinamizar a comunidade e melhorar a imagem que o exterior tem dela. O CDI, juntamente com a comunidade, estuda uma forma de permitir que o jornal se tornar sustentável, contribuindo para a criação de alguns empregos e para resolver esse outro problema: o do desemprego no Bairro da Bela Vista, ainda que de forma marginal.

4.3 Projectos mistos de DHS para a empregabilidade na ECPC e de Empregabilidade para a ECPC.

Na área dos projectos mistos de DHS para a Empregabilidade na ECPC e de Empregabilidade na EPCP uma primeira nota para os programas de liderança servidora e

⁹⁴ in <http://www.reconomy.org/>

⁹⁵ in <http://cdi.org.pt/>

participativa. Em Portugal, o Dr. Rui Marques criou a Academia Ubuntu⁹⁶: A palavra Ubuntu tem origem africana e significa “Eu Sou porque Tu És”, ou “Eu só posso ser Pessoa com as outras Pessoas”. Essa é a mensagem que se pretende transmitir aos jovens participantes nesta Academia: a mensagem de que devemos acolher, respeitar, partilhar, cuidar e confiar no outro, recebê-lo na comunidade e construir um espírito de entreajuda entre todos.

Nas palavras do mentor do projecto:

“A Academia Ubuntu é um projecto de capacitação de jovens com elevado potencial de liderança, provenientes de contextos de exclusão social, ou com aptidão para trabalhar nesses contextos, com o objectivo de poderem vir a desenvolver projectos de inovação e empreendedorismo social ao serviço da comunidade.”

“O objectivo geral é capacitar os participantes para que sejam agentes de transformação no seio das suas comunidades, ajudando-os a desenvolver e consolidar competências de liderança e de serviço à comunidade.”⁹⁷

Considera-se este um projecto misto, uma vez que por um lado há o objectivo de desenvolver competências humanas nestes jovens provenientes, na sua maioria, de contextos sociais vulneráveis. O contacto real com líderes servidores, como Desmond Tutu e Aung San Suu Kyi, bem como o contacto com aquilo que foi a vida de outros líderes servidores já falecidos, é impactante para estes jovens, criando neles a vontade de fazer a diferença em prol do outro. Contudo, também se ensinam ferramentas úteis para a sua empregabilidade, como o desenvolvimento, planeamento e gestão de projectos, salvaguardando a sua implementação. Ensina-se o uso determinadas ferramentas de trabalho, programas informáticos e o sentido de responsabilidade. É um projecto integral e cujos resultados práticos são uma inspiração para o LCE na medida em que tem a preocupação de criar líderes comunitários servidores, com os valores e os princípios que são defendidos no seio da ECPC: cooperação, servir, compaixão, empatia, entre outros.

Quando se referem métodos participativos para a mobilização de comunidades para a sua transformação positiva, o Instituto Elos⁹⁸ demarca-se, desde há mais de 15 anos, pela

⁹⁶ <http://academiaubuntu.org>

⁹⁷ in http://academiaubuntu.org/index.php?option=com_content&view=article&id=171&Itemid=93

sua filosofia e trabalho no terreno. Iniciado por um grupo de recém-licenciados brasileiros em Arquitectura, o pendor criativo e relacional sempre esteve presente nesta comunidade de “fazedores da mudança”. O Instituto Elos considera-se um movimento mundial de comunidades e pessoas. A metodologia criada e trabalhada é colaborativa para comunidades vulneráveis⁹⁹.

O lema é “começar é agora” e “os recursos já estão disponíveis”. O importante é agir com os recursos que existem na comunidade, quer humanos, quer materiais.

A filosofia Elos é composta por 7 etapas: Olhar, Afecto, Sonho, Cuidado, Milagre, Celebração e Re-evolução¹⁰⁰. No conjunto, elas completam um ciclo de sentidos humanos. No Instituto Elos a forma mais usual de agir em comunidade é através do “Jogo Oásis”¹⁰¹¹⁰². Este, ao abrigo ECPC, está licenciado pelo Creative Commons¹⁰³. Isto é, está concebido para ser de uso livre e cooperativo, para que a consagração seja colectiva (todos participam, todos ganham). O jogo serve de apoio à mobilização dos cidadãos de uma comunidade¹⁰⁴ para a realização dos seus sonhos colectivos.

Tal como é a prática comum na ECPC, o Instituto Elos inspira-se numa rede de parceiros de metodologias colaborativas e participativas. São elas: a CNV¹⁰⁵, as “Danças Circulares”¹⁰⁶; o *OST* já mencionado; os Jogos Cooperativos¹⁰⁷; entre outros métodos que vão surgindo. A base é a partilha de conhecimentos. A importância do trabalho efectuado pelo Instituto Elos para o LCE relaciona-se com as ferramentas utilizadas para ligar pessoas e transformar relações e sentimentos de auto-estima comunitária. Serve de apoio a um trabalho de fundo e de mais longo prazo.

⁹⁸ <http://institutoelos.org/>

⁹⁹ A inspiração base foram as favelas brasileiras, onde já mais de 1000 pessoas foram trabalhadas por esta comunidade

¹⁰⁰ Vide Anexo A (Jogo Oásis)

¹⁰¹ in <http://institutoelos.org/jogo-oasis/>

¹⁰² Vide Anexo A (Jogo Oásis)

¹⁰³ in <https://creativecommons.org>

¹⁰⁴ Como comunidade, o Instituto Elos entende os moradores, ONGs, Governo local, empresas e outras pessoas individuais ou colectivas que tenham importância para a comunidade em causa. Esta é a visão, igualmente, do LCE.

¹⁰⁵ in <http://www.cnvc.org>

¹⁰⁶ in <http://www.dancacircular.com.br/oque.asp> (uma metodologia que usa as danças ancestrais comunitárias para, no presente, criar sentimentos de participação e união entre os participantes)

¹⁰⁷ in <http://www.projetocooperacao.com.br> (metodologia que visa criar ambientes colaborativos e de cooperação, ao invés de fomentar a lógica competitiva que domina a sociedade de hoje)

Em Portugal, existe uma comunidade que muito tem contribuído para a disseminação dos princípios da ECPC. Denomina-se “João Sem Medo – *Comunidade de empreendedores evolucionários*” (JSM)¹⁰⁸ e foca-se no apoio ao Empreendedorismo¹⁰⁹

O trabalho da JSM tem sido a disseminação de ferramentas de DHS e de metodologias colaborativas e participativas de apoio ao processo de empreender.

A JSM define-se como:

“Uma comunidade de pessoas empreendedoras com a missão de 'derrubar todos os muros' ao acto de empreender, sejam materiais ou psicológicos. Estamos focados nas pessoas e entendemos que todas as pessoas podem aprender a utilizar o método 'empreendedorismo' para construir o seu futuro. Entendemos que o empreendedor é uma pessoa que procura assegurar a sua subsistência através do projecto que está a desenvolver, desafiando a incerteza, i.e., não se sabe à priori se terá sucesso ou não.

Evolucionários, pois acreditamos que o acto de empreender começa dentro de nós, começa em nós. À medida que evoluímos no nosso desenvolvimento humano (acção interior) a nossa acção exterior evolui (nossa aventura ou projecto).

Seguimos a 'formula': o 'empreendedor evolucionário' é aquele que empreende no seu 'desenvolvimento humano', descobre o poder da colaboração e da participação, co-criando o seu futuro e das suas comunidades, sejam organizações, cidades, regiões ou o planeta, através da 'liderança participativa' e utilizando o 'método empreendedorismo'.”¹¹⁰

A participação da JSM na sociedade passa por desenvolver e apoiar uma atitude empreendedora em cada um, iniciando esse processo pelo DHS, através do recurso a ferramentas que potenciam uma maior consciencialização interior individual.

Por empreendedor, a JSM define todo aquele que tem uma atitude empreendedora perante a vida: profissional, pessoal e cívica. Mais do que a capacidade para criar um negócio pessoal, o empreendedor é aquele que sabe que o seu futuro não está determinado e que com a sua acção pode decidi-lo. Por outro lado, o empreendedor é aquele que aprendeu, ou está a aprender a lidar com a incerteza. Tem a consciência que tem medo e que o risco não é algo de que goste. Como tal, põe em prática determinados processos que melhor o avaliem e minimizem. Por empreendedor, entende-se todo aquele que sabe que para aprender é preciso errar e conhecer-se a si mesmo é a base para o DHS.

Assim, o empreendedorismo é visto de uma forma integral e multidisciplinar, a mesma com a qual se identifica o LCE.

¹⁰⁸ <http://www.joaosemmedo.org>

¹⁰⁹ Empreendedorismo definido segundo a teoria de Sara Sarasvathy (<http://bigthink.com/experts/sarassarasvathy>), uma investigadora de empreendedorismo da Universidade da Virgínia cujo foco da sua investigação é o “Método do Empreendedorismo” (num paralelismo com o conceito de método científico)

¹¹⁰ in <http://www.joaosemmedo.org>

Para cumprir o seu objectivo, a JSM disponibiliza à sociedade um conjunto de formações gratuitas de DHS através dos seus sócios e parceiros: cursos de *Mindfulness* e respiração, atenção plena, CNV, oficinas do perdão, entre outros¹¹¹. Por outro lado, e no mesmo princípio da gratuidade, oferece a toda a sociedade workshops de apoio ao trabalho em comunidade: Diálogo colaboração e co-criação, “Brincando à Comunicação Autêntica”, o próprio workshop de CNV, o *Open Heart* – Instrumentos sociais para a construção de comunidades, Sociocracia¹¹², entre outros. Por fim, a JSM oferece a toda a sociedade, em especial à comunidade JSM alguns workshops de como empreender na ECPC. Alguns pagos, outros mantendo o princípio da gratuidade: Empreendedorismo Evolucionário e *Design Thinking*¹¹³ são apenas dois exemplos. Todas as actividades fazem uso de instrumentos de liderança participativa já aqui mencionados: *Circle*, *OST*, *World Cafe*, entre outros¹¹⁴.

Para a comunidade JSM, são facilitados uma série de serviços e instrumentos de apoio ao acto de empreender e centrados nas várias dimensões da gestão de uma organização: serviços jurídicos, de contabilidade, gestão de recursos humanos, marketing, logística, entre outros. O princípio que aqui vigora é o da partilha entre pares, isto é, partilham-se serviços entre empreendedores numa lógica de cooperação mútua: um empreendedor oferece o seu serviço/conhecimentos em marketing a alguém que empreende em serviços de contabilidade, em troca do seu serviço em contabilidade. A JSM é aqui referida por ser, de todos os exemplos referidos, a maior fonte de inspiração para o projecto LCE. A forma de ver o mundo, as relações, as pessoas, a sociedade em geral, a importância que dá ao desenvolvimento da consciência e desenvolvimento interior humano, a defesa da partilha, da economia dos comuns e dos seus princípios é, também, a visão da equipa do LCE. Por outro lado, oferece apoio naquilo que são as várias dimensões técnicas das organizações actuais.

¹¹¹ Vide Anexo A

¹¹² Idem

¹¹³ Idem

¹¹⁴ Idem

CAPTÍTULO 5

O PROJECTO

5.1 NOME: Laboratório dos Comuns para a Empregabilidade (LCE)

5.2 DIMENSÃO DESCRITIVA E DE APLICAÇÃO

5.2.1 APRESENTAÇÃO DO PROJECTO

“A organização sem fins lucrativos (...) fornece um ser humano modificado. Estas organizações são agentes da evolução humana”

Peter F. Drucker (Drucker, 1997: 10)

A Nossa **Visão**: uma sociedade colaborativa, de partilha e compaixão que gera oportunidades de trabalho dignas e sustentáveis ente si

A Nossa **Missão**: capacitar as comunidades mais vulneráveis para a empregabilidade na ECPC, através do DHS, transformando consciências

O LCE pretende ser um laboratório dinâmico para as questões do DHS para a empregabilidade na ECPC e da empregabilidade em si mesma no contexto da ECPC, tendo como foco do seu território de acção as comunidades mais vulneráveis.

O projecto LCE visa ser uma organização sem fins lucrativos¹¹⁵ cuja implementação duma representação física da JSM no seio de uma comunidade vulnerável é um ponto fulcral, ainda que não primário. Estando integrado nesse contexto territorial, o intuito é que alguns dos empreendedores da JSM façam dessa representação física o seu escritório e campo de acção. Isto é, o local onde passem a maior parte do seu tempo em contexto profissional e, espera-se, pessoal, em ambiente de *coworking*¹¹⁶

Integrado no território, o contacto natural com a comunidade pode ser facilitado. Viver a comunidade ouvindo as histórias de vida das pessoas, caminhar pelas ruas, conhecer os estabelecimentos comerciais e quem os gere e frequenta é fundamental para todos aqueles que aceitem o desafio de se mudarem, profissionalmente e pessoalmente, para um contexto

¹¹⁵ Segundo a Lei de Bases da Economia Social Lei n.º 30/2013 de 8 de Maio, uma organização sem fins lucrativos é aquela que integra a economia social desde que abrangida pelo ordenamento jurídico português (Artigo 4º), que oferecem livremente um conjunto de actividades económico-sociais (Artigo 1º) dentro de determinados princípios orientadores, como o primado das pessoas, a adesão e participação livre e voluntário, o respeito pelos valores da solidariedade, a gestão autónoma, entre outros (Artigo 5º)

¹¹⁶ Vide Anexo A

socioeconómico vulnerável. É preciso aprender e apreender os hábitos de que fala Pierre Bourdieu (Bourdieu, 1998). A esse respeito o autor diz-nos que:

“a crença de que a aproximação espacial de agentes muito distantes no espaço social pode, por si mesma, ter um efeito de aproximação social: de facto, nada é mais intolerável que a proximidade física (vivenciada como promiscuidade) de pessoas socialmente distantes. Entre todas as propriedades que a ocupação legítima de um lugar supõe, estão, e não são as menos determinantes, as que não se adquirem senão pela ocupação prolongada desse lugar e a frequência seguida de seus ocupantes legítimos” (Bourdieu, 1998: 165)

Este é, porventura, o ponto mais sensível de um projecto de intervenção social. A sabedoria está em “colocar o conhecimento da resolução do problema directamente nas mãos da família e membros da comunidade” (Bornstein, 2007: 207).

Ter uma atitude criteriosa em relação à escolha daqueles que podem vir a ser os “embaixadores” do projecto é fundamental. É preciso ser-se portador de uma série de características humanas únicas (compaixão, tolerância, não julgamento, resiliência, ser um líder servidor, entre outras), bem como da capacidade de recuar caso a comunidade não sinta que o tem de receber, ou não é aquele o momento.

Na prática, cada um destes empreendedores vai estar disponível para se integrar na comunidade e apoiando todos aqueles que queiram saber mais sobre o projecto e/ou ser empreendedores evolucionários. Por outro lado, vai estar disponível para olhar pela comunidade, pelos seus desafios e colocar os seus conhecimentos intelectuais, culturais e fundamentalmente humanos ao serviço das pessoas que o acolherão, bem como os seus contactos, informações, tempo e tudo aquilo que cada um sinta que vai ser importante para a transformação das pessoas e da comunidade. No entanto, mais do que chegar a todos num curto espaço de tempo, o importante é chegar a todos aqueles para quem isso faça sentido e ao ritmo de cada um. O objectivo é mostrar uma forma diferente, não melhor, superior, ou especial de olhar, pensar e vivenciar o mundo. O percurso é de cada um e o objectivo é servir a comunidade.

Para facilitar a receptividade destes empreendedores pela comunidade, faz parte do projecto cooperar com uma associação nela residente que vá apresentando, a pouco e pouco, os empreendedores e que seja um parceiro ao longo do tempo. É uma forma de

minimizar os sentimentos de intrusão, ao mesmo tempo que constrói os espaços de comunicação entre empreendedores e comunidade. Só consolidada esta fase será possível avançar para uma integração mais plena do LCE na comunidade.

Para além deste grupo de empreendedores que vão passar a viver a comunidade e na comunidade enquanto pessoas e profissionais que desenvolvem aí os seus projectos de empreendedorismo, ao mesmo tempo que apoiam a comunidade local, há um grupo de empreendedores da JSM e seus parceiros que vão actuar como facilitadores de algumas práticas e tecnologias sociais que são usadas para envolver e trabalhar a inclusão da comunidade na ECPC. Estas centram-se, fundamentalmente, em temas de DHS, como o *Mindfulness/Meditação/Respiração*, *Empathy Café*¹¹⁷, CNV, *Yoga*, *Sociocracia*, *Way of Council*¹¹⁸, *Design Thinking*¹¹⁹ e visionamento de documentários impactantes¹²⁰. Por outro lado, serão facilitadas formações sobre metodologias de participação comunitária: em Permacultura, nos princípios do Movimento de Transição e formações, igualmente, nas áreas tecnológicas e de desenvolvimento de actividades e negócios intrínsecos à ECPC, como sendo as hortas comunitárias, os serviços de transporte, alojamento, alimentação comunitários, de pequenas reparações e serviços à comunidade. A forma de pagamento será a troca, ou partilha de outros produtos, serviços e conhecimentos.

A área de DHS para a empregabilidade na ECPC e a área de empregabilidade e modos de vida na ECPC são tratadas de forma dependente e inclusiva. Ambas, sucedem-se num processo de aprendizagem continua: o DHS como processo vivo de crescimento pessoal e comunitário e sempre com o foco na empregabilidade, bem como a construção dum projecto profissional e/ou de vida que garanta uma autonomia digna para si e para a sua comunidade.

A razão de ser da presença dos empreendedores na comunidade é também a de servir de apoio no acolhimento do projecto, fazendo a ponte entre ela, o exterior e a ECPC. Numa fase inicial, os empreendedores vão apoiar na escolha das actividades a desenvolver, na sua implementação e sentir a real recepção das ideias por parte das pessoas. É através dessa sensibilidade que são escolhidas as actividades a propor, bem como o tipo de facilitadores e a sua integração na comunidade.

¹¹⁷ in <http://empathycafe.org/>

¹¹⁸ in http://www.heart-source.com/council/way_of_council_page.html e derivado do conceito de *Circle*

¹¹⁹ Vide Anexo A

¹²⁰ Como o documentário “Quem Se Importa” (<http://www.quemseimporta.com.br/>), “Eu Maior” (<http://www.eumaior.com.br/>), entre outros

A proposta é criar e desenvolver uma rede de parceiros através dos quais são oferecidas as actividades. Esta rede tem um duplo sentido: por um lado, trazer para a comunidade os seus ensinamentos. Por outro e sempre que um parceiro trabalhe outras comunidades vulneráveis, levar parte do propósito do LCE até lá, iniciando a dispersão da mensagem por outras comunidades vulneráveis. A mensagem pode ser facilitada através de pequenos exercícios, durante as actividades que os parceiros desenvolvam¹²¹.

Os *Stakeholders* do LCE serão a comunidade vulnerável, a JSM e seus parceiros, as instituições públicas de poder local e as instituições civis ligadas, de alguma forma à comunidade, ou que faça sentido que no futuro a ela estejam ligadas. Essa rede vai ser única para cada comunidade, para lá de uma base comum a todos os projectos de intervenção.

Podemos estruturar o LCE da seguinte forma:

- 1) **Encontrar:** período no qual se procura uma comunidade para integrar o LCE. É um processo de pesquisa, junto com os parceiros do LCE, para perceber onde se encontra um território de oportunidades para melhor desenvolver o conceito.
- 2) **Sentir:** encontrado o território certo, há que partir para o terreno e começar a falar com as pessoas, a perceber as relações entre elas, onde está a liderança, onde estão as estruturas de base, o comércio, os espaços de convívio, os conflitos, as dúvidas, os sonhos.
- 3) **Acolher:** depois de sentir a comunidade, há que acolher toda a informação. Acolher significa integrar em nós essa informação, as emoções, energias, para perceber a relação que temos com elas e criar compaixão e empatia sobre a estrutura humana que ali está representada para desenvolver uma resposta.
- 4) **Inspirar:** após acolhermos o todo da comunidade, inicia-se o processo de transmissão da nossa mensagem através da acção, inspirando. Isso faz-se através da linguagem, dos projectos que são apresentados, das actividades que são facilitadas, dos hábitos diários, dos rituais, da forma como recebemos e reagimos

¹²¹ Numa formação de informática, por exemplo, pode ser introduzido um pequeno exercício de meditação. Pode ser pedido um exercício cooperativo recorrendo à informática. Pode ser pedida uma apresentação pessoal de cada um incluindo a comunidade para se descrever. O próprio formador/facilitador, pode marcar a diferença e inspirar, pela forma como se apresenta, falando mais do seu papel de pai, marido, vizinho, colega, amigo, em vez da formação académica, cargos que ocupa e todo o tipo de sucesso que vai criar uma barreira entre professor e aluno

ao que nos acontece dentro da comunidade. É ser-se de forma integral e transparente

- 5) **Servir:** após inspirar, caso isso aconteça, vamos servir a cada solicitação. Servir, significa estar atento, aberto à participação e a mostrar um caminho possível, através do exemplo e esse dá-se diariamente naquilo que se faz e diz. É a arte da atenção e da incentivação para a acção.
- 6) **Celebrar:** este momento acontece sempre que alguém chegou a um porto seguro, atingiu uma meta pessoal ou colectiva: um medo ultrapassado, uma relação consumada, um curso terminado, um negócio iniciado, uma meditação concluída, qualquer pequena grande vitória que contribui para o desenvolvimento da pessoa e da comunidade.
- 7) **Partilhar:** partilhar as vitórias significa inspirar mais pessoas. É a construção de uma rede de bons exemplos inspiradores e transformadores. São as sementes para novos projectos. É a base da ECPC.

5.2.2 REALIDADE EM CONCRETO EM QUE O PROJECTO VAI SER APLICADO

O LCE terá como território de acção as comunidades vulneráveis. Interessa, no projecto, estabelecer contacto com aqueles que serão, porventura, os mais marginalizados e estigmatizados da sociedade. São esses, como vimos, aqueles que mais dificuldade têm em se adaptar a um mercado de trabalho e a uma sociedade competitiva, cuja produtividade, a eficiência, a eficácia, a rapidez e o lucro são os valores e princípios que a movem.

Por outro lado, o projecto quer estabelecer contacto com realidades vulneráveis em contexto urbano. No caso concreto, o Concelho de Lisboa e Concelhos circundantes (Amadora, Loures e as urbes do Distrito de Setúbal)¹²², ainda que os Concelhos de Cascais, Oeiras e Sintra sejam, igualmente, territórios a serem trabalhados.

Hoje, predominantemente, temos nestes territórios os denominados Bairros Sociais. Datada, em Portugal, de 1918, a expressão Bairro Social ganhou novos contornos práticos ao longo do último quase um século de existência (Cachado, 2013). A realidade actual dos Bairros Sociais enquadra-se no conceito do PER (Programa Especial de Realojamento) cuja origem data de 1993. Ao contrário de outros programas do passado, “o PER construiu para realojar, em massa e a baixos custos, com a pretensão de acabar com as barracas,

¹²² Vide Anexo F

objectivo primeiro do programa” (Cachado, 2013: 138). Os bairros de barracas, bairros de construção informal e clandestina, cujo PER veio substituir, surgiram depois do 25 de Abril às portas das principais cidades nacionais, com destaque para a capital, Lisboa. Fruto da crise económica e dos fluxos migratórios provenientes de África, a proliferação deste tipo de bairro foi uma realidade, também, ainda durante a década de 80 do século XX. Com o PER, o que se pretendeu foi “(1) erradicar as barracas ao nível da metodologia executiva, (2) envolver os municípios de forma vinculada no processo; (...) (3) potenciar, com o realojamento, uma mudança no estilo de vida dos moradores” (Cachado, 2013: 141). No fundo, “o PER tem a finalidade de alterar estilos de vida, como solução para a exclusão social a que as populações estão sujeitas por habitarem nos bairros de barracas” (Cachado, 2013: 142). Isto é, a noção, na altura, já era a de que os denominados bairros de barracas (1993) são propícios à criação daquilo a que Luís Capucha denominou de “Círculos de Pobreza Instalada”, ligadas ao termo “culturas de pobreza” (Capucha et al., 1998). Na realidade, hoje comprova-se que não fez, nem faz sentido “canalizar os fundos do PER para a construção intensiva de bairros sociais reprodutores de exclusões prévias e novas (...) produzindo pequenos guetos nos subúrbios das áreas metropolitanas” (Cachado, 2013: 148). Sendo um programa do Estado Providência, numa concepção assistencialista para o desenvolvimento, tem sofrido de forte burocratização, distância e desconhecimento da realidade do terreno, levando a um resultado contraproducente de resistência à mudança dos actores sociais constituídos simples usuários de um bem e/ou serviço para o qual não foram chamados a definir. Dessa forma, complexifica-se uma relação que poderia ser de parceria, tornando desadequado o objecto social produzido (Augusto, 1998). Para Pierre Bourdieu, criador do conceito *habitus*, ou hábito: “se o habitat contribui para fazer o hábito, o hábito contribui também para fazer o habitat através dos costumes sociais mais ou menos adequados que ele estimula fazer” (Bourdieu, 1998: 165). O *habitus* corresponde “àquilo que é subconsciente no comportamento individual, tudo que fazemos e pensamos sem reflectir, que já está tão internalizado em nossas mentes e corpos que nem pensamos a respeito; ele está na maneira de falar, de andar, nos valores, nas opiniões” (Salata, 2007: 65).

Estamos, assim, perante um território constituído por:

“um grupo de pessoas pertencente aos estratos sociais mais desfavorecidos, a viver em situação de pobreza persistente (...)A maioria da população em idade activa tem uma escolaridade reduzida ou nula e poucas ou nenhuma qualificações profissionais. Esta população é constituída pelos trabalhadores dos sectores mais precarizados e menos competitivos do sistema económico, por trabalhadores que dependem dos mercados da economia paralela e por um elevado número de desempregados e de indivíduos sem uma profissão definida que sobrevivem à custa de actividades ilícitas ou marginais(...)inadaptados às condições de vida em meio urbano e às exigências de um mercado de trabalho caracterizado pela competitividade” (Capucha et al., 1998: 47-48).

De facto, no seio destas populações, encontramos casos concretos de pessoas cujas habilitações e qualificações os sujeitam, a si e ao seu agregado familiar, continuamente, a viver perante um quadro de escassez ou ausência de recursos, formação, emprego, sucesso escolar, o que leva a situações de afastamento da sociedade, segregação, situações de alcoolismo, de consumo de drogas, de doenças graves, bem como situações de pequena delinquência e vandalismo: fica em causa a integração na vida colectiva, profissional e relacional (Capucha et al., 1998).

5.2.3 OBJECTIVOS GERAIS/ESPECÍFICOS

5.2.3.1 OBJECTIVO GERAL

O projecto LCE tem como objectivo geral facilitar o DHS para a empregabilidade na ECPC, em comunidades vulneráveis.

Por outro lado, o projecto LCE tem como objectivo geral trabalhar e facilitar a empregabilidade das pessoas que compõe cada comunidade vulnerável no contexto da ECPC.

No seu conjunto, o projecto LCE tem como objectivo geral transformar comunidades vulneráveis, em comunidades mais resilientes, sustentáveis, verdes, cooperantes e inclusivas, geradoras de laços sociais duradouros e construtivos, onde a empregabilidade é encarada como um projecto, acima de tudo, pessoal e colectivo.

5.2.3.2 OBJECTIVOS ESPECÍFICOS

Como objectivos específicos o LCE pretende reforçar os sentidos de compaixão, de dádiva e de colaboração entre as pessoas que possibilite o DHS dessas comunidades.

Fomentar estas dimensões no ser humano é importante para desenvolver nas pessoas os factores de empregabilidade no contexto da ECPC.

Por outro lado, um objectivo específico do LCE passa por trabalhar e reforçar o sentido e os factores de sustentabilidade da comunidade. A importância desse trabalho é criar laços entre cada pessoa, a comunidade e a sociedade que a rodeia e da qual faz parte.

Para tornar a comunidade sustentável, um objectivo é explorar a criação, caso ainda não exista, de um espaço para desenvolver uma horta comunitária ou, caso esta já exista, estudar formas de aumentar a sua dimensão e potencial de desenvolvimento, tanto ao nível de vegetais e frutos, como da criação de animais num sistema de princípios de Permacultura¹²³.

Para desenvolver a ligação ao ecossistema e a percepção da sua importância, um objectivo é implementar projectos de energia comunitária alternativa, aumentando a participação e acessibilidade de todos a energias limpas para o ambiente e a comunidade.

Para fomentar a criação de laços sociais duradouros e construtivos na comunidade, o projecto visa criar espaços de encontro agradáveis: criar/aumentar os espaços verdes cuidados pela comunidade, os espaços de diversão infantil, o número de mesas, bancos e cadeiras de rua, onde as pessoas possam conversar, jogar, descansar em contacto uns com os outros ou, simplesmente estar.

Outro objectivo é construir espaços de trabalho/artes comunitário: oficinas de automóveis, cozinha, lavandaria, costura, pintura, serralharia, marcenaria, que tanto podem ser usadas para uso pessoal e aprendizagem, como para serviços pagos/trocados/partilhados dentro da comunidade e o seu exterior.

5.2.4 ACTIVIDADES/ÁREAS DE ACÇÃO

As actividades desenvolvidas pelo projecto LCE visam, por um lado, o DHS individual e comunitário para a empregabilidade na ECPC e a própria empregabilidade na ECPC

1) DHS para a empregabilidade na ECPC

O propósito deste grupo de actividades é transformar consciências e comportamentos. Com evidência nos estudos apresentados, são técnicas de CNV¹²⁴, de meditação¹²⁵ (diálogo

¹²³ Vide Anexo A

¹²⁴ Vide Anexo A

interior), de fomento da empatia e compaixão que, no médio e longo prazo alteram a forma como as pessoas se relacionam, acolhem o que lhes acontece e o que as rodeia, a isso respondendo de forma mais consciente. Facilitar comportamentos colaborativos e cooperativos entre a comunidade e entre a comunidade e o exterior é, igualmente, o propósito destas actividades.

Há duas formas de integrar estas actividades numa comunidade. Por um lado, como actividades em si mesmas. Uma aula de yoga, uma sessão de meditação, etc. Por outro lado, aproveitando o trabalho de outras associações¹²⁶ que poderão ser nossas parceiras sempre que isso faça sentido. As actividades desportivas e de artes performativas são portas de entrada para a introdução destas ferramentas sociais, principalmente quando as figuras de liderança e inspiração da comunidade nelas participam, ou a isso incentivam. O processo vai depender de comunidade para comunidade e o papel dos empreendedores, facilitadores, assistentes sociais e do gestor de projecto será o de escolher o caminho a seguir em cada momento.

Assim, podemos dividir as actividades em dois grupos:

- a) Formação de 10 dias em Meditação Vipassana¹²⁷ para um grupo voluntário e de reduzida dimensão da comunidade. É regime interno, no Algarve, estes cursos vão formar aqueles que, voluntariamente, possam ser o exemplo para a comunidade
- b) Introdução da prática regular de *Mindfulness*
- c) Introdução da prática regular de Yoga
- d) Oficinas do Perdão, em regime a definir, vai ajudar cada um a lidar com as suas emoções negativas. É uma terapia de grupo de apoio emocional.
- e) Dinâmicas de jogos cooperativos, que vão ajudar a estimular a cooperação entre os membros da comunidade.
- f) Oficinas de CNV, em regime a definir, visam ajudar na resolução de conflitos, no fomento da cooperação e em saber comunicar sem julgamento e preconceito.
- g) Festa do Bairro, aberta à comunidade exterior

¹²⁵ Idem

¹²⁶ O Movimento *Transformers* (<http://movimentotransformers.org/>), o CDI Portugal (<http://cdi.org.pt/>), entre outras.

¹²⁷ In <http://www.dhamma.org/pt/schedules/noncenter/pt#normal>

h) Visionamento de documentários sobre temas de DHS, ecologia, transformação da sociedade, entre outros

i) Grupos de entreatajuda em temas escolhidos pela comunidade

2) Empregabilidade na ECPC

Este conjunto de actividades visa apoiar e fomentar a criação do pequeno comércio de base local, de serviços de apoio, bem como dar a conhecer métodos antigos e recentes de produção e reaproveitamento sustentáveis para o ambiente., incentivando as pessoas a apresentarem as suas valências à comunidade e conhecerem as valências da restante comunidade, colocando-as ao seu dispor:

a) Feira mensal/quinzenal, na comunidade, de saberes e fazeres da Comunidade

b) Projecto-piloto de mercearia comunitária

c) Projecto-piloto de padaria Comunitária

d) Projecto-piloto de serviço de transporte comunitário

e) Oficina das novas tecnologias de comunicação

f) Oficina das novas plataformas digitais colaborativas

g) Oficina das artes tradicionais

h) Introdução às técnicas da reciclagem, reaproveitamento e reutilização para usos domésticos e comerciais

i) Visionamento de documentários sobre temas ligados à ECPC no que diz respeito aos seus princípios, à forma de trabalhar e co-participar.

5.2.5 RECURSOS NECESSÁRIOS: HUMANOS, FÍSICOS, FINANCEIROS

5.2.5.1 Recursos Humanos:

No que aos recursos humanos diz respeito, apresenta-se a seguinte estrutura:

1) Empreendedores: São todas aquelas pessoas que vão transferir-se para a comunidade para aí trabalharem os seus projectos pessoais, sejam eles para o território, ou para o seu exterior. Vão ser o apoio e contacto directo no território e ao longo do tempo servem a comunidade como mentores. De início, será um deles o gestor do projecto.

2) Facilitadores (formadores): São todas aquelas pessoas que vão facilitar cursos, quer ao nível do desenvolvimento pessoal, quer da capacitação para a empregabilidade no contexto da ECPC. Podem ser empreendedores da JSM, podem ser parceiros, podem, numa fase seguinte, ser membros da própria comunidade vulnerável.

3) Líder evolucionário: Pessoa fundamental na sustentabilidade do projecto. Por líder evolucionário, entende-se aquela pessoa cujas características pessoais permitem estabelecer uma ligação à comunidade por forma a servi-la no propósito da sua transformação. É ele o suporte espiritual do grupo, o conselheiro nos momentos positivos e nos de maior fragilidade. É nele que as pessoas reconhecem o caminho a seguir, bem como a segurança necessária para o fazer. Estas pessoas são raras. Podem vir da própria comunidade, ainda lá residindo, ou vir da própria comunidade, ou de outra semelhante e, entretanto, ter prosseguido um projecto pessoal na ECPC. Pode não ter ligação à comunidade e, no entanto, ter características únicas que o ligam a estes contextos de uma forma espiritual e transformadora. Em qualquer um destes exemplos, é-lhes reconhecida a presença na comunidade. É ele que pode informar sobre o que é a ECPC, mostrando os benefícios e as armadilhas e guiar as pessoas que queiram desenvolver-se nesse sentido.

Por outro lado, sendo um líder evolucionário e servidor, faz a ligação entre as partes dentro da comunidade e entre esta e o exterior. Para além disso, serve de mediador entre a comunidade, os empreendedores, os facilitadores, o assistente social e o gestor de projecto, quando houver, para além do líder comunitário, caso não seja ele mesmo.

4) Líder Comunitário: sendo o líder evolucionário alguém de fora da comunidade, a existência deste líder serve o propósito de fazer a ponte entre duas dimensões ainda distantes e que assim se manterão por muito tempo. Serão aliados, parceiros no desenvolvimento da comunidade. Ambos a servirão, tendo o líder evolucionário que servir, também, o líder comunitário. Este último tem de vê-lo como um porto seguro, um conselheiro, um novo líder espiritual.

5) Voluntários: os voluntários são todos aqueles que, preferencialmente vindo de dentro da comunidade, apoiam na implementação e facilitação de todas as

actividades que são feitas no âmbito do projecto LCE. São eles que apoiam nas oficinas, nas dinâmicas de grupo, nos momentos de convívio. São eles que se auto-organizam para mudar a comunidade plantando e cuidando da horta, limpando a rua, construindo os espaços de convívio, trazendo a comunidade para esses e outros espaços onde se vão construindo os laços sociais, ou os bens relacionais.

6) Assistente Social – O assistente social é o profissional, por excelência, das vulnerabilidades sociais. A sua sensibilidade sobre a fragilidade humana numa perspectiva integral é historicamente reconhecida e a sua visão abrangente sobre a rede que envolve a vulnerabilidade socioeconómica é importante para o LCE. O seu papel facilitador junto dos indivíduos na definição dos seus projectos de vida, bem como na leitura do contexto e na elaboração do diagnóstico social e territorial é essencial. Para além disso, como figura presente na sociedade, é um elo de ligação em *Stakeholders*. Ele virá, seguramente, de um órgão de poder local, ou da Segurança Social da área e é também isso que lhe dá uma visão das políticas e como as integrar e trabalhar.

7) Gestor de Projecto – Quando o LCE se complexificar a nível de ligações entre *stakeholders*, o projecto tem de se profissionalizar com uma pessoa a tempo inteiro e assalariada. Este gestor vai ser mais do que um administrativo, no sentido em que vai ser ele o ponto de união entre todos. Se inicialmente esta figura pode ser um dos empreendedores, com o crescimento e complexificação do processo há que ter em conta a necessidade de recrutamento de uma pessoa a tempo inteiro e profissionalizada. Na realidade, alguém que esteja já ligado, de alguma forma ao projecto, que conheça a comunidade e que nela esteja integrado.

O papel da liderança comunitária é importante na medida em que o objectivo último é o emponderamento da comunidade. É através da figura do líder comunitário que os indivíduos vão sentir como deles as mudanças visíveis por todos. Por outro lado, é com essa confiança que ao longo do tempo a comunidade se torna independente deste grupo de trabalho na prossecução dos seus objectivos. Esse é, no limite, o objectivo de qualquer actor social: tornar-se dispensável no território onde actuou.

5.2.5.2 Físicos:

As actividades serão facilitadas em locais cedidos por parceiros. É uma forma de dar a conhecer novos espaços à comunidade, de fazer *networking*, de desenvolver laços entre ideias, lugares e pessoas. É a economia do dom e da partilha a funcionar.

No âmbito do projecto LCE, contudo, o objectivo é o de ter, igualmente, um espaço próprio dentro da comunidade, apenas para facilitar a integração entre todas as partes ao longo do tempo. Um espaço que seja da comunidade, acima de tudo.

Sendo assim, entendido como bens físicos, é necessário um espaço (sala em *open space*) dentro da comunidade. Pode ser partilhado com a esta, ou outros projectos já aí implementados, desde que faça sentido para todas as partes que isso aconteça. O espírito é sempre de cooperação, colaboração e de respeito. Só acontece se fizer sentido e no tempo possível para cada um.

Numa segunda fase, quando a comunidade já tiver integrado o projecto, facilitar iniciativas fora deste território, em espaços partilhados e/ou cedidos por outras entidades é um sinal de progresso e sustentabilidade do LCE.

Quanto a outros recursos físicos (materiais necessários na facilitação dos serviços, material informático, etc.) sempre que possível, pratica-se o princípio da partilha: cada um leva aquilo que pode em sintonia com o que os restantes podem. O que ninguém tem, ou pode levar, tenta-se facultar através da dádiva de toda a comunidade JSM, incluindo parceiros individuais e/ou institucionais.

Outro princípio que se pratica, sempre que isso seja possível, é o de agir no tempo e com os recursos que se tem no momento. Nada pode ficar por fazer, por falta de recursos e/ou tempo. A criatividade, o sentido de dádiva e gratidão por aquilo que temos em cada momento são enraizados em todas as iniciativas. Não significa que não se queira ir mais longe, ou ter mais e melhores recursos. Significa que defendendo uma evolução sustentável e eficiente no uso de recursos, temos de estar gratos e saber fazer com aquilo que temos em cada momento se mais não nos foi possível obter e sabendo que tudo fizemos.

Os recursos financeiros que se consigam angariar, podem servir, contudo, para garantir alguma autonomia a nível de recursos, sempre que eles sejam solicitados. A independência também é uma conquista.

5.2.5.3 Financeiros:

Em relação aos recursos financeiros, importa referir que na ECPC a ligação entre economia monetária e não monetária é de suporte mútuo. Vai praticar-se a Ética do Gratuito¹²⁸. Isto é, o LCE desenvolve-se e desenvolve uma economia não monetizada que apoia a economia monetizada essencial aos empreendedores do LCE para levarem a cabo os seus projectos de vida profissional e pessoal.

É um sistema baseado nos princípios da dádiva: cada um dá aquilo que sentir que deve dar de acordo com a sua consciência para consigo e para quem facilitou o serviço. Para o descrever, usamos da palavra da JSM:

“Eu recebo e dou. Eu respeito e sou respeitado. É tão velho como a humanidade, ou pelo menos como Confúcio. Se 'Eu' sou o 'Outro' e o 'Outro' sou 'Eu', quando falto ao respeito ao outro, estou a faltar ao respeito a mim. Esta é a premissa base da ética do gratuito que aqui defendemos. Se decidi participar tenho direitos e deveres. Não tenho outra hipótese a não ser respeita-los”¹²⁹

É um sistema baseado na troca: cada um dá ao outro aquilo que melhor sabe e gosta de fazer. Em troca dessa dádiva de alguém para com alguém que dela precisa, essa pessoa oferece aquilo que melhor sabe e gosta de fazer.

Caso seja facilitado o usufruto individual, ou em partilha, de um espaço próprio dentro da comunidade vulnerável, tem de ser negociada a participação nos custos (água, luz, renda, manutenção). Tanto neste situação, como no caso do espaço ser do LCE, os seus custos¹³⁰ serão suportados pelos empreendedores, uma vez que o espaço é ocupado por eles como sendo um *cowork*.

Os custos de deslocação e representação dos empreendedores, facilitadores e líder é coberto pelos próprios. O LCE e a comunidade vulnerável, segundo o princípio da dádiva contribuirão para esses custos. Já os custos de deslocação do Gestor do Projecto, serão suportados pelo LCE¹³¹

Num espaço de dois a três anos depois de iniciar a sua acção no terreno a coordenação entre todos os *stakeholders* espera-se mais complexa e nesse momento será necessário, como foi referido, o recrutamento de alguém para gerir o projecto a tempo inteiro e de

¹²⁸ Vide Anexo A

¹²⁹ In <http://www.joaosemmedo.org/eacutetica-do-gratuito.html>

¹³⁰ Vide Anexo D

¹³¹ Idem

forma totalmente profissional. O custo desse salário já será fixo e mensal. Dependendo de subsídios para esse pagamento poderá ser uma realidade indesejada, ainda que necessária.

A estrutura de custos anuais estimados é de €19795,06¹³². Significa que o LCE terá de fazer face a esses custos se quiser manter-se activo.

5.2.6 PLANO DE CAPTAÇÃO DE FUNDOS/SUSTENTABILIDADE (*Fundraising*)¹³³

Os princípios éticos defendidos no âmbito do LCE são o da dádiva, do gratuito, de fazer com o tempo e recursos que se tem no momento, da gratidão.

O LCE pretende ser, por outro lado, um projecto social, sem fins-lucrativos.

Por último, o projecto LCE centra-se na economia não monetizada, ainda que esta sirva de suporte à economia monetizada, apoiando desta forma os empreendedores da comunidade JSM.

Contudo, vivemos numa sociedade capitalista, monetária e mercantilista. Existem compromissos financeiros para com algumas pessoas e entidades. Existem imprevistos financeiros e projectos a apoiar.

É reconhecida a necessidade de obter e preservar fundos monetários e a estratégia é captar esses recursos.

Existem várias formas de o fazer:

1) Candidatura a Fundos Comunitários: dentro do programa Portugal 2020, o Programa Operacional Inclusão Social e Emprego (POISE)¹³⁴ é o mais apropriado ao projecto em causa, por este ser de cariz social.

2) Candidatura ao Programa Escolhas: um projecto do Estado português, o Programa Escolhas promove a inclusão social de crianças e jovens de contextos socioeconómicos vulneráveis, com o objectivo de promover a igualdade de oportunidades e o reforço da inclusão social. A actual é a 6ª geração do programa que se prolonga até 31 de Dezembro de 2018 e que irá financiar 88 projectos em território nacional.

3) Candidatura ao *Google Grants*¹³⁵: um programa para organizações sem fins lucrativos que por ano distribui cerca de \$100 milhões em dinheiro e \$1 bilião em produtos em projectos sociais em todo o mundo

¹³² Vide Anexo D

¹³³ Vide Anexo A

¹³⁴ in <http://www.poise.pt/>

4) Candidatura aos *EEA Grants*¹³⁶: nos seus programas de Energias Renováveis¹³⁷, Fundos para ONG¹³⁸ e Diversidade na Cultura e Artes¹³⁹

5) Plataformas de *Crowdfunding*¹⁴⁰: são plataformas muito procuradas para todo o tipo de pedidos. Não sendo uma opção garantida, é possível, principalmente para pequenos montantes pontuais. Uma das plataformas internacionais é a FUNDLY¹⁴¹. Está dividida por áreas temáticas, sendo que uma delas é “*Non-Profit and Charity*”. Apesar de ser internacional, há pedidos a decorrer, igualmente, em Portugal. Outra plataforma, esta especializada em projectos sociais na sua fase inicial, é a *StartSomeGood*¹⁴². A taxa de sucesso é de 53%¹⁴³.

6) No longo prazo¹⁴⁴ o objectivo passa por criar uma Academia de Formação, Consultoria e Divulgação do conceito. Os recursos mistos (monetários e de troca de produtos/serviços) provirão, assim, da realização de formações no âmbito da ECPC (no seu eixo de desenvolvimento pessoal e da capacitação para a empregabilidade), bem como na participação e apoio em determinados eventos. Para além disso, a publicação de literatura de referência na área será um desígnio a que o LCE se propõe, desde já.

7) As doações da sociedade civil, de organizações privadas e daqueles que, ao longo do tempo, tenham sido apoiados pelo LCE e para ele queiram contribuir, apoiando o próximo, são outras pequenas formas de angariar fundos monetários.

8) Olhar para os custos do LCE a nível de empresas fornecedoras dos produtos/serviços. A partir daí, mais do que pedir dinheiro às empresas, a ideia passa por pedir uma oferta total, ou parcial do produto/serviço prestado em troca de publicidade, ou de produtos/serviços prestados pela comunidade de empreendedores e territorial a essas organizações. Para o LEC é uma ajuda nos custos mensais. Para a empresa é uma oferta a preços de custo, se comparado com doações de dinheiro.

¹³⁵ in <https://www.google.org/>

¹³⁶ in <http://www.eeagrants.gov.pt/index.php/home>

¹³⁷ in http://www.eeagrants.gov.pt/images/areas_programaticas/AP6_energias-renovaveis.pdf

¹³⁸ in <http://www.eeagrants.gov.pt/index.php/ong/2012-07-23-18-03-57>

¹³⁹ in http://www.eeagrants.gov.pt/images/areas_programaticas/AP17_Cultura-Artes.pdf

¹⁴⁰ Vide Anexo A

¹⁴¹ in www.fundly.com

¹⁴² in <https://startsomegood.com/>

¹⁴³ Considerada alta para o sector, o que denota a dificuldade de angariar fundos desta forma

¹⁴⁴ Período temporal depois dos cinco anos de existência

9) Apresentar o LCE à sociedade é uma forma de permitir que outros ajudem e participem. A participação em plataformas como o *Ignite*¹⁴⁵ e o *TEDx*¹⁴⁶ em Portugal e criar um perfil online¹⁴⁷.

5.2.7 CRONOGRAMA

Os projectos sociais, regra geral, sofrem do mesmo mal dos restantes: competição dos seus pares na obtenção de fundos, na apresentação de dados de eficiência, em nome da produtividade e na geração de estatísticas favoráveis à continuação da subsidiação destes projectos. Em nome do(s) financiador(es), actual/actuais e futuro(s), também o sector social trabalha para os números para sobreviver. Isso leva-nos a uma aceleração de um processo que coloca em dúvida a recuperação do mal social que se quer ver resolvido e que, sempre, tem a ver com seres humanos. São eles que, no fim, saem prejudicados por não serem apoiados, servidos e capacitados no tempo que, naturalmente, estas questões complexas demoram a surtir um efeito sustentável-

O objectivo basilar do LCE é o seu crescimento sustentado. A visão é de longo prazo, relacional, por se tratar de um projecto social, de pessoas para pessoas e num contexto de vulnerabilidade. Os desequilíbrios de que falamos são sociais, económicos e psicológicos, abrangendo, por isso, a integralidade do ser humano. Ao serem tratados enquanto tais, os projectos sociais têm de se soltar das amarras do tempo para que haja espaço a uma análise e reflexão profunda sobre os contextos e a evolução que deles é esperada.

O Cronograma¹⁴⁸ do LCE reflecte um período temporal de cerca de 3 anos até se sentirem as primeiras verdadeiras mudanças comportamentais na comunidade, com muitos avanços e recuos durante um processo que é experimental¹⁴⁹.

¹⁴⁵ in <http://igniteportugal.blogspot.pt/>

¹⁴⁶ in <https://www.facebook.com/TEDxPortugal/>

¹⁴⁷ No facebook (<http://www.facebook.com>), youtube (<http://www.youtube.com>), Google + (<https://plus.google.com/>), Twitter (<https://twitter.com/>), Linkedin (<https://www.linkedin.com/>), bem como em publicações como a Good (<https://www.good.is/>), que visa ter um impacto social positivo, entre outras

¹⁴⁸ Vide Anexo E

¹⁴⁹ Vide Anexo F

5.3 DIMENSÃO CONCLUSIVA E AVALIATIVA

5.3.1 COMO PROCEDER À AVALIAÇÃO DO PROJECTO

A avaliação serve como ferramenta de reflexão sobre o andamento de um projecto. É pela observação dos dados relativos à avaliação de um projecto que são tomadas decisões sobre o seu futuro: que práticas e processos vão continuar, ser remodelados, terminar, ou ser introduzidos de novo? Serve, igualmente, para prestar contas a financiadores actuais e/ou futuros. Para tal, são escolhidos determinados parâmetros de avaliação (*KPIs*¹⁵⁰). Para o projecto LCE foram pensadas as duas áreas de intervenção principais e, em cada uma, foram escolhidos alguns *KPIs* para avaliação futura. Os valores a analisar serão anuais, a partir do primeiro ano após o início do projecto, sendo a primeira comparação com os últimos valores disponíveis imediatamente antes do início do projecto.

A) Desenvolvimento Humano Sustentável

- 1) Taxa de sucesso escolar
- 2) N° de crimes (por tipo de criminalidade) na comunidade
- 3) “Antes e Depois” da criação, limpeza e manutenção dos espaços verdes e de convívio criados
- 4) Número de inscritos nos cursos de *Yoga, Mindfulness*, Oficinas do Perdão
- 5) N° de conflitos na comunidade
- 6) N° de pessoas apoiadas por outros membros da comunidade
- 7) N° de membros da comunidade que apoiam pessoas fora da comunidade

B) Capacitação para a Empregabilidade na ECPC

- 1) Taxa de inscritos nos centros de emprego
- 2) N° de Activos na comunidade
- 3) N° de inactivos na comunidade
- 4) N° de negócios colaborativos gerados
- 5) N° de de negócios tradicionais gerados
- 6) N° de trocas efectuadas entre membros da comunidade e entre membros da comunidade e o exterior
- 7) N° de situações de dívida entre membros da comunidade e entre membros da comunidade e o exterior.

¹⁵⁰ *Key Performance Indicator*, ou indicador-chave de desempenho

Com o desenvolvimento do projecto, o objectivo é introduzir a metodologia SROI¹⁵¹ para avaliação do impacto social do mesmo. No entanto, pode ser referido que a mudança principal que se quer ver analisada ao longo da intervenção do LCE é uma mudança de consciência, reflectida em comportamentos mais solidários e cooperantes, como indicado na proposta de DHS da ONU.

5.3.2 CONCLUSÕES SOBRE INOVAÇÃO E SUSTENTABILIDADE

5.3.2.1 INOVAÇÃO

O LCE é pensado como um projecto para a sociedade actual, preparando-a-para aquilo que vai ser o seu futuro. A ECPC está em crescimento, ainda que numa fase embrionária e são ainda raras as iniciativas que têm como foco as suas características.

Por outro lado, o LCE vai trabalhar um público alvo muito específico e complexo, onde uma abordagem deste género é, ainda disruptiva.

Abordar as questões da empregabilidade de uma forma integral é outro ponto em que o LCE se destaca pela inovação. Mais do que as competências técnicas, que não deixam de ser trabalhadas, a abordagem inicia-se pela componente emocional e/ou espiritual: fomentar a empatia, a compaixão, a construção dum propósito na dádiva, partilha e colaboração, bem como desenvolver a consciência humana através da meditação, yoga, CNV e as oficinas do perdão, entre outras ferramentas e métodos participativos.

O facto de serem levados empreendedores (sociais ou não) para dentro de um contexto vulnerável para lá trabalharem os seus próprios projectos, ou lá desenvolverem projectos em prol da comunidade que os acolhe é, igualmente, uma forma diferente de encarar a participação da sociedade na resolução dos desafios com que se defrontam as comunidades mais vulneráveis.

5.3.2.2 SUSTENTABILIDADE

O LCE trabalha a sustentabilidade a vários níveis. Desde logo, do ponto de vista ecológico. O foco na economia da partilha de bens, serviços, ideias, recursos naturais e no reaproveitamento dos bens que hoje são descartáveis tem um impacto económico, social e ecológico positivo (Goudin & European Added Value Unit, 2016).

¹⁵¹ Social Return on Investment

Por outro lado, do ponto de vista social, o reforço dos laços sociais, da empatia e compaixão, da cooperação entre as pessoas, visa construir comunidades mais coesas entre si de forma mais sustentável. As relações sociais são aqui encaradas como um fim para atingir outro fim, mais do que como um instrumento para algo.

Pensar a uma escala local, comunitária ao nível da independência do seu exterior a vários níveis (financeiro, energético, alimentar, de mobilidade, educação, serviços vários, etc.), tem um impacto positivo em relação com os dois pontos anteriores referidos: cuidar-se do ambiente pela maior proximidade dos bens e serviços que são produzidos e consumidos na comunidade. Isso tem um impacto positivo no reforço dos laços sociais.

Ao nível cultural e ligando ao primeiro ponto sobre ecologia, a mudança de mentalidade, a longo prazo, pode reforçar hábitos de consumo e de vida em geral mais sustentáveis: nota-se uma maior predisposição para consumir bens imateriais, em detrimento dos bens materiais¹⁵², por exemplo e o crescente número de bens e serviços partilháveis pode ter um impacto positivo, igualmente, ao nível da sustentabilidade ecológica.

O facto de se fomentar uma cultura da colaboração, em vez de competição, pode ter impactos sociais e culturais no futuro. Uma sociedade de colabora mais, é uma sociedade que utiliza e reutiliza melhor os seus recursos e que duplica menos processos, ideias e recursos que podem ser aproveitados de forma mais eficiente.

Por último, uma nota para o conceito auto-governança cuja ECPC fomenta (Laloux, 2014). O impacto que esta forma de governança pode ter ao nível da sustentabilidade ainda é hoje pouco conhecido. Em organizações privadas, do Estado e da Economia Social, o que se constata é uma maior eficiência nos recursos materiais e humanos usados, no tempo gasto nos processos e na libertação de pessoas, tempo e recursos materiais e imateriais para fins mais altruísticos (Laloux, 2014).

¹⁵² in <http://www.businessinsider.com/consumers-spending-less-on-apparel-2015-5>

CONCLUSÃO

O projecto LCE tem na sua base uma reflexão sobre o sistema socioeconómico actual e a análise dos movimentos sociais que estão na base da denominada ECPC e cujos autores e as suas reflexões foram mencionadas ao longo do texto.

Se as políticas públicas e os projectos da sociedade civil para a empregabilidade visam, maioritariamente, preparar os indivíduos para um mercado de trabalho tradicional e em fim de vida, o projecto LCE visa colmatar uma lacuna da sociedade na ausência de uma abordagem das políticas de empregabilidade para a ECPC. Por outro lado, e por razões de fundo e pessoais esplanadas, os territórios, ou comunidades vulneráveis são o foco da acção.

Para enquadrar a problemática do emprego, mencionou-se a centralidade do trabalho na sociedade em geral, principalmente após a Revolução Industrial e o surgimento da sociedade salarial. A construção identitária é, em parte, um produto da posição que cada um ocupa no mercado de trabalho, sendo a formação dos elos sociais essenciais à vida em sociedade e comunidade, decorrentes desse posicionamento. O trabalho tem uma função de sociabilização, económica e psicológica, sendo que é através do que fazemos, do como e no quando que estruturamos a nossa vida para além do trabalho.

Sendo o trabalho um subsistema do sistema social em que estamos integrados, o desemprego foi aqui analisado numa perspectiva de exclusão social. Mais do que isso, sendo reconhecida a sua centralidade, o desemprego pode, nalguns casos, levar ao desencadeamento de um processo de exclusão social de uma série de outros subsistemas sociais em que participamos, como a saúde, educação, abrigo, financeiro, entre outros. Vivemos numa sociedade mercantilista, em que o dinheiro governa e define o acesso, inclusive, aos bens de primeira necessidade. O trabalho é a forma, por excelência e por reconhecimento social, de termos acesso a esses bens e a sua privação pode gerar situações de vulnerabilidade.

As comunidades social e economicamente vulneráveis (bairros sociais, bairros de barracas) são, por excelência, produtoras de fenómenos de cultura de pobreza: modos de vida propensos à manutenção e agravamento da situação de exclusão. A percepção de que estas são comunidades constituídas por pessoas, no geral, desadaptadas às exigências de um mercado de trabalho competitivo e produtivista, é partilhada por vários autores. Esta

constatação foi o mote para pensar um projecto que trabalha a integração destas comunidades na ECPC, por ser este um sistema socioeconómico cooperativo, de compaixão, de resiliência e respeito e capacidade de integração.

Fez-se referência a uma série de técnicas de comunicação participativa, de meditação, de LNV, de colaboração cujos estudos, igualmente apresentados, demonstram a eficácia no seu papel transformador de consciências e comportamento humano através do reforço da empatia, da compaixão, do respeito pelo próprio, pelo outro e pelo sistema ecológico, e da cooperação. É com base nessa evidência, ainda recente e em constante monitorização, que se pensou o LCE, como um projecto que visa transformar comunidades para a empregabilidade na ECPC através do DHS, por um lado, bem como trabalhar a empregabilidade segundo o contexto da ECPC. Para isso, fez-se referência, igualmente, a uma série de projectos nacionais e internacionais, como o Transition Network, o Instituto Elos, a JSM, o *Dhamma Brothers* entre outros que sistematizam o processo de implementação estas tecnologias sociais participativas e de transformação de consciências, bem como projectos de liderança servidora junto de comunidades vulneráveis que dão o mote para perceber onde ir buscar líderes que possam apoiar o LCE nesta caminhada.

BIBLIOGRAFIA

- Amaro, M. I. (2005). *Contextos de Instabilidade no Mundo Globalizado: tecnologia, trabalho e laço social*. Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa.
- Antunes, R. (2013). *Os Sentidos do Trabalho - Ensaio Sobre a Afirmação e a Negação do Trabalho*. Lisboa: Edições Almedina.
- Augusto, N. M. (1998). Habitação social – da intenção de inserção à ampliação da exclusão. *IV Congresso Português de Sociologia*, s.p.
- Baldwin, C., & Linnea, A. (2010). *The Circle Way - A Leader in Every Chair*. San Francisco: Berret-Koehler Publishers.
- Bauman, Z. (2007). *Liquid Times: Living in an Age of Uncertainty*. Cambridge: Polity Press.
- Beck, D. E. C. C. C. (1996). *Spiral Dynamics - Mastering Values, Leadership and Change*. Malden, MA: Blackwell Pub.
- Beck, U. (1994). *Risk Society: towards a new modernity*. London: Sage.
- Benvenuti, C. (2009). *Desenvolvimento Humano Sustentável: Um Estudo de Caso sobre a Cooperativa de Produção Agropecuária Terra e Vida – Cooperativa Ltda-Tapejara - RS*. Universidade do Extremo Sul Catarinense.
- Bollier, D. (2014). *Think Like a Commoner - A Short Introduction to the Life of the Commons*. Gabriola Island: New Society Publishers.
- Bornstein, D. (2007). *Como Mudar o Mundo - Os Empreendedores Sociais e o Poder de Novas Ideias*. Cruz-Quebrada: Estrela Polar.
- Botsman, R., & Rogers, R. (2010). *What's Mine Is Yours: The Rise of Collaborative Consumption*. New York: Harper Business.
- Bourdieu, P. (1998). *A miséria do mundo*. Petrópolis: Editora Vozes.
- Brown, T. (2009). *Change by Design: How Design Thinking Transforms Organizations and Inspires Innovation*. New York: HarperCollins Publishers.
- Bruni, L. (2014). Léxico do bom viver social: Os bens relacionais. Retrieved from http://www.snpcultura.org/os_bens_relacionais.html
- Budd, J. W. (2011). *The Thought of Work*. Ithaca: Cornell University Press.
- Cachado, R. Á. (2013). O Programa Especial de Realojamento. Ambiente histórico, político e social. *Análise Social*, 48(206), 134–152.
- Capucha, L. M. A., Castro, J. L., Moreno, C., Marques, A. S., & Nunes, E. (1998). *Grupos*

- Desfavorecidos Face ao Emprego - Tipologias e Quadro Básico de Medidas Recomendáveis*. Lisboa: Observatório do Emprego e Formação Profissional.
- Costa, A. B. da, Baptista, I., Perista, P., & Carrilho, P. (2008). *Um Olhar Sobre a Pobreza - Vulnerabilidade e Exclusão Social no Portugal Contemporâneo*. Lisboa: Gradiva.
- Drucker, P. F. (1997). *As Organizações Sem Fins Lucrativos*. Lisboa: Difusão Cultural.
- Eisenstein, C. (2011). *Sacred Economics - Money, Gift & Society in the Age of Transition*. Berkeley: Evolver Editions.
- ES.PE.RE. (2010). *Qué hacemos: Escuelas de Perdón Y Reconciliación*. Bogotá.
- Fohlen, C. (1974). *O Trabalho no Século XIX*. Lisboa: Editorial Estúdios Cor.
- Forrester, V. (1997). *O Horror Económico*. São Paulo: Edições Unesp.
- Freire, J. C. (1997). *Variações Sobre o Tema Trabalho*. Porto: Edições Afrontamento.
- Gangloff, Z. (2010). *De l'emploi à l'employabilité*. Université de Haute Alsace, Strasbourg.
- Gaspar, V. (2015). *Aqui e Agora - Mindfulness: O Programa de atenção plena que se adapta ao dia a dia. Viva com menos ansiedade e mais bem-estar*. Lisboa: Matéria-Prima Edições.
- Giddens, A. (1991). *As Consequências da Modernidade*. (UNESP, Ed.). São Paulo.
- Goudin, P., & European Added Value Unit. (2016). *The Cost of Non- Europe in the Sharing Economy - Economic, Social and Legal Challenges and Opportunities*. Brussels.
- Grafmeyer, Y. (1994). *Sociologia Urbana*. Mem-Martins: Publicações Europa-América.
- Gratton, L. (2012). *A Mudança: O Futuro do Trabalho já Chegou*. Alfragide: Texto Editores.
- Grupo Krisis. (2003). *Manifesto contra o Trabalho*. Lisboa: Antígona.
- Gui, B. (2005). From Transactions to Encounters: The Joint Generation of Relational Goods and Conventional Values. *Economics and Social Interaction: Accounting for Interpersonal Relation*, (February), 23–51.
- Gyatso, T. (1991). Compassion and the Individual. Retrieved February 5, 2016, from <http://www.dalailama.com/messages/compassion>
- Haliwell, E., Main, L., & Richardson, C. (2007). *The Fundamental Facts* (Vol. 1572). London.
- Hall, S. (2006). *A Identidade Cultural na Pós-Modernidade*. Rio de Janeiro: DP&A.

- Honoré, C. (2004). *O Movimento Slow - A Corrida Contra o Tempo Afecta o Trabalho, a Saúde, As Relações e o Sexo. É Possível Desacelerar e Recuperar a Qualidade de Vida?* Cruz-Quebrada: Estrela Polar.
- Hosting, A. of. (2012). *Art of Hosting Workbook: How do we host, design and harvest meaningful conversations that matter?* Art of Hosting. Otava.
- ILO. (2014). *Global Employment Trends 2014: Risk of a jobless recovery?* Geneva.
- ILO. (2015). *World Employment and Social Outlook-Trend 2015*. Geneva.
- Jaccard, P. (1974a). *História Social do Trabalho. Coleção Movimento (Vol. 2º)*. Lisboa: Livros Horizonte.
- Jaccard, P. (1974b). *História Social do Trabalho. Coleção Movimento (Vol. 1º)*. Lisboa: Livros Horizonte.
- Jackson, T. (2013). *Prosperidade Sem Crescimento*. Lisboa: Tinta da China.
- Joaquim, H. (2012). *Lógicas de Acção Social no Contexto Católico*. Lisboa: Universidade Católica Editora.
- Keen, A. (2007). *The Cult of Amateur - How today's internet is killing our culture*. New York: Doubleday.
- Keen, A. (2015). *The internet is not the answer*. New York: Atlantic Monthly Press.
- Laloux, F. (2014). *Reinventing Organizations*. Brussels: Nelson Parker.
- Macdonald, A., & Balfour, A. (2013). *Evaluation of the Roots of Empathy Programme by North Lanarkshire Psychological Service*. Coatbridge.
- Marçano, I. (2013). *Trabalho e Vidas - Práticas Sociais e Vivências Subjetivas no Desemprego*. Universidade NOVA de Lisboa.
- Masi, D. de. (2000). *O Ócio Criativo - Doménico de Masi: Entrevista a Maria Serena Palieri*. Rio de Janeiro: Sextante Ed.
- Mollison, B. (2002). *Permaculture: A Designers' Manual*. Sisters Creek: Tagari Publications.
- Moreyra, E. (2015). Zygmunt Bauman: “Modernidade Líquida” - Entrevista. Retrieved March 15, 2016, from https://www.youtube.com/watch?v=GTu_bycoEEw
- Oliveira, M. (2006). *O Desenvolvimento Humano Sustentável e os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio*. Recife.
- Ostrom, E. (1990). *Governing the Commons - The Evolution of Institutions for Collective Action*. New York: Cambridge University Press.

- Pereira, J. P., & Villalobos, L. (2015). Temos mais tempo, mas não sentimos que o temos. *Jornal Público*. Lisboa.
- Pigneur, Y., & Osterwalder, A. (2011). *Criar Modelos de Negócio*. Lisboa: Dom Quixote.
- Ramos, T. M. M. (2008). *A Construção da Acção Colectiva em Processos de Desenvolvimento Sócio Territorial: a experiência do P.E.R. em Cascais*. Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa, Lisboa.
- Release, P., Survey, L. F., & Release, E. N. (2016). *Monthly Employment and Unemployment Estimates November 2015 Unemployment rate estimate for November : 12,4%*. Lisboa.
- Rifkin, J. (2014a). *A Terceira Revolução Industrial - Como a Nova Era da Informação Mudou a Energia, a Economia e o Mundo*. Lisboa: Editora Bertrand.
- Rifkin, J. (2014b). *The Zero Marginal Cost Society - the internet of things, the collaborative commons, and the eclipse of capitalism*. New York: Palgrave Macmillan.
- Rouault, F., Drugmand, C., & Mattio, L. (2008). *Employabilité et Flexsécurité*. La Plaine-Saint-Denis: Afnor éd.
- Salata, A. R. (2007). Segregação Urbana e Reprodução das Desigualdades sociais: um estudo sobre os atuais bairros pobres urbanos e sua influência na trajetória de seus moradores. *Estudos E Pesquisas Em Psicologia*, 7(2), 63–69.
- Sampaio, J. J. (2002). Trabalho e Emprego: Em busca do paradigma perdido - Elementos para uma clarificação conceptual. *Revista Organizações E Trabalho*, 39–53.
- Samuelson, P. A., & Nordhaus, W. D. (2004). *Microeconomics*. Boston: McGraw-Hill.
- Sandel, M. (2013). *Michael Sandel: Porque é que não devemos confiar nos mercados na nossa vida cívica*. EUA. Retrieved from https://www.ted.com/talks/michael_sandel_why_we_shouldn_t_trust_markets_with_our_civic_life?language=pt#t-151233
- Scharmer, O., & Kaufer, Ka. (2013). *Leading From the Emerging Future - From Ego-System to Eco-System Economies*. San Francisco: Berret-Koehler Publishers.
- Schnapper, D. (1998). *Contra o Fim do Trabalho*. Lisboa: Terramar.
- Schumpeter, J. A. (2003). *Capitalism , Socialism & Democracy* (6th ed). New York: George Allen & Unwin.
- Sen, A. (1999). Por que os Europeus têm de ser menos esquizofrénicos? *Economia Pura*,

58–64.

- Standing, G. (2011). *The Precariat: The New Dangerous Class*. London: Bloomsbury Academic.
- Tapscott, D., & Williams, A. D. (2008). *Wikinomics - A Nova Economia das Multidões Inteligentes*. Lisboa: QUIDNOVI.
- Taylor, W. C., & Labarre, P. (2006). *Mavericks at Work - Why the Most Original Minds in Business Win*. Toronto: HarperCollins Publishers.
- Toffler, A., & Toffler, H. (2006). *A Revolução da Riqueza Como será criada e como alterará as nossas vidas*. Lisboa: Actual Editora.
- Twelvetrees, A. (2008). *Community Work*. New York: Palgrave Macmillan.
- Vogt, E. E., Brown, J., & Isaacs, D. (2003). *The Art of Powerful Questions - Catalyzing Insight, Innovation and Action*. Mill Valey: Whole Systems Associates.
- Woodward, K. (1997). *Identity and Difference*. London: Sage in association with the Open University.
- Work, I. F. of S. (2014). Definição Global da Profissão de Serviço Social, 1–6.

Fontes estatísticas

- ILO. (2015). *World Employment and Social Outlook-Trend 2015*. Geneva.
- INE (2016): *Monthly Employment and Unemployment Estimates November 2015*
Unemployment rate estimate for November : 12,4%. Lisboa.

Sites consultados

- Academia Ubuntu - <http://academiaubuntu.org/>
http://academiaubuntu.org/index.php?option=com_content&view=article&id=171&Itemid=93
- Airbnb - <https://www.airbnb.com/about/about-us>
- Art Of Hosting - <http://www.artofhosting.org>
- Art Of Hosting - What is - <http://www.artofhosting.org/what-is-aoh/>
- Banco JAK Portugal - <http://www.novacomunidade.org/jak-portugal.html>
- Carl Honoré - <http://www.carlhonore.com>
- CDI: Reprogramar para Transformar - <http://cdi.org.pt>
- Center for Wellness and Achievement in Education - <http://cwae.org>
- Center for Wellness and Achievement in Education – RESEARCH -

http://cwae.org/research_intro.php / http://cwae.org/tm_research.php
Centro de Democratização da Informática - <http://cdi.org.pt/>
Citta Slow - <http://cittaslow.org>
Commons Strategies Group - <http://commonsstrategies.org/>
Comunicação Não-Violenta - <http://empathycafe.org/> / <https://www.cnvc.org/>
Creating a Mindfull Nation -
<https://www.youtube.com/watch?v=dRFBWXBZ8qg&feature=em-uploademail>
Creative Commons <https://creativecommons.org/>
Dalai Lama - Compassion and the Individual -
<http://www.dalailama.com/messages/compassion>
Dança Circular - <http://www.dancacircular.com.br/oque.asp>
David Lynch Foundation - <https://www.davidlynchfoundation.org/> /
<https://www.davidlynchfoundation.org/prisons.html> /
<https://www.davidlynchfoundation.org/homeless-shelters.html>
Economia dos Comuns - <https://www.ecogood.org/en>
EEA Grants - <http://www.eeagrants.gov.pt/index.php/home>
EEA Grants Diversidade na Cultura e Artes -
http://www.eeagrants.gov.pt/images/areas_programaticas/AP17_Cultura-Artes.pdf
EEA Grants Energias Renováveis -
http://www.eeagrants.gov.pt/images/areas_programaticas/AP6_energias-renovaveis.pdf
EEA Grants Fundos para ONG - <http://www.eeagrants.gov.pt/index.php/ong/2012-07-23-18-03-57>
Elinor Ostrom (Prémio Nobel da Economia) -
http://www.nobelprize.org/nobel_prizes/economic-sciences/laureates/2009/ostrom-facts.html
Empathy Cafe - <http://empathycafe.org/>
Entrevista BBC: Presidente ILO -
http://www.bbc.co.uk/portuguese/economia/020131_isabelrs.shtml
Entrevista Expresso: Mohammad Yunus -
http://expresso.sapo.pt/blogues/bloguet_economia/blogue_vida_na_terra/banco-dos-pobres-sobrevive-a-crise=f505470

Estatísticas: ILO - http://www.ilo.org/global/about-the-ilo/newsroom/news/WCMS_336884/lang--en/index.htm /
http://www.ilo.org/global/about-the-ilo/multimedia/maps-and-charts/WCMS_336950/lang--en/index.htm / http://www.ilo.org/global/about-the-ilo/multimedia/maps-and-charts/WCMS_337082/lang--en/index.htm /
http://www.bbc.co.uk/portuguese/economia/020131_isabelrs.shtml

Estatísticas: The guardian -
<http://www.theguardian.com/news/datablog/2015/jan/20/global-unemployment-forecast-to-hit-212m-country-by-country-breakdown>

Estatísticas: World Food Program - escassez e desperdício -
<http://www.wfp.org/news/news-release/rome-based-un-agencies-join-forces-food-losses>

Ética do Gratuito - <http://www.joaosemedo.org/eacutetica-do-gratuito.html>

Facebook - <http://www.facebook.com> / <http://investor.fb.com/>

Freelancers Union - <https://www.freelancersunion.org>

Fundly - www.fundly.com

Google - <https://www.google.com/about/company/>

Google for non profit organizations - <https://www.google.com.br/intl/pt-PT/nonprofits/>

Google Grants - <https://www.google.org/>

Google Plus - <https://plus.google.com/>

Ignite Portugal - <http://igniteportugal.blogspot.pt/>

Innocentive - <http://www.innocentive.com/>

Instituto Elos - <http://institutoelos.org/>

João Sem Medo - Comunidade de Empreendedores Evolucionários -
<http://www.joaosemedo.org>

Jogo Oásis - <http://institutoelos.org/jogo-oasis/>

Jogos Cooperativos - <http://jogoscooperativos.com.br/>

Just Money: Banking as if Society Mattered - <https://www.edx.org/course/just-money-banking-if-society-mattered-mitx-11-405x>

Linkedin - <https://www.linkedin.com/>

Linux - <https://www.linux.com/>

Lyft - <https://www.lyft.com>

Meditação Transcendental - <http://www.tm.org/>

Método APAC -

https://www.academia.edu/8729383/A_Execu%C3%A7%C3%A3o_Penal_%C3%A0_Luz_do_M%C3%A9todo_APAC

Movimento Transformers - <http://movimentotransformers.org/>

North American Vipassana Prison - <http://www.prison.dhamma.org/en/na/results.html>

Notícia BBC Brasil: Distúrbios causados por jovens ingleses em várias cidades de Inglaterra em Agosto de 2011 -

http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2011/08/110810_violencia_gra_betanha_quarta_rw.shtml?MOB

Notícia Jornal DE: O Turismo em Portugal no Verão de 2015 -

<http://www.dn.pt/dinheiro/interior/verao-de-recordes-no-turismo-nao-criou-emprego-4953968.html>

Notícia Jornal DN: Uber em Portugal é legalizada -

<http://www.dn.pt/portugal/interior/uber-entusiasmada-com-abertura-historica--do-governo-5082890.html>

Oficinas do Perdão - <http://arqrio.org/noticias/detalhes/4032/oficinas-de-perdao-e-reconciliacao>

On the Brain - <http://www.onthebrain.com/brain-plasticity/>

On the commons - <http://www.onthecommons.org/>

Ouishare - <http://www.ouishare.net/en>

PeersOrg - <https://www.facebook.com/PeersOrg>

Permaculture Research Institute - <http://permaculturenews.org/>

Pordata: Base de Dados Portugal Contemporâneo:

[http://www.pordata.pt/Europa/Produto+Interno+Bruto+\(Euro\)-1786](http://www.pordata.pt/Europa/Produto+Interno+Bruto+(Euro)-1786)

Programa Operacional INCLUSÃO E EMPREGO - <http://www.poise.pt/>

Projecto Cooperação - <http://www.projetooperacao.com.br>

Rachel Botsman (Artigo) - <http://www.wsj.com/articles/can-the-sharing-economy-provide-good-jobs-1431288393>

Reconomy - <http://www.reconomy.org/>

Revista *GOOD*: <https://www.good.is/>,

Roots of Empathy - <http://www.rootsofempathy.org/>

Sara Sarasvathy - Método Empreendedorismo -
<http://bigthink.com/experts/sarassarasvathy>

Skype - <http://www.skype.com/en/about/>

Slow Food - <http://www.slowfood.com>

Sociocracia - <http://www.sociocracy.info/>

Startsomegood - <https://startsomegood.com/>

Tamera - <https://www.tamera.org/pt/>

Taskrabbt - <https://www.taskrabbt.com>

TED Michael Sandel -
https://www.ted.com/talks/michael_sandel_why_we_shouldn_t_trust_markets_with_our_civic_life?language=pt#t-151233

TEDx Portugal - <https://www.facebook.com/TEDxPortugal/>

The Berkana Institute - <http://berkana.org/>

The Center for Nonviolent Communication - <http://www.cnvc.org>

The Mindfulness Initiative - <http://www.themindfulnessinitiative.org.uk/>

The People Who Share Portugal <http://www.thepeoplewhoshare.pt/>

Transition Network - <http://www.transitionnetwork.org>

Twitter - <https://twitter.com/>

Uber - <http://uber.com>

Uber Wikipedia - [https://pt.wikipedia.org/wiki/Uber_\(empresa\)](https://pt.wikipedia.org/wiki/Uber_(empresa))

Vivo à Troca: Blogue da Andresa Salgueiro - <http://vivoatroca.blogspot.pt/>

Way fo Council - http://www.heart-source.com/council/way_of_council_page.html

Websites for Good - <http://websitesforgood.com/>

Wiki - <https://en.wikipedia.org/wiki/Wiki>

World Community Grid - <https://www.worldcommunitygrid.org/>

Youtube - <http://www.youtube.com>

Zygmunt Bauman - https://www.youtube.com/watch?v=GTu_bycoEEw

Legislação

Lei de Bases da Economia Social Lei n.º 30/2013 de 8 de Maio

Constituição da República Portuguesa – VII Revisão Constitucional [2005]

Declaração Universal dos Direitos Humanos – Assembleia Geral da ONU - Resolução

217A (III) de 10 de Dezembro de 1948

ANEXOS

ANEXO A: Alguns Conceitos

Metodologias ou tecnologias sociais de liderança participativa

Estas são metodologias de liderança participativa, que visam encontrar soluções integrais e sustentáveis para um propósito comum, com recurso à inteligência e à sabedoria colectiva.

Com base em estruturas simples, o propósito é pensar melhor em conjunto. Para isso contribui a reunião em círculo, que significa reunir entre iguais. É importante adoptar uma postura que suspenda, ou minimize as premissas e preconceitos, dando-se lugar a uma escuta sem enviesamentos. A força motriz das metodologias de liderança participativa são as perguntas: as respostas tendem a fechar o diálogo, enquanto as perguntas aprofundam a conversação. Existem alguns princípios a ter em conta na prática destas metodologias: a necessidade para o encontro e o diálogo tem de ser real e o propósito claro. Todas as dúvidas têm de ser esclarecidas antes do início de qualquer um dos métodos e, ainda que a solução só emergja com o diálogo, há que definir antes os critérios de sucesso.

O anfitrião destes diálogos e reuniões, deve estar presente a cada momento, empenhar-se na participação e integração com os restantes membros recebendo e acolhendo os ensinamentos de cada um e co-criando as respostas que emergirem.

Appreciative Inquiry

É uma estratégia para uma mudança intencional que identifica o melhor do presente (o que é) com as possibilidades do futuro (o que poderá ser). É uma busca colaborativa pelas forças e paixões que existem em todos os sistemas e que servem de inspiração à mudança positiva (Cooperider & Srivastva, 1987)

O que se pretende é a construção de processos focados naquilo que funciona.

Suposições:

- 1) Em todas as comunidades alguma coisa funciona
- 2) Aquilo em que nos focamos é a nossa realidade
- 3) A realidade é criada a cada momento e por isso há mais do que uma realidade
- 4) O acto de fazer perguntas influencia uma comunidade para determinado destino
- 5) As pessoas têm mais confiança quando encaram o futuro com bases no passado
- 6) As pessoas devem basear-se no melhor do seu passado para realizar o futuro

- 7) A valorização das diferenças é importante
- 8) A linguagem que falamos cria a nossa realidade

O processo normal é:

- 1) Descobrir: identificar processos que funcionam bem no presente
- 2) Sonho: Olhar para processos que possam trabalhar bem no futuro
- 3) Desenhar: planejar e priorizar esses processos
- 4) Entrega: implementar o planeamento escolhido

O *Appreciative Inquiry* é útil sempre que é necessária uma nova perspectiva de resolução (Hosting, 2012).

Circle:

Circle é uma técnica ancestral de reunião. Na prática, é uma formação em círculo de um grupo de pessoas, de tal forma que cada um consegue manter contacto visual com todos os outros membros do grupo. O sentimento de igualdade é, assim, real. Ela cria a predisposição de cada pessoa para adaptar uma atitude de respeito e abertura: falar conscientemente e com propósito, bem como ouvir profundamente.

Compõe-se de:

- 1) Intenção: a intenção é a base para o encontro. Determina quem integra o diálogo, o local, a duração e o tipo de resultados esperados.
- 2) “Boas vindas”: logo após a formação do círculo, o anfitrião foca a atenção dos participantes no círculo, o espaço de reunião, através de um momento de silêncio, de leitura de um poema que tenha a ver com a intenção, de escuta de uma música. O importante é o foco do grupo no momento presente e no que ali se vai passar.
- 3) O “centro do círculo”: para manter o grupo presente e focado na intenção, o centro do círculo é preenchido com um, ou vários objectos que representem essa intenção.
- 4) Cumprimento: é o momento inicial em que cada participante comunica aos restantes a intenção da sua presença: pode ser uma palavra, uma pequena frase, um gesto, um objecto, um momento de silêncio. Assim, aprofunda-se o foco de cada um no momento presente, bem como o seu comprometimento para com o diálogo que vai acontecer
- 5) Acordos do *Circle*:

- a) Confidencialidade sobre tudo o que ali acontecer
- b) Cada participante ouve os restantes com compaixão e curiosidade
- c) Cada um pede aquilo que precisa e oferece aquilo que pode
- d) Todos acordam que exista um “guardião do grupo”: aquele que olha pelos pedidos de cada um, pelo tempo, energia e foco do grupo. Se alguém precisar de uma pausa, basta pedir ao guardião
- 6) Os três princípios:
 - a) A liderança é rotativa por todos os membros do círculo
 - b) A responsabilidade é partilhada para a qualidade da experiência
 - c) A confiança nasce do conjunto, em vez dos interesses pessoais
- 7) As três práticas
 - a) Falar com intenção: perceber o que é relevante em cada momento para o diálogo
 - b) Ouvir com atenção: respeitar o processo de aprendizagem
 - c) Cuidar do bem-estar do círculo: ter em atenção o impacto da nossa contribuição
- 8) Guardião: esta figura contribui para a autogestão do grupo durante todo o processo do *Circle*. Esta figura é voluntária dentro dos participantes. É ele que inicia o processo e finaliza-o (guardião do tempo) e está atento aos sinais dos participantes sempre que alguém precisa de uma pausa, ou de intervir, por exemplo.
- 9) Despedida: Antes de terminar o *Circle*, é dada a palavra a todos os participantes para que possam transmitir aquilo que sentiram e aprenderam e para agradecer o momento. No fim, ou através de um momento de silêncio, ou com algumas palavras, música ou objecto é finalizado todo o processo (Baldwin & Linnea, 2010; Hosting, 2012).

*Comunicação Não-Violenta (CNV)*¹⁵³

“Tudo o que tem sido integrado na CNV é conhecido desde há séculos sobre consciência, linguagem, capacidade de comunicação e gestão de poder que nos permite manter uma perspectiva empática sobre nós mesmos e os outros, mesmo em condições difíceis”

Marshall B. Rosenberg, Phd

¹⁵³ In <http://empathycafe.org/> e <https://www.cnvc.org/>

Trabalhar a capacidade de escuta activa e sentir as nossas mais profundas necessidades e dos outros, ajuda-nos a sentir e a lidar com a nossa mais profunda noção de compaixão.

A CNV ajuda-nos a tomar contacto com a nossa humanidade comum. Indo ao encontro da nossa capacidade de criar famílias e comunidades servidoras.

Através da prática da CNV aprendemos a clarificar aquilo que observamos e as emoções que sentimos, bem como a clarificar o conjunto de valores pelos quais queremos reger a nossa vida. Dessa forma, conseguimos perceber o que desejamos de nós e dos outros. É um caminho para viver a experiência de contribuir para o bem-estar de todos. É um caminho de cura e reconciliação, onde aprendemos a deixar os sentimentos de culpa, de julgamento e de dominação.

Design Thinking:

O *Design Thinking* trouxe a forma de pensar e fazer da comunidade de designers para o mundo das organizações (de todos os tipos) quando têm de encontrar soluções para os desafios que enfrentam.

O processo está muito centrado nas pessoas (aquelas a quem a solução se aplica) e é a elas que se vai inspirar para obter o maior número possível de soluções (visões) e assim gerar mais alternativas de solução.

Qualquer processo em *Design Thinking* é, então, exploratório, porque não há um “melhor caminho”. Existe um ponto de partida e alguns pontos de referência. O nosso ponto de partida são as pessoas e a necessidade que estas querem ver satisfeita.

Assim, todo o processo se inicia com essa fonte de inspiração: as pessoas a quem queremos resolver um problema.

A segunda fase do processo é a ideação: aquele momento em que temos de gerar ideias, desenvolve-las e testa-las.

A terceira e última fase é a implementação, ou o momento em que vamos testar no mercado a ideia concebida.

A fase da ideação e da implementação estão muito ligadas entre elas. De facto, testar em *Design Thinking* significa testar no terreno, nas pessoas e com as pessoas. Nunca o primeiro protótipo tem o resultado que se pensava e sempre que ele é testado cria-se essa visão da falha e, igualmente, a visão de como melhorar e daquilo que está a resultar.

Sendo as pessoas a base e inspiração de todo o processo, gerar empatia é importante no sentido em que é essa empatia que nos leva ao conhecimento e desse conhecimento nascem ideias a ser testadas e implementadas (Brown, 2009).

Ética do Gratuito segundo a JSM¹⁵⁴

Somos uma empresa social, que potenciamos a economia não monetizada (como chamamos a economia da generosidade) para criar uma economia monetizada para os nossos sócios. Neste *enacting* entre as duas economias (monetizada e não monetizada) geramos o nosso valor social. Para nós o dinheiro é um instrumento para a nossa acção, ajudar pessoas a empreender, a aprender a viver com a incerteza e a utilizar a incerteza a seu favor. Empreendedorismo.

Somos um instrumento de economia local, assente na pessoa e no seu sistema de organização local, a ideia que a pessoa pode construir esse sistema em colaboração com os outros. Mas sabemos como utilizar as redes globais para potenciar as oportunidades da nossa economia local, entendemos como a mediação tecnológica potência e amplifica o conhecimento humano, gerando valor global (economia).

Por último, utilizamos para financiar a nossa estrutura de custos o modelo de negócio da comissão de serviço. Para 'financiar' a nossa acção o modelo de negócio gratuito (economia da generosidade).

Resumimos isto na frase, "somos uma empresa social de empreendedores para empreendedores"

Este gratuito é um gratuito de qualidade, é o melhor que cada pessoa sabe. É o melhor que eu, que estou a ler este documento sei, pois eu também posso participar. O outro (o que esta a fazer o *workshop* ou o *ask experts*) não é melhor que eu, apenas sabe mais do que eu no tema A. Mas eu também sei muito do tema B. Eu recebo e dou. Eu respeito e sou respeitado. É tão velho como a humanidade, ou pelos menos como Confúcio. Se 'Eu' sou o 'Outro' e o 'Outro' sou 'Eu', quando falto ao respeito ao outro, estou a faltar ao respeito a mim. Esta é a premissa base da ética do gratuito que aqui defendemos. Se decidi participar tenho direitos e deveres. Não tenho outra hipótese a não ser respeita-la.

Tudo começa com um acto de liberdade:

- O João Sem Medo Center decidiu ter uma oferta gratuita, de qualidade, à comunidade.

¹⁵⁴ In <http://www.joaosemmedo.org/eacutetica-do-gratuito.html>

- A pessoa decidiu se inscrever ou participar nessa oferta.

É neste acto fundador, nesta acção primordial, que reside o fundamento desta ética. O João Sem Medo Center não era obrigado a ter uma oferta para mim, nem eu era obrigado a me inscrever. Mas assim que formulou a oferta e assim que eu aceitei participar, inicia-se uma relação de partes livres, com direitos e deveres, desde logo legais, mas muito mais importantes que estes, éticos.

O João Sem Medo Center tem o dever de me oferecer um serviço de qualidade, em respeitar-me como pessoa, em salvaguardar a minha informação, em perguntar a minha opinião, em ouvir-me e em fazer uso dessa informação para a sua evolução, para a sua melhoria, por forma a que eu continue a ter um serviço de qualidade. Por forma a que a comunidade seja auto-sustentada.

Por sua vez eu tenho a obrigação de honrar o meu compromisso, estar presente, chegar a horas, participar, colaborar com os outros, disponibilizar-me para aprender e para ensinar. Para partilhar.

Sobre o valor do gratuito: É este gratuito sinónimo de coisa que não tem valor, ou que só é gratuito porque ninguém compra? Não. É gratuito por desenho, por modelo de negócio, por natureza (como é a Google). E sendo gratuito é de excelente qualidade, é o melhor que cada membro da comunidade consegue fazer, pessoas que tem empreendimentos realizados e uma história de vida. Pessoas cuja sua profissão é usar este conhecimento, que vivem dele. Simplesmente no contexto do João Sem Medo Center, disponibilizam de forma gratuita, porque estão na comunidade, porque estão ao abrigo da lei 'eu dou e recebo'. Dou do meu tempo e saber e recebo do tempo dos outros, saber dos outros. Porque me promovo e a minha actividade. Porque ajudo e sou ajudado. Porque participo na economia da generosidade.

Ser gratuito é sinónimo de qualidade. Do melhor que somos capazes em cada momento. Só assim estamos a altura de ajudar cada pessoa a construir o seu futuro, independente do seu poder económico, literacia, escolaridade, ou qualquer outro atributo.

*Jogos Cooperativos*¹⁵⁵

Dinâmicas de grupo cujo objectivo é fomentar a consciência da importância da cooperação e da ajuda social.

Os jogos cooperativos despertam a consciência do outro como um parceiro, ao invés de adversário: cooperar é, também, a capacidade de cada um se colocar no lugar do outro, deixando de priorizar apenas o seu lado.

Numa sociedade competitiva, os jogos cooperativos ajudam na libertação da necessidade de competir. O objectivo é a participação colectiva em busca de atingir uma meta comum, respeitando as ideias e ritmo de cada um.

No conceito de jogo cooperativo, está igualmente a noção mais lata de integração social: todas as idades, culturas, raças, crenças, etc. O que mais é valorizado é o contributo que cada um, na sua individualidade, pode dar ao grupo como um todo.

O intuito dos jogos cooperativos é unir as pessoas, reforçar a confiança entre as pessoas e a autoconfiança individual e grupal, bem como aumentar os laços afectivos, a compaixão e a empatia entre as pessoas, já que aprendemos que todos somos iguais e temos um objectivo comum que só é alcançado cooperando.

Jogo Oásis

O Jogo Oásis é um método de intervenção social que visa transformar comunidades, realizando os seus sonhos, através da mobilização dos cidadãos. Baseia-se na Filosofia Elos, através de um processo em sete etapas:

- O Olhar significa a capacidade de observar a comunidade que vai ser trabalhada a transformação, ouvindo e sentindo as histórias, as alegrias, o que há de bom e belo, os talentos, os recursos humanos e materiais valorizando o essencial (o que existe, ao invés do que não existe).
- O Afecto é a construção das relações humanas criando na comunidade a confiança e a capacidade de ajuda. É a capacidade de escutar, de falar, simplesmente, com as pessoas. Este diálogo desperta e complementa o olhar que houve antes.

¹⁵⁵ In <http://www.significados.com.br/jogos-cooperativos/>

- O Sonho é o espaço de provocação para pensar e desabafar colectivamente a comunidade que se quer transformar. É um chamamento ao diálogo entre todos aqueles que vivem juntos e juntos querem e podem ver a mudança acontecer.
- O Cuidado é o momento de estruturar colectivamente o processo, as estratégias, para que aquilo que foi definido anteriormente tenha a capacidade de se realizar. É na construção de uma maquete (prototipagem) que a comunidade vê, fisicamente, aquilo que quer e como vai por isso em prática.
- O Milagre é a acção, o agir, propriamente dito. É neste momento que tudo aquilo que se pensou e prototipou emerge num agir colectivo.
- A celebração, após a realização dos objectivos com que a comunidade sonhou. É o momento da consagração e da valorização colectiva de todo um esforço comum.
- A Re-evolução é o momento em que a comunidade percebe que, afinal, as coisas são possíveis de acontecer. Se em pouco tempo¹⁵⁶ a comunidade consegue realizar algo, o que acontecerá se tiver mais pessoas, recursos, tempo e estruturas? É o momento de acreditar que passada a descrença, passo-a-passo, depois do pequeno grande primeiro passo consumado, a comunidade tem a capacidade de mobilizar e realizar mais.

O jogo Oásis tem uma duração entre 4 a 10 dias. O grupo é composto por cerca de 15 a 30 parceiros que são participantes de um processo que é apresentado à comunidade por um conjunto de facilitadores da metodologia. O grupo participa na comunidade com o intuito de mobilizar as pessoas através da construção de um novo relacionamento. O resultado é o envolvimento de todos na consumação de um projecto comum.

O Poder das Questões

Fazer a pergunta certa é a melhor forma de abrir um diálogo e manter as partes envolvidas. As perguntas, quando certas, focam aquilo que é mais significativo para os participantes, desencadeia a nossa curiosidade e convida à exploração futura.

A primeira pergunta, aquela que convoca os participantes à sua participação, deve ter implícito o propósito do encontro, do diálogo.

Ao longo do diálogo, outras perguntas devem ser colocadas segundo estes princípios:

¹⁵⁶ Este primeiro processo tem uma duração de 10 dias

- 1) Perguntas simples e claras
- 2) Provocar o pensamento
- 3) Gerar energia
- 4) Focar o questionamento
- 5) Desafiar o *status quo*
- 6) Abrir novas possibilidades
- 7) Criar mais questões

Uma boa pergunta foca-se na:

Atenção

Intenção

Energia (Vogt, Brown, & Isaacs, 2003)

Oficinas do Perdão¹⁵⁷

Inspirados no projecto Colombiano *Escuelas de Perdón y Reconciliación*, uma metodologia premiada em 2006 pela UNESCO. É uma terapia grupal de reconhecimento e acompanhamento na superação de traumas e sentimentos de raiva, rancor, ódio, vingança, fruto do convívio com factores produtores deste tipo emoções. A longo prazo, a terapia visa criar novos valores de comportamento social e cultura de convivência (ES.PE.RE., 2010).

Open Space Technology

O objectivo do *Open Space Technology* é criar as condições (espaço e tempo) para comprometer as pessoas de forma profunda e criativa à volta dos temas em discussão.

Tipicamente, uma sessão de *Open Space Technology* resulta numa experiência transformadora para todos os envolvidos

É muito útil o seu uso em questões de direcção estratégica e de previsão do futuro, resolução de conflitos, diálogo sobre valores e moral, consulta a *stakeholders*, planeamento comunitário, colaboração, aprofundamento de determinados temas, entre outros.

Princípios:

- 1) Quem quer que venha, é a pessoa certa

¹⁵⁷ in <http://www.fundacionparalareconciliacion.org/escuelas.php>

- 2) Quando começar, é o momento certo
- 3) Aconteça o que acontecer é a única coisa que poderia acontecer
- 4) Quando acabar, acabou

- 5) A lei dos dois pés: se sentir que a situação em que se encontra não é de contribuição, nem de aprendizagem, escolha ir para outro lugar

Estes cinco princípios criam um ambiente de Paixão e Responsabilidade

Papéis:

- 1) Anfitrião: anuncia e acolhe o *workshop*
- 2) Participante: participa no *workshop*
- 3) “Abelha”: colhe informações dos vários grupos formados
- 4) “Borboleta”: Tira um tempo para reflectir

Processo:

- 1) O grupo reúne em círculo e é recebido pelo anfitrião
- 2) A seguir, este apresenta o processo. Quem tiver assuntos que gostasse de ver discutidos dentro do tema geral previamente apresentado, pode escrever num papel e apresentar ao grupo (estas pessoas são denominadas de convocadores)
- 3) Cada convocador coloca o seu papel numa parede previamente disponibilizada e escolhe um tempo e lugar para reunir com quem quiser dialogar sobre o tema que ele convocou.
- 4) De seguida, o grupo vai para perto da parede onde estão colocados os temas convocados, bem como o tempo e local onde vai ser realizado diálogo. Cada participante escolhe em que tema quer participar
- 5) Os grupos de diálogo começam a funcionar. Duas pessoas por grupo de diálogo são chamadas a tomar nota das principais ideias, colocando-as numa parede preparada para o efeito. No fim, todas as ideias vão ser recolhidas e acolhidas por todo o grupo presente.

- 6) Neste momento, o grupo pode decidir que temas gostaria de continuar a dialogar fora da sessão. É apresentado um plano de acção nesse sentido e quem se sentir confortável compromete-se com ele.
- 7) A finalizar a sessão, os participantes voltam para o círculo inicial e são convidados a partilhar aquilo que levam da sessão: os ensinamentos, aprendizagens, aquilo que sentem no momento em relação ao que ali se passou.

Material necessário:

- 1) Cadeiras em círculo
- 2) Letras/números nas paredes à volta da sala que indicam a localização dos encontros de diálogo
- 3) Uma parede vazia onde vai ser exposta a agenda
- 4) Uma parede para recolha dos resultados dos diálogos
- 5) Espaços de saída
- 6) Papéis onde escrever as questões e os tópicos da sessão
- 7) Material para escrever e tomar notas

Posters para ficarem visíveis os princípios e a lei dos dois pés (Hosting, 2012)

Permacultura

O termo foi cunhado por Bill Mollison e David Holmgren, dois ecologistas australianos, durante os anos 70 do século XX.

“A permacultura é o design e manutenção consciente de um ecossistema agrícola produtivo, que tem a diversidade, estabilidade e resiliência dos ecossistemas naturais. É a integração harmoniosa entre as pessoas e a paisagem que lhes fornece comida, energia, abrigo e outro tipo de necessidades materiais e imateriais de uma forma sustentável. O design de permacultura é um sistema de montagem de conceitos, materiais e estratégias de uma forma que permite beneficiar a vida em todas as suas formas. A filosofia por detrás do conceito é a de trabalhar com, e não contra, a natureza. É a de uma acção prolongada e pensada, de olhar para os sistemas em todas as suas funções, em vez de apenas nos seus rendimentos, permitindo que os sistemas façam a sua própria evolução natural

” (Mollison, 2002: ix)

Acima de tudo, a permacultura tem a ver com valores, ética e um sentido de responsabilidade pelo cuidado do Planeta Terra: “A única decisão ética é ser responsável pela nossa própria existência e dos nossos filhos” (Mollison, 2002: 1)

Hoje, o termo permacultura abrange todos os sistemas vivos, mais do que a agricultura em si. Acredita-se que a cooperação é a base dos sistemas vivos e da sua sustentabilidade e, como tal, o homem tem de trabalhar em sintonia com as outras formas de vida, para que ambas se tornem sustentáveis. Este termo é aplicado, então, também à vida em comunidade, aquela que aqui nos interessa.

*Sociocracia*¹⁵⁸

Termo desenvolvido, pela primeira vez, pelo filósofo e sociólogo francês Augusto Comte, no século XIX, a Sociocracia é um sistema de governação que tem como base a auto-organização e em cujas decisões são tomadas segundo a opinião de todos os participantes da sociedade/comunidade (mais do que significar que todos concordam, significa que todos dão o seu consentimento quando é preciso agir). A soberania é exercida por todos, não por uma minoria.

Os valores que estão por detrás da Sociocracia são transparência, igualdade e eficácia.

O processo de tomada básica é o “consentimento”, respeitando, assim, todas as partes.

O feedback é, igualmente, parte do processo, no sentido em que todas as decisões são revistas para se perceber qual o impacto que têm na realidade da comunidade.

World Café

É um método para criar uma rede viva de colaboração em redor de questões poderosas sobre situações da vida real.

Serve grupos mais pequenos e de grande dimensão (10 a 1000 pessoas ou mais), promovendo a interacção de ideias e o diálogo, fazendo emergir a sabedoria colectiva, adaptando-se a tipos diferentes de necessidades.

Princípios Operacionais:

- 1) Criar um espaço hospitaleiro (mesas com aperitivos, espaço bem decorado, simpatia do anfitrião)

¹⁵⁸ Informação retirada do site <http://www.sociocracy.info/>

- 2) Explorar questões poderosas
- 3) Encorajar o contributo de todas as pessoas presentes
- 4) Conectar pessoas e ideias heterogéneas
- 5) Ouvir em conjunto para encontrar novos padrões e conhecimentos, bem como questões mais profundas

Premissas:

- 1) O conhecimento e sabedoria que procuramos está presente e acessível
- 2) O conhecimento colectivo é formado por contribuições individuais, conexão de ideias, ouvindo nas “entrelinhas” e percebendo questões mais profundas
- 3) A inteligência emerge à medida que o sistema conecta com ele de formas diversas e criativas

Processo:

- 1) Sentar 4 a 5 pessoas por mesa (redonda, preferencialmente)
- 2) Configurar rondas sucessivas de conversação de 20 a 30 minutos de duração. Cada mesa tem uma pergunta para ser respondida em todas as rondas
- 3) Cada mesa tem um anfitrião que a cada nova ronda fica na mesa para introduzir a pergunta e as ideias que sobre ela foram emergindo nas rondas anteriores
- 4) Após todas as rondas terem terminado, é facultado um tempo para que todas as pessoas possam recolher, reflectir e comentar aquilo que emergiu em todas as mesas

Material necessário:

- 1) Mesas redondas e pequenas
- 2) Cadeiras
- 3) Toalhas de mesa
- 4) *Flipchart* ou papel de grande dimensão para recolher os conhecimentos do grupo
- 5) Posters para tornar as regras visíveis aos participantes
- 6) Material para recolher as informações (Hosting, 2012)

Outos Conceitos da ECPC

Coworking

É um modelo de trabalho em que as pessoas co-partilham um espaço e os seus recursos, serviços e produtos. Por norma, reúnem-se pessoas de diferentes áreas para incentivar a partilha de conhecimentos entre os *coworkers*: um profissional de marketing apoio um profissional de contabilidade a vender o seu produto, enquanto este apoio na contabilidade do profissional de marketing. Serve o propósito de reduzir os custos, bem como o de combater o isolamento de quem trabalha em casa, ou sozinho mesmo que num espaço fora de casa.

*Crowdfunding*¹⁵⁹

É uma forma colaborativa de financiamento de todo o tipo de projectos. Através do recurso a uma comunidade, normalmente online, ou com base na internet.

*Crowdsourcing*¹⁶⁰

É o processo de obtenção de ideias para a resolução de determinada questão, com recurso às ideias de um grande número de pessoas.

Desenvolvimento Humano Sustentável

O DHS é o conceito que está na base dos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio, com os quais governantes de todo o mundo se comprometeram na Assembleia Geral das Nações Unidas em Setembro de 2000 e que centra o ser humano no próprio conceito de desenvolvimento. É uma mudança de paradigma, que veio contrapor a noção anterior de crescimento económico e desenvolvimento como uma e a mesma coisa.

O conceito reconhece que o desenvolvimento deve ser justo, equitativo e das pessoas, pelas pessoas e para as pessoas (Benvenuti, 2009). Das pessoas porque através de uma oferta de qualidade de nutrição, saúde, educação entre outros recursos para uma vida digna, capacita e potencia os indivíduos; pelas pessoas, porque o desenvolvimento deve ser por elas promovido, através da sua participação cívica activa nas decisões que afectam as suas vidas e das suas comunidades, emponderando-as; para as pessoas, porque aquilo que o

¹⁵⁹ in https://pt.wikipedia.org/wiki/Financiamento_coletivo

¹⁶⁰ in <https://pt.wikipedia.org/wiki/Crowdsourcing>

desenvolvimento e o crescimento económicos devem beneficiar as pessoas e as suas comunidades desse modo justo e equitativo (Oliveira, 2006).

O sujeito é visto, assim, como autónomo, criador da sua mudança, capaz de influenciar as decisões para o bem comum, de acordo com aquilo que é o mais importante em cada momento e tendo sempre presente que esta sua cidadania activa se preocupa com as consequências das suas acções (Benvenuti, 2009)

Por outro lado, a noção de DHS é influenciada pelas noções de economia solidária, no sentido da cooperação, ao invés da competição, respeitando a diversidade humana e cultural (Benvenuti, 2009).

E porque o ser humano, o seu colectivo e também a relação destes com o ecossistema é uma realidade intransponível, a sustentabilidade enquadra-se na preservação dos recursos naturais, garantindo as mesmas oportunidades para as gerações futuras (Oliveira, 2006)

Para Marielza (Oliveira, 2006: 5):

“o conceito de Desenvolvimento Humano Sustentável abrange meios e fins; justiça social e desenvolvimento económico; bens materiais e o bem-estar humano; investimento social e o empoderamento das pessoas; atendimento das necessidades básicas e estabelecimento de redes de segurança; sustentabilidade ambiental para as gerações actuais e futuras; e a garantia dos direitos humanos – civis, políticos, sociais, económicos e ambientais.

No âmbito do conceito de DHS, as iniciativas devem ter em conta a participação das comunidades, bem como o benefício que as próprias iniciativas trazem para essas comunidades. Quando estas são pensadas, implementadas e avaliadas, os factores económicos devem estar ao lado dos factores sociais, políticos e culturais, fazendo do desenvolvimento um fenómeno multidimensional (Oliveira, 2006)

*Fundraising*¹⁶¹

Fundraising é o processo de angariar contribuições voluntárias, monetárias e não monetárias, através do pedido de doações a pessoas individuais, colectivas, fundações sociais e ao Estado.

Meditação

Meditação é entendido como um treino mental. “Um conjunto de práticas que nos ajudam a familiarizar com a nossa mente e a cultivar/treinar estados mentais saudáveis. Nada de místico, religioso, ou esotérico associado (Gaspar, 2015: 52).

¹⁶¹ In <https://en.wikipedia.org/wiki/Fundraising>

Meditação Transcendental¹⁶²

Uma técnica simples de prática de meditação, duas vezes ao dia, durante 20 minutos cada vez, de olhos fechados e posicionado de forma confortável. Identifica-se como estando fora de qualquer religião, filosofia ou estilo de vida.

Foi criada por Maharishi Mahesh Yogi

Meditação Vipassana¹⁶³

Vipassana significa “ver as coisas como realmente são”. A Meditação Vipassana é uma antiga técnica de meditação Índia que utiliza a auto-observação como caminho de autotransformação. Focada na interligação entre mente e corpo, trabalha a atenção às sensações físicas que constituem a vida do corpo e dão vida à mente.

Mindfulness

“A consciência que emerge quando prestamos atenção de uma maneira particular: de propósito, no momento presente e sem julgamentos” (Gaspar, 2015: 51)

Open-Data (Dados Abertos)¹⁶⁴

A ideia de que determinados conjuntos de dados devem ser disponibilizados a todos para que possam usar e editar sem constrangimentos de direitos de propriedade

Open-Source (Código Aberto)¹⁶⁵

Modelo de desenvolvimento que promove um licenciamento livre para o design de um produto, bem como a redistribuição universal desse design dando a possibilidade para qualquer pessoa possa consultar, examinar e editar o conteúdo

Wiki¹⁶⁶

Derivação da palavra havaiana "wiki-wiki" que significa "rápido". Na internet, wiki refere-se a qualquer página onde qualquer pessoa pode editar e modificar o seu conteúdo.

¹⁶² in <http://www.tm.org/>

¹⁶³ in <http://www.pt.dhamma.org/>

¹⁶⁴ in https://en.wikipedia.org/wiki/Open_data

¹⁶⁵ in https://pt.wikipedia.org/wiki/C%C3%B3digo_aberto

¹⁶⁶ in <https://pt.wikipedia.org/wiki/Wiki>

*Wikinomia*¹⁶⁷

Novo modo de produção e organização, voltado para a abertura e colaboração global

¹⁶⁷ in <https://pt.wikipedia.org/wiki/Wikinomia>

ANEXO B: Lista de alguns projectos da ECPC

Academia Ubuntu - <http://academiaubuntu.org>
Appreciative Inquiry Commons - <http://appreciativeinquiry.case.edu/>
<http://www.centerforappreciativeinquiry.net>
Associação de Protecção e Assistência ao Condenado (APAC) -
<http://www.apacitauna.com.br/index.php/institucional>
Circle - <http://peerspirit.com/the-circle-way/circle-guidelines/>
Comunicação Não Violenta - <http://www.cnvc.org>
Creative Commons - <http://creativecommons.org/> / <http://creativecommons.pt/>
<http://icommons.org>
Danças Circulares - <http://www.dancacircular.com.br/oque.asp>
David Lynch Foundation - <https://www.davidlynchfoundation.org>
Dhamma Brothers - <http://www.dhammadbrothers.com>
Frederic Laloux - <http://www.reinventingorganizations.com>
HOLOCRACY - <http://holacracy.org>
Instituto Elos - <http://institutoelos.org>
João Sem Medo - Comunidade de empreededores evolucionários -
<http://www.joaosemmedo.org>
Jogo da Transformação - <http://www.jogodatransformacao.com>
Jogos Cooperativos - <http://www.projetooperacao.com.br>
Michael F. Steger - Meaning of Life - <http://www.michaelfsteger.com>
Espaço Aberto/Open Space Technology - <http://openspaceworld.org/wp2/> /
<http://www.openspaceworld.com/> / <http://www.forum-ouvert.fr/> / <http://www.instituto-ost.pt>
PeerSpirit - <http://peerspirit.com>
Presencing Institute - <https://www.presencing.com>
Reconomy - <http://www.reconomy.org>
REOS Partners - <http://reospartners.com>
Robert K. Greenleaf - Center for Servant Leadership - <https://greenleaf.org>
Search Inside Yourself - <http://searchinsideyourself.com.au>
Social Lab Revolution - <http://social-labs.org>
Sociocracia - <http://www.sociocracy.info>
Tamera - <https://www.tamera.org/pt/>

The Art of Hosting - <http://www.artofhosting.org>

The Berkana Institute - <http://berkana.org>

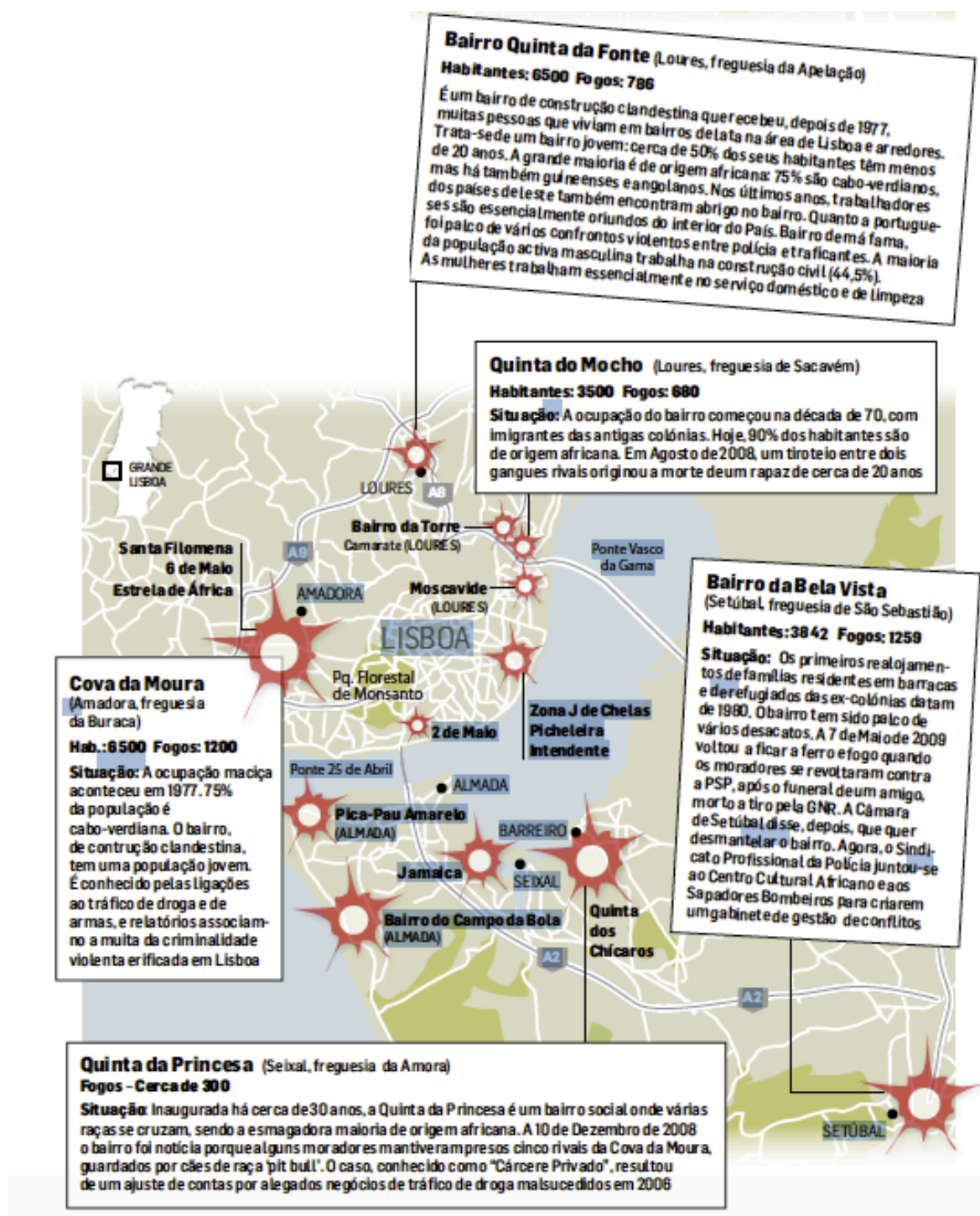
The Future of Work Consortium - <http://www.hotspotsmovement.com/research-institute.html>

Transition Network - <http://www.transitionnetwork.org>

Vasco Gaspar - <http://vascogaspar.com>

World Café - <http://www.theworldcafecommunity.org> / <http://www.theworldcafe.com>

ANEXO C – Comunidades Vulneráveis da Grande Lisboa e Península de Setúbal



ANEXO D – Custo Anual estimado do projecto LCE

Estes custos são estimados para um início num período temporal de dois a três anos após o início do projecto.

Custo salarial

Um Gestor de Projecto:

Custo Salarial Mensal	€1 000
Custo Salarial Anual (14 meses)	€14 000
TSU (23,75%)	€3 325
Subsídio de Alimentação (7€/dia e 22 dias úteis)	€154
Seguro Acidentes de Trabalho (1% salário base anual)	€140
Custo Salarial Total Anual	€17 619

Fonte: CGD e Ministério das Finanças

Custos de electricidade, água, comunicações e deslocações
Custos médios individuais referentes a um pequeno escritório
Electricidade:

Consumo	KWh	KWh/mês	KWh (ano)
Iluminação	0,4	70,4	844,8
Computador	0,25	44	528
Impressora	0,09	5,94	71,28
Ar-Condicionado	1,8	158,4	396
Aquecimento	1,5	132	528
Total			2368,08
Custo Total Anual			€700

Fonte: Entidade Reguladora dos Serviços Energéticos

Água:

Preço Instituições Privadas de Interesse Público por m3	€1,16
IVA (6%)	€0,07
Custo Total por m3	€1,23
Consumo estimado mensal (m3)	3
Custo Total/mês	€3,69
Custo Total/ano	€44,27

Fonte: EPAL

Comunicações

Rede Móvel + Internet	€19,99
-----------------------	--------

Fonte: ANACOM

Deslocações¹⁶⁸

Passes L123/mês	€67,65
Passes L123/ano (12 meses)	€811,80
Taxis e outras deslocações ocasionais/ano	€600

Fonte: Transportes Sul do Tejo

Custo Total Anual

Custo Total Anual	€19 795,06
-------------------	------------

¹⁶⁸ O valor do custo de “Taxis e outras deslocações ocasionais” foi calculado em €50 mensais num total de 11 meses por ano

Anexo E - Cronograma

Etapa	Tarefas Gerais	Tarefas Desenvolvimento Humano	Tarefas Empregabilidade	Duração (meses)	Total (meses)	Total (Anos)
O início	Falar com toda a comunidade JSM			2	2	0,17
Encontrar				6	8	0,67
	Falar com Parceiros				8	
	Visitar Comunidades				8	
	Falar com as pessoas das comunidades				8	
	Fazer a ligação aos empreendedores				8	
	Ouvir os Empreendedores				8	
	Tomar uma decisão final				8	
Sentir				6	14	1,17
		Visitar a comunidade			14	
		falar com as pessoas da comunidade			14	
		Visitar estabelecimentos			14	
		Permanecer na comunidade integrado com um projecto já lá existente			14	
		Os empreendedores têm de passar o seu escritório para a comunidade			14	
		Levar alguns membros da comunidade à JSM			14	
Acolher				6	20	1,67
	Cada empreendedor vai pensar o seu papel na comunidade	Os empreendedores já podem fazer na comunidade, para si, algumas das actividades que fazem fora (meditação, yoga, etc)	Os empreendedores já trabalham os seus projectos na comunidade		20	
	Cada empreendedor vai estabelecer objectivos para a sua participação		Os empreendedores já podem realizar algumas formações na comunidade, mesmo que para pessoas de fora		20	
	Cada empreendedor vai estabelecer uma linha condutora da sua participação				20	
Inspirar Servir Celebrar	Jogo Oásis	Os empreendedores sabem ser eles mesmos, integrados na comunidade	Primeira Feira de Saberes e Fazeres	24	44	3,67
		A Meditação, o Yoga fazem parte da vivência dos empreendedores dentro da comunidade	Piloto de Mercearia Comunitária			
		Visionamento de documentários reflexivos	Piloto de Padaria Comunitária			

Cronograma (Cont.)

Etapa	Tarefas Gerais	Tarefas Desenvolvimento Humano	Tarefas Empregabilidade	Duração (meses)	Total (meses)	Total (Anos)
Inspirar Servir Celebrar		Convidar para algumas formações	Oficinas de novas tecnologias de comunicação	24	44	3,67
		Primeiro Retiro de Meditação	Oficinas de novas plataformas digitais colaborativas			
		Primeiras Oficinas do Perdão	Oficinas de artes tradicionais			
		Primeiras Oficinas do Perdão	Introdução às técnicas de reciclagem, reaproveitamento e reutilização para usos domésticos e comerciais			
		Primeira Festa do Bairro	Visionamento de documentários ligados à ECPC no que diz respeito aos seus princípios, forma de trabalhar e co-participar			
		Dinâmicas de Jogos Cooperativos				
		Grupos de entreajuda				
		Primeira Feira de Saberes e Fazeres				
		Celebrar as conquistas				
Partilhar		Entrar em novas comunidades		12		

Anexo F – Business Model Canvas

Designed for:

Designed by:

Date:

Version:

The Business Model Canvas

<p>Key Partners </p> <p>Who are our Key Partners? Who are our key suppliers? Which Key Resources are we acquiring from partners? Which Key Activities do partners perform?</p> <p>MOTIVATIONS FOR PARTNERSHIPS Distribution and economy Reduction of risk and uncertainty Acquisition of particular resources and activities</p>	<p>Key Activities </p> <p>What Key Activities do our Value Propositions require? Our Distribution Channels? Customer Relationships? Revenue streams?</p> <p>CHARACTERISTICS Channel Strategy Platform/Network</p>	<p>Value Propositions </p> <p>What value do we deliver to the customer? Which one of our customer's problems are we helping to solve? What bundles of products and services are we offering to each Customer Segment? Which customer needs are we satisfying?</p> <p>CHARACTERISTICS Newness Performance Customization "Surfing the Job Demo" Design Flexibility Price Risk Reduction Accessibility Convenience/usability</p>	<p>Customer Relationships </p> <p>What type of relationship does each of our Customer Segments expect us to establish and maintain with them? Which ones have we established? How are they integrated with the rest of our Business Model? How costly are they?</p> <p>CHARACTERISTICS Personal assistance Customized Personal assistance Self-Service Automated Services Communities Co-creation</p>	<p>Customer Segments </p> <p>For whom are we creating value? Who are our most important customers?</p> <p>Mass Market Niche Market Segmented Diversified Multi-sided Platform</p>																								
<p>Key Resources </p> <p>What Key Resources do our Value Propositions require? Our Distribution Channels? Customer Relationships? Revenue Streams?</p> <p>TYPES OF RESOURCES Physical (land, buildings, equipment, data) Human Financial</p>		<p>Channels </p> <p>Through which Channels do our Customer Segments want to be reached? How are we reaching them now? How are our Channels integrated? Which ones work best? Which ones are most cost-efficient? How are we integrating them with customer routines?</p> <p>CHANNEL PURPOSES</p> <ol style="list-style-type: none"> Awareness Evaluation Purchase Delivery After sales <p>How do we raise awareness about our company's products and services? How do we help customers evaluate our organization's value Proposition? How do we allow customers to purchase specific products and services? How do we deliver a value Proposition to customers? How do we provide post-purchase customer support?</p>																										
<p>Cost Structure </p> <p>What are the most important costs inherent in our business model? Which Key Resources are most expensive? Which Key Activities are most expensive?</p> <p>IN YOUR BUSINESS MODEL Cost Drivers: Selected cost structure, low price value proposition, maximum automation, extensive outsourcing Value Drivers: "Recessed" or value creation, premium value proposition</p> <p>FIXED COST CHARACTERISTICS Fixed Costs (salaries, rents, utilities) Variable costs Economies of scale Economies of scope</p>		<p>Revenue Streams </p> <p>For what value are our customers really willing to pay? For what do they currently pay? How are they currently paying? How would they prefer to pay? How much does each Revenue Stream contribute to overall revenues?</p> <table style="width: 100%; border-collapse: collapse;"> <tr> <td style="width: 33%;">FIXED PRICING</td> <td style="width: 33%;">UNIT PRICING</td> <td style="width: 33%;">PERFORMANCE PRICING</td> </tr> <tr> <td>Asset sale</td> <td>Cost Price</td> <td>Reputation (Social Media)</td> </tr> <tr> <td>Usage fee</td> <td>Product Feature dependent</td> <td>Risk Management</td> </tr> <tr> <td>Subscription Fee</td> <td>Customer segment dependent</td> <td>Real-time Market</td> </tr> <tr> <td>Licensing/Leasing</td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td>Licensing</td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td>Franchise Fee</td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td>Advertising</td> <td></td> <td></td> </tr> </table>			FIXED PRICING	UNIT PRICING	PERFORMANCE PRICING	Asset sale	Cost Price	Reputation (Social Media)	Usage fee	Product Feature dependent	Risk Management	Subscription Fee	Customer segment dependent	Real-time Market	Licensing/Leasing			Licensing			Franchise Fee			Advertising		
FIXED PRICING	UNIT PRICING	PERFORMANCE PRICING																										
Asset sale	Cost Price	Reputation (Social Media)																										
Usage fee	Product Feature dependent	Risk Management																										
Subscription Fee	Customer segment dependent	Real-time Market																										
Licensing/Leasing																												
Licensing																												
Franchise Fee																												
Advertising																												

O Business Model Canvas (Pigneur & Osterwalder, 2011) é uma ferramenta de gestão adaptada à realidade volátil do presente, porque permite a experimentação de soluções. Por outro lado, ela permite-nos ter uma visão geral da nossa actividade em cada momento.

O Business Model Canvas aplicado ao LCE:

1) Clientes

Comunidade Vulnerável

2) Proposta de Valor

Projecto de intervenção comunitária ao nível do DHS para a empregabilidade e da empregabilidade em si no âmbito da ECPC, através da facilitação de uma série de actividades práticas e do acompanhamento permanente de uma equipa de empreendedores evolucionários no terreno, para além de uma rede de parceiros que apoio em várias áreas de intervenção.

3) Canais

Contacto directo com os empreendedores, o gestor de projecto e os demais *stakeholders*.

4) Relação com o Cliente

De proximidade, relacional e com presença permanente no território.

5) Parcerias-Chave

- Com as organizações de poder local, privadas e do terceiro sector
- Com uma rede de parceiros que facilita as actividades no âmbito do DHS para a empregabilidade e de empregabilidade em si.

6) Recursos-Chave

- A integração territorial através de uma estrutura física permanente
- A rede de parceiros para a realização das actividades
- O grupo de empreendedores evolucionários em permanência no território

7) Actividades-Chave

- Actividades de DHS, como sessões de *Mindfulness*, Yoga, oficinas do perdão, grupos de entreajuda, oficinas de CNV, visionamento de documentários, Festa do Bairro
- Actividades para a Empregabilidade, como feira de saberes e fazeres, implementação de uma mercearia e padaria comunitária, desenvolvimento de oficinas de tecnologias de comunicação e plataformas digitais colaborativas, oficinas das artes tradicionais e de técnicas de reciclagem, reaproveitamento e reutilização

8) Fluxos de Rendimento

-Fontes Próprias (a mais de 5 anos): Academia de Formação, Consultoria, publicação de literatura.

- Fontes Externas (hipóteses):

- Programa POISE, Programa Escolhas, Programa *Google Grants*, Programa *EEA Grants*, *Crowdfunding* e doações genéricas da sociedade civil

9) Estrutura de Custos (Para dois, a três anos após o início do projecto)

- Vencimento de um Gestor de Projecto

- Parcela dos custos do espaço *CoWorking* referente ao Gestor de Projecto

- Custos de deslocação do Gestor de Projecto

- Outros custos excepcionais

Estas são hipóteses de trabalho teóricas que representadas na tela de negócios nos permitem ter a visão geral da estrutura e do processo.

Teste de conceito:

O papel, principalmente, dos empreendedores, será o de, a partir daqui e do momento em que estiver definido o território, testar o conceito. Esse teste passa por definir um período temporal (normalmente dois a três meses) em que depois de já ter feito um pré-diagnóstico de território, vão ser testadas em muito pequena escala, algumas actividades, da lista que foi referida.

Tela de Modelo de Negócio 2:

Após este primeiro teste do conceito, é recolhida a informação e entre a equipa gestora do projecto esta é analisada e é delineada uma nova tela de Modelo de Negócio com as alterações que se consideram importantes ser introduzidas. A nova tela é feita entre a equipa gestora do projecto e a comunidade, pois é esta que dá a informação que a equipa do LCE precisa para decidir que mudanças introduzir. É um processo interactivo de experimentação e análise.

Teste de conceito “n” e Tela de Modelo de Negócio “n”:

O número de vezes que a equipa vai para o terreno testar o conceito, recolher informação, analisar, e apresentar novo conceito a ser testado vai depender da sensibilidade desta. Não há um número certo, ou errado. O que se quer é que a comunidade colabore neste processo, que o conceito final seja também seu e que o projecto seja o mais adequado a cada comunidade e às suas necessidades.

Pode demorar seis meses, um ano, um ano e meio. Depende do território e das suas características. O LCE é um projecto complexo pelo número de actividades que junta, bem como pela profundidade das mudanças que quer introduzir e, como tal, um ano e meio será o tempo viável. O processo espera-se longo nesta fase de teste de conceito e, seguramente, a ideia inicial que aqui é apresentada vai sofrer grandes e profundas alterações de comunidade para comunidade.

Este é um método experimental, uma vez que mais do que teórico, é prático, interactivo e inclusivo da comunidade que se quer servir e emponderar. É um processo vivo.

Teste de Produto/Piloto

Esta fase permite-nos perceber, de facto, de que forma poderá ficar o nosso conceito final e dá-nos indicações da estrutura de custos que poderemos ter pela frente. O período temporal de um teste de produto relativo ao LEC poderá estar próximo de um ano.

Quando esta fase termina com dados promissores, é possível pensar de forma mais séria o teste, junto de algumas instituições, da aceitação do projecto para financiamento futuro. Com experiência territorial validada, os financiadores estarão mais predispostos a ouvir e dar alguma feedback essencial para a resolução da tela de negócio final e posterior implementação. Com alguma dedicação e sorte, é possível pensar em ter algum financiamento no final desta fase de pré-lançamento do conceito final. Na realidade, estamos a falar de dois a três anos de testes no terreno com dados concretos analisados e que nos dão alguma confiança da consistência do conceito.

Tela de Negócio Final e Implementação

Em teoria, esta pode ser a Tela de Negócio final. No entanto, como foi referido, este é um processo vivo e a tela estará sempre disponível para ser preenchida quando hajam

dúvidas sobre a situação em concreto. Perceber de que forma a comunidade está a reagir àquilo que lhe é apresentado pelo LCE tem de ser uma preocupação permanente.

Com dois a três anos no terreno, a estrutura de custos estará mais definida neste momento, o que dá à equipa de gestão uma capacidade maior de planeamento e actuação.

Com o início do conceito final de negócio no terreno perspectivado para dois a três anos, serão precisos mais dois a três anos de experiência territorial prática para se poder pensar estruturalmente que iniciativas ligadas à formação, consultoria, publicação de literatura e outras mais técnicas poderão ser lançadas para permitir alguma sustentabilidade do projecto.